

# PUCRS

ESCOLA DE NEGÓCIOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO  
MESTRADO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

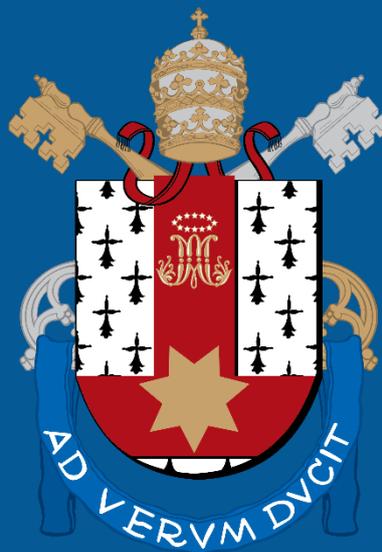
JOICI CRISTIANI DE SOUZA

**A TEMÁTICA JUVENTUDE EM PERIÓDICOS BRASILEIROS DA ÁREA DE  
ECONOMIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

Porto Alegre

2022

PÓS-GRADUAÇÃO – *STRICTO SENSU*



JOICI CRISTIANI DE SOUZA

**A TEMÁTICA JUVENTUDE EM PERIÓDICOS BRASILEIROS DA ÁREA DE  
ECONOMIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Economia, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ORIENTADORA: PROF. DRA. MÍRIAN OLIVEIRA  
COORIENTADORA: PROF. DRA. IZETE PENGO BAGOLIN

Porto Alegre

2022

## Ficha Catalográfica

S729t Souza, Joici Cristiani de

A temática juventude em periódicos brasileiros da área de economia : uma revisão sistemática de literatura / Joici Cristiani de Souza. – 2022.

168 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Mírian Oliveira.

Coorientadora: Profa. Dra. Izete Pengo Bagolin.

1. Jovens. 2. Juventude. 3. Revistas Econômicas Brasileiras. 4. Revisão Sistemática de Literatura. I. Oliveira, Mírian. II. Bagolin, Izete Pengo. III. . . IV. Título.

**Joici Cristiani De Souza**

**“A TEMÁTICA JUVENTUDE EM PERIÓDICOS BRASILEIROS DA  
ÁREA DE ECONOMIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE  
LITERATURA”**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia, pelo Mestrado em Economia do Desenvolvimento da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 24 de agosto de 2022, pela Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mírian Oliveira

Orientadora e presidente da Sessão

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Izete Pengo Bagolin  
Coorientadora

---

Prof. Dr. Augusto Mussi Alvim

---

Prof. Dr. Marcirio Silveira Chaves

Para a minha avó Terezinha (*in memoriam*)  
por sempre dizer para eu nunca desistir.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos.

Agradeço as pessoas que me acompanharam ao longo do mestrado e foram fundamentais para concretização deste trabalho.

Agradeço a minha família pelo apoio durante esse mestrado.

Agradeço ao Mestre Valcir Marques de Menezes, pelo apoio e por estar comigo nos momentos mais difíceis.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Economia e colegas que contribuíram com ensinamentos e vivências ao longo deste período.

Agradeço aos meus colegas Mestres e Economistas Joyci dos Santos Pereira, Cássio Goncalves Mendonça e Camila Oliveira Ribeiro, que mesmo à distância me ajudaram nessa trajetória.

Agradeço a orientadora Prof. Dra. Mírian Oliveira e a minha coorientadora Prof. Dra. Izete Pengo Bagolin, pelo conhecimento compartilhado e confiança depositada para a realização deste trabalho.

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo identificar quais foram os assuntos mais estudados neste decênio sobre os jovens e com que frequência estes são abordados nas pesquisas econômicas brasileiras de 2010 a 2020. Foi realizada uma Revisão Sistemática de Literatura, a partir de uma pesquisa por palavra-chave, foram pesquisados todos os artigos de 11 revistas econômicas brasileiras. Dessa pesquisa foi observado que os assuntos como Mercado de Trabalho e Educação foram os temas mais desenvolvidos pelos trabalhos estudados. O período de maior número de publicações relacionados ao tema foi 2020.

Palavras-chave: Jovens; Juventude; Revistas Econômicas Brasileiras; Revisão Sistemática de Literatura.

## **ABSTRACT**

This work aims to identify which were the most studied subjects in this decade about young people and how often they are addressed in Brazilian economic research from 2010 to 2020. A Systematic Literature Review was carried out, based on a keyword search, all articles from 11 Brazilian economic journals were searched. From this research, it was observed that subjects such as the Labor Market and Education were the themes most developed by the works studied. The period with the highest number of publications related to the topic was 2020. Key words: Youth; Brazilian Economic Magazines; Systematic Review of Literature.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Total de publicações entre 2010 e 2020 .....	24
Figura 2 - Publicações de 2010 a 2020: revistas Análise Econômica, Economia, Economia Aplicada e Economia e Sociedade.....	25
Figura 3 - Publicações de 2010 a 2020: revistas Estudos Econômicos, Nova Economia, Revista Brasileira de Economia e Revista de Econometria.....	25
Figura 4 - Publicações de 2010 a 2020: revista de Economia Contemporânea, Revista de Economia e Sociologia Rural, Revista de Economia Política. ....	26
Figura 5 – Periódicos de preferência dos autores com maior número de publicações .....	32
Figura 6 - Assuntos por revistas.....	36
Figura 7 - Publicações sobre o Mercado de Trabalho por período.....	37
Figura 8 - Publicações sobre a Educação por período.....	38
Figura 9 - Publicações sobre a Criminalidade por período.....	40
Figura 10 - Publicações sobre a Juventude Rural por período .....	42
Figura 11 - Publicações sobre a Migração por período .....	43
Figura 12 - Publicações sobre Saúde por período .....	44
Figura 13 - Publicações sobre Programas Sociais por período.....	46

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Base de dados utilizadas para a busca por palavra-chave .....	18
Tabela 2 –Termos de busca utilizados.....	19
Tabela 3 – Número absoluto de artigos por revista.....	22
Tabela 4 - Porcentagem de artigos encontrados por revista.....	23
Tabela 5 - Média anual de publicações das revistas.....	24
Tabela 6 - Média de artigos sobre jovens publicados por cada revista .....	27
Tabela 7 - Artigos publicados e quantidades de autores.....	32
Tabela 8 - Palavras-chaves dos artigos e total de ocorrências .....	33
Tabela 9 - Assuntos mais citados sobre os jovens.....	35

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2 REVISÃO TEÓRICA</b> .....	<b>14</b>
2.1 JOVENS E JUVENTUDE.....	14
2.2 JUVENTUDE NA SOCIEDADE .....	15
<b>3 MÉTODO DE PESQUISA</b> .....	<b>16</b>
3.1 CLASSIFICAÇÃO .....	16
3.2 DETERMINAÇÃO DA BASE DE DADOS DA PESQUISA.....	18
3.3 ESTRATÉGIA DE BUSCA POR PALAVRA-CHAVE .....	19
3.4 COLETA E ANÁLISE DE DADOS .....	20
3.5 DIVISÃO ENTRE ASSUNTOS PRINCIPAIS .....	20
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>21</b>
4.1 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA .....	22
<b>4.1.1 Publicações sobre jovens por período</b> .....	<b>24</b>
<b>4.1.2 Títulos que citaram os jovens</b> .....	<b>28</b>
<b>4.1.3 Autores que citam os jovens</b> .....	<b>31</b>
<b>4.1.4 Frequência dos termos entre as palavras-chave dos artigos</b> .....	<b>33</b>
<b>4.1.5 Temas de investigação</b> .....	<b>35</b>
<b>4.1.6 Assuntos por período</b> .....	<b>37</b>
4.2 SÍNTESE DOS CONTEÚDOS COLETADOS .....	47
<b>4.2.1 Definição e comportamento dos jovens</b> .....	<b>47</b>
<b>4.2.2 Mercado de trabalho</b> .....	<b>50</b>
4.2.2.1 Desemprego e Primeiro emprego: .....	53
4.2.2.2 Nem-nem:.....	57
4.2.2.3 Salário e rendimentos .....	59
4.2.2.4 Mercado informal e Trabalho Infantil.....	63
<b>4.2.3 Educação</b> .....	<b>66</b>
4.2.3.1 Escolaridade.....	66
4.2.3.2 Ensino Superior.....	68
4.2.3.3 Escola .....	70
4.2.3.4 Bullying.....	73
<b>4.2.4 Criminalidade</b> .....	<b>74</b>

4.2.4.1	Uso de Drogas e violência escolar .....	80
4.2.4.1	Mulheres no domicílio .....	81
<b>4.2.5</b>	<b>Programas sociais .....</b>	<b>82</b>
4.2.5.1	Bolsa Família:.....	86
<b>4.2.6</b>	<b>Saúde .....</b>	<b>88</b>
4.2.6.1	Gravidez e fecundidade .....	91
<b>4.2.7</b>	<b>Migração e mobilidade.....</b>	<b>92</b>
<b>4.2.8</b>	<b>O jovem rural .....</b>	<b>95</b>
<b>4.2.9</b>	<b>Idade e outros assuntos no geral .....</b>	<b>98</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>101</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>105</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>148</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Boghossian e Minayo (2009, p. 213) definem juventude como “um momento do ciclo de vida e, simultaneamente, condições sociais e culturais específicas de inserção dos sujeitos na sociedade”. A juventude é uma fase da vida marcada por diversas mudanças, tanto no âmbito social, físico e psicológico, quanto no ambiente e estrutura em que se está inserido (KING, 2018). É a etapa em que as primeiras responsabilidades da vida adulta começam a surgir e grandes decisões devem ser tomadas, em virtude disto inúmeras incertezas e anseios sobre o futuro são criados, marcando essa fase de transição (UNVPA, 2010).

Algumas dessas mudanças podem ser mencionadas como a saída da escola para a vida adulta, suas escolhas de como e o que fazer, qual área profissional se deseja seguir, se dará continuidade para os estudos em uma faculdade, técnico ou cursinho, questões financeiras a serem resolvidas, são alguns dos pontos que marcam essa fase. Inúmeras escolhas e responsabilidades caracterizam essa transição que são os principais agentes das decisões dessa população.

Mesmo possuindo ampla diversidade, assuntos relacionados a juventude necessitam de políticas que insiram os mesmos como objetos de mudanças e sujeitos de participação (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009). A ONUBR (2021) considera essa população como a chave para o desenvolvimento. Portanto, leis e políticas públicas nacionais voltadas a juventude e suas trajetórias são cruciais para o alcance de progressos sociais e econômicos. A garantia de um ambiente favorável para suas escolhas e construções pessoais, a transição segura e saudável para a vida adulta com seus direitos respeitados, são fundamentais para o sucesso dessas políticas voltadas ao jovem (ONUBR, 2021).

Estratégias variadas, esforço coletivo e o envolvimento de um conjunto amplo de pesquisadores são necessários para contribuir para a produção de novos conhecimentos sobre os jovens no Brasil (SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018). Com isso, este trabalho aborda como tema principal os jovens nas pesquisas científicas brasileiras.

Uma vez que os jovens definem como será a produção futura de um país, averiguar como os pesquisadores estão abordando o assunto juventude possibilita a visualização de como a sociedade está lidando com seu principal

recurso, as pessoas. Sendo assim este estudo busca responder a seguinte questão de pesquisa: O que foi publicado nos 11 principais periódicos nacionais da área de Economia sobre jovens de 2010 a 2020?

O conhecimento científico é produzido e compartilhado rapidamente, novas fundamentações, conceitos e bibliografias emergem constantemente, ademais, muitas dessas literaturas estão sendo integradas para melhor compreensão de ideias, conceitos e teorias (SIDDAWAY; WOOD; HEDGES, 2019). A área de economia no Brasil ainda possui poucas pesquisas de bibliometria e comunicação científica (TEIXEIRA, 2017), o que justifica a necessidade de uma investigação voltada para a produção científica brasileira e como ela aborda as juventudes em seus diversos conceitos.

Diante disto, o objetivo principal deste trabalho é: identificar quais os assuntos mais estudados no período de 2010 a 2020 sobre os jovens e com que frequência estes são abordados nos 11 principais periódicos nacionais da área de economia. Portanto, os objetivos específicos são:

- i) Analisar os assuntos mais frequentes relacionados a juventude pelos artigos pesquisados;
- ii) Identificar as revistas que tiveram maior número de publicações sobre o tema;
- iii) Constatar os períodos em que o tema foi mais abordado nas pesquisas econômicas estudadas;
- iv) Realizar uma síntese com o que os principais trabalhos discutiram sobre os jovens a partir das palavras chaves coletadas.

Para responder aos objetivos da pesquisa, foi elaborada uma revisão sistemática de literatura para entender como a temática da juventude vem sendo abordada na área da economia. As buscas foram realizadas por palavras chaves em revistas brasileiras selecionadas, para uma melhor concentração, identificação e compreensão do tema abordado.

Este trabalho está estruturado de forma que na introdução, são contextualizados os temas e objetivos deste trabalho. Posteriormente, na revisão teórica, são abordados os principais tópicos relacionados ao tema a partir de pesquisas externas. Subsequentemente, aborda-se de forma detalhada a metodologia empregada durante a realização desta pesquisa. Após, são

apresentados os principais resultados encontrados, divididos entre os resultados da pesquisa por palavra-chave e a síntese dos conteúdos. E por fim as considerações finais desta dissertação.

## **2. REVISÃO TEÓRICA**

### **2.1 JOVENS E JUVENTUDE**

Adolescente e jovem geralmente são utilizados como sinônimos, mas possuem conceitos diferentes. No Brasil indivíduos entre 12 e 18 anos são considerados adolescentes, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). De acordo com a Organização das Nações Unidas, juventude é a faixa de indivíduos entre 15 e 24 anos de idade, classificação também utilizada pelo Brasil. Sendo assim: adolescentes-jovens as pessoas entre 15 e 17 anos, jovens-jovens as pessoas com idade entre os 18 e 24 anos e jovens adultos a faixa-etária dos 25 aos 29 anos (ANDI, 2020).

A juventude, mesmo que relacionada à idade, é vista como uma categoria social e cultural, por ser geralmente construída a partir da situação, contexto ou pela relação (comparação de idades) (KING, 2018). Diferentes contextos nacionais apontam a faixa etária de 25 anos como o limite máximo da juventude, já em alguns países, como os asiáticos, por exemplo, a idade se estende em até os 30 anos (SMITH; MILLS, 2019).

A juventude é descrita como um momento no qual os jovens adquirem as habilidades necessárias para viver em sociedade (UNVPA, 2010). Ela é definida por diversos conjuntos de fatores e suas múltiplas identidades, e estes vem sendo redefinidos constantemente. Dentre esses fatores estão a juventude como uma fase de transição para a vida adulta, definidas pelas suas especificidades fisiológicas e psicológicas, as atitudes e características relacionadas a esse grupo, as atividades envolvidas (como trabalho e educação), condições de maior exposição e seu papel social (BOGHOSIAN; MINAYO, 2009).

A extensão da juventude para uma vida adulta foi prolongada por conta de fatores econômicos e culturais externos. Dinâmicas de consumo que promovem produtos de estilo de vida jovem é um dos muitos fatores influenciadores da transição prolongada à vida adulta. A globalização e flexibilização dos mercados, a educação em tempo integral, adiamento da idade de casamento e da idade de

ter o primeiro filho, acesso tardio a carreiras rentáveis e satisfatórias, são outros fatores que estenderam esta fase de vida (MADEIRA, 2006; KING, 2018).

Madeira (2006) vê a antecipação da entrada na vida adulta como um efeito indireto e perverso do déficit educacional, nos quais são suprimidos os momentos cruciais de experimentação e exploração, como a qualificação e preparação para tarefas mais produtivas e mais bem remuneradas, como também no campo da afetividade. Prevalecendo na sociedade as desigualdades sociais, pobreza e baixo desenvolvimento.

A UNVPA (2010) ainda ressalta sobre a importância dessa população, pois são eles que podem fazer as transformações necessárias, abordar os assuntos mais críticos da sociedade e mudar o modo de pensar promovendo um mundo mais justo e equitativo. É neste período que eles obtêm treinamento e formação educacional, descobrem suas vocações e formam a base de suas futuras ocupações e, por consequência seu nível de rendimentos (MADEIRA, 2006).

Estudos voltados para o tema juventude podem mostrar como a sociedade está lidando com as novas gerações. Adicionalmente, abordar o tema em debates e políticas públicas pode trazer desenvolvimento a economia, dando novos moldes a sociedade. Devido a sua importância os conceitos e teorias relacionados a juventude não deveriam ser utilizados apenas como complementos para outros estudos, uma vez que o tema possui um grande potencial em sua completude (SMITH; MILLS, 2019). Diante do exposto evidencia-se que os conceitos de juventude são diversos, estes possuem características distintas por conta de dependerem de inúmeros contextos e contemplarem diferentes faixas etárias dependendo do país e cultura. Seja econômico, social ou cultural uma de suas principais definições é a transição.

## 2.2 JUVENTUDE NA SOCIEDADE

O estudo da juventude serve como um referencial de análise para políticas públicas no Brasil (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009), uma vez que a evolução de conteúdos sobre a juventude e o conhecimento de suas teorias podem trazer grandes avanços para a produção e o desenvolvimento (SMITH; MILLS, 2019). Dentro desse contexto pode-se considerar o exemplo das crianças, que atualmente possuem uma grande interação com as tecnologias digitais e mídias

sociais, por conta desse fator existe um grande potencial de crescimento e desenvolvimento que a evolução da tecnologia infundida nas novas gerações pelas anteriores pode expor. Isso mostra a influência e o potencial da natureza mutável das novas gerações (SMITH; MILLS, 2019).

Os jovens são muito interpretados na literatura como potencialmente delinquentes e ameaçadores devido a suas atitudes contestadoras e dinamismo inovador, mas além de serem retratados como “perigosos” em muitas literaturas, eles também são considerados “motores de mudanças” na sociedade (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009). Tornando-se assim objeto de intervenções como iniciativas sociais e educacionais.

Boghossian e Minayo (2009), ao estudar a participação juvenil nas literaturas nacionais e internacionais, identificaram que os jovens não demonstram engajamento em políticas voltadas a moldes tradicionais, os quais acham o tema política desinteressante, porém são motivados por questões que afetam suas vidas. Essa aversão as formas tradicionais empregues pela política se dá pela rejeição às “brigas politiqueiras”, as referências esquerda e direita, militância partidária, assujeitamento e qualquer restrição à liberdade de pensar e agir. Para os autores tal apatia infere em novas formas de engajamento em questões políticas e sociais, que se utilizam de estratégias mais difusas e menos formais de participação da juventude.

Em contrapartida dentre os principais interesses de participação juvenil estão as questões sociais divulgadas na mídia, discutidas e debatidas entre seus grupos sociais, nos quais formam suas opiniões sobre a atualidade. Empenhando-se de forma geral a objetivos de ordem prática (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009).

### **3. MÉTODO DE PESQUISA**

#### **3.1 CLASSIFICAÇÃO**

Para a elaboração deste trabalho foi realizada uma revisão sistemática de literatura que “é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema” (SAMPAIO; MANCINI, 2007, p. 84). Esse tipo de pesquisa utiliza um conjunto de estudos e integra suas informações ao se

investigar o assunto estipulado, também identifica temáticas que necessitam de uma maior evidência.

As revisões sistemáticas possuem um carácter qualitativo e “são consideradas estudos secundários, que têm nos estudos primários sua fonte de dados” (GALVÃO; PEREIRA, 2014, p.183). Elas “nos permitem incorporar um espectro maior de resultados relevantes, ao invés de limitar as nossas conclusões à leitura de somente alguns artigos” (SAMPAIO; MANCINI, 2007, p. 84). Esse tipo de abordagem também possibilita a elaboração de um resumo dos estudos pesquisados, suas etapas são explicadas por Galvão e Pereira (2014, p. 183):

Os métodos para elaboração de revisões sistemáticas preveem: (1) elaboração da pergunta de pesquisa; (2) busca na literatura; (3) seleção dos artigos; (4) extração dos dados; (5) avaliação da qualidade metodológica; (6) síntese dos dados (metanálise); (7) avaliação da qualidade das evidências; e (8) redação e publicação dos resultados.

As revisões sistemáticas se diferem das outras pesquisas, pela “sua metodologia estruturada, rigorosa abordagem para buscar exaustivamente o corpo da literatura sobre um tópico, sua abordagem de equipe e uma ênfase na transparência do relato” (SOUSA; WAINWRIGHT; SOARES, 2019, p. 12). Para o procedimento deste trabalho foi utilizado algumas das recomendações especificadas por Moher et al. (2009) e o trabalho de Boghossian e Minayo (2009) como referência de revisão sistemática. As recomendações utilizadas possuem como objetivo ajudar autores a melhorar os relatos de revisões sistemáticas e, portanto, podem ser consideradas de grande relevância em casos em que se objetiva uma revisão sistemática mais aprofundada e completa.

Também foi realizada uma revisão bibliométrica para estudar os aspectos das produções acadêmicas analisadas. Soares et al. (2016, p. 177) explica sobre a aplicação da bibliometria, na qual:

pode auxiliar na identificação de tendências de crescimento do conhecimento em determinada disciplina, dispersão e obsolescências de campos científicos, autores e instituições mais produtivos, e periódicos mais utilizados na divulgação de pesquisas em determinada área do conhecimento.

A bibliometria utilizada neste trabalho busca observar a evolução dos artigos voltados a juventude em relação a seus autores, revistas e períodos

publicados. Podendo estudar tanto o texto e conteúdos dessas publicações como também seus elementos advindos de suas bases de dados.

### 3.2 DETERMINAÇÃO DA BASE DE DADOS DA PESQUISA

Em um primeiro momento foram selecionadas 11 revistas brasileiras de economia de alto reconhecimento pela academia, conforme exposto na Tabela 01. Das revistas selecionadas foram verificadas cada publicação dos anos de 2010 a 2020. Os artigos utilizados durante a pesquisa das palavras chaves são de acesso aberto para download e estão disponibilizados em formato PDF no site de cada revista.

Tabela 1 - Base de dados utilizadas para a busca por palavra-chave

<b>Revistas</b>	<b>ISSN</b>
Análise Econômica	2176-5456
Economia	1517-7580
Economia Aplicada	1980-5330
Economia e Sociedade	1982-3533
Estudos Econômicos	1980-5357
Nova Economia	1980-5381
Revista Brasileira de Economia	1806-9134
Revista de Econometria	0101-7012
Revista de Economia Contemporânea	1415-9848
Revista de Economia e Sociologia Rural	0103-2003
Revista de Economia Política	1809-4538

Fonte: Elaborada pela autora.

Galvão e Ricarte (2019) sugerem que para a revisão de literatura que envolve um tema que foi pouco estudado, como algumas populações vulneráveis, devem-se consultar não apenas as bases de materiais bibliográficas do país, mas também repositórios de dissertações e teses de outros países, pela maior abrangência. Diferente do recomendado por esses autores e pelos passos da revisão sistemática explicadas por Sampaio e Mancini (2007), devido esta pesquisa ter como enfoque artigos pertencentes à pesquisa científica brasileira, a base de dados foi definida a partir das principais Revistas acadêmicas de Economia do país.

“A escolha das bases de dados a serem investigadas depende da pergunta de pesquisa” (PEREIRA; GALVÃO, 2014, p.371). “Ter uma pergunta de revisão

bem definida é crucial para planejar pesquisas nas bases de busca de literatura indexada que sejam eficazes” (SOUSA; WAINWRIGHT; SOARES, 2019, p.16). Pereira e Galvão (2014) ainda explicam que todas as informações precisam de registro, pois cada apontamento será útil no momento de redigir o trabalho e para se manter anotados cada procedimento realizado.

Durante a seleção das revistas realizou-se uma consulta no Scimago Journal & Country Ranking as revistas de economia mais bem listadas do Brasil no período de 2020. Através do ranqueamento apresentado pela plataforma foram selecionadas as revistas que tinham como foco principal a economia. Ademais, foram também pesquisadas revistas de economia pela plataforma Sucupira, na qual a nota B1 de classificação (maior nota de classificação científica para os periódicos nacionais) no quadriênio de 2013-2016, foi o quesito para a escolha das revistas.

### 3.3 ESTRATÉGIA DE BUSCA POR PALAVRA-CHAVE

A estratégia empregada durante a pesquisa nas revistas selecionadas tem como base a busca por palavras-chaves. Os termos de buscas utilizados durante esta etapa estão descritos na Tabela 2. O procedimento consiste em uma busca por termos que tenham relação aos jovens, sejam pela sua classificação ou palavras complementares que auxiliam na identificação da faixa etária pesquisada. As buscas foram realizadas a partir dos idiomas predominantes nas pesquisas nacionais, português e inglês.

Tabela 2 –Termos de busca utilizados

<b>Idioma</b>	<b>Português</b>	<b>Inglês</b>
Palavras Chaves	Jovem	<i>Young</i>
	Jovens	<i>Youth</i>
	Juventude	<i>Juvenile</i>
	Juvenil	<i>Teen</i>
	Adolescente	<i>Age</i>
	Idade	<i>Years</i>
	Anos	

Fonte: Elaborada pela autora.

Durante o processo, realizou-se o rastreamento pelas palavras listadas na Tabela 2. No decorrer desta busca considerou-se os termos encontrados no título, resumo, palavras chaves das publicações analisadas, bem como o corpo do texto. Este procedimento foi executado por meio do *software* Foxit PhantomPDF

com o auxílio da ferramenta pesquisar disponibilizada pelo programa. O parâmetro de pesquisa utilizado foi o “corresponder palavra ou frase exata”. Para os arquivos não reconhecidos pela ferramenta de busca do *software*, a pesquisa dos termos foi realizada por meio da leitura desses artigos pelo autor/pesquisador.

### 3.4 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

No decorrer da coleta de dados foi empregada a seguinte abordagem. Dentre as 11 revistas selecionadas foram pesquisadas todas as edições entre os anos de 2010 e 2020. Não foram consideradas as publicações que não possuem relação com as palavras chaves determinadas e/ou uma relação direta com a pergunta desta dissertação. Os artigos restantes foram utilizados como base de dados para a realização da análise dos resultados e síntese das informações.

Os artigos selecionados são avaliados em texto completo, observando-se então se de fato atendem aos critérios da pesquisa. Aqueles que forem excluídos nessa etapa devem ter seu motivo de exclusão registrado a fim de serem mencionados nos resultados da revisão em elaboração. A lista de referências dos artigos selecionados também deve ser escrutinada, a fim de se identificar estudos potencialmente elegíveis que não foram localizados nas buscas em bases de dados (PEREIRA; GALVÃO, 2014, p. 371).

Após a coleta, esses artigos foram classificados em uma planilha MS Excel com as suas referentes informações: nome do artigo, autores, revista, objetivos, termos encontrados, assunto principal, detalhamento sobre as citações das palavras encontradas, ano de publicação, palavras-chave do artigo, observações. Com esses dados coletados foi possível realizar a análise bibliográfica e a síntese dos assuntos estudados. Ademais haviam sido identificados e contabilizados os números de palavras citadas em cada artigo, desde as palavras de relação primária (jovens, jovem, juventude e juvenil) como as secundárias (adolescente, anos e idade), mas essas foram não foram utilizadas por não serem relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

### 3.5 DIVISÃO ENTRE ASSUNTOS PRINCIPAIS

Após a busca por palavras chaves realizou-se a divisão entre assuntos, relacionados com a juventude, abordados pelos artigos sob investigação. Os

assuntos abordados nos trechos das publicações onde os termos de busca foram localizados podem ser classificados em nove grupos, conforme exposto no Quadro 1. Salienta-se que em uma mesma publicação, mais de um assunto pode ser explanado/abordado, por conta da temática de algumas citações se diferirem.

Quadro 1 – Classificação dos assuntos dos artigos sob investigação

Definição	Mostra como a literatura definiu os jovens, suas características, interesses e comportamentos, dentre suas individualidades no geral.
Mercado de Trabalho	Assuntos que englobam esse tema, como salário, emprego, desemprego, rendimentos, participação, informalidade, trabalho infantil e nem-nem.
Educação	Encontram nesse tópico conteúdos que compreendem a essa grande área, como a escolaridade, capital humano, frequência escolar, analfabetismo, ensino superior, bullying nas escolas.
Programas Sociais	Programas e benefícios sociais citados que beneficiam a juventude, como o Bolsa Família, Benefício Variável Jovem, PLANSEQ, PNAES, programas de acesso à universidade, prova brasil, programas de combate à desigualdade, fome e pobreza.
Criminalidade	Temas que envolvem esse tópico relacionam os jovens ao crime, como delinquência, assassinatos, violência, mortes, roubo, homicídios, assaltos, drogas, tanto como vítimas como autores dos delitos.
Migração	Abordam temas sobre migração e mobilidade, envolvendo migração para estudo, migração para trabalho, mobilidade intergeracional, mudanças para outros estados, desenvolvimento de uma região de acordo com a migração, imigração e remigração.
Rural	Engloba o jovem rural, sua situação atual, dificuldades, trabalhos, atividades relacionadas ao campo como agricultura, avicultura, piscicultura, suinocultura entre outros. Migração da área rural para as cidades, MST, cultura e participação rural.
Saúde	Questões que envolvem o bem-estar dos jovens e adolescentes como: câncer, fertilidade, subnutrição, gravidez, obesidade, desnutrição, alimentação saudável, drogas lícitas e ilícitas.
Outros	Neste tópico foram apresentados assuntos que menos foram abordados sobre a juventude, no quais não se encaixam nos tópicos acima, como os que apenas estão em tabelas, as idades que se encaixavam os jovens (15 a 30 anos) mas também abordavam outras faixas etárias, também assuntos como consumo, arrecadação de impostos, casamento, trabalhos que estudavam os anos da escravidão, poupança dos jovens, seus gastos domésticos, investimentos, religião, aposentadoria, envelhecimento populacional, entre outros.

Fonte: Elaborada pela autora.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico são apresentados dois tipos de resultados. Primeiro, na seção 4.1, constam a análise bibliométrica, correspondente aos resultados das pesquisas sobre as palavras chaves, seus principais artigos, revistas, anos, autores e um pouco sobre a contagem de palavras.

Segundo, na seção 4.2, é apresentado uma compilação dos assuntos que mais foram relacionados aos jovens. Essa compilação é uma síntese das

informações que citaram as palavras chaves coletadas nos artigos, essas informações foram agrupadas nos assuntos principais selecionados, aprofundando os principais conteúdos abordados nos trabalhos.

#### 4.1. ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

No período de análise as revistas selecionadas publicaram 3486 artigos. Destes, 491 artigos foram identificados como tendo alguma das palavras-chave de interesse e, então, foram analisados. Na tabela 3, a seguir, é possível visualizar o número de artigos publicados por cada revista, o número que foi descartado e os que foram analisados nesta pesquisa.

Tabela 3 – Número absoluto de artigos por revista

<b>Revistas</b>	<b>Nº de Artigos</b>	<b>Nenhuma Palavra-chave encontrada</b>	<b>Artigos com palavras-chave encontradas</b>
Análise Econômica	307	273	34
Economia	303	244	59
Economia Aplicada	298	237	61
Economia e Sociedade	342	312	30
Estudos Econômicos	307	240	67
Nova Economia	340	288	52
Revista Brasileira de Economia	265	218	47
Revista de Econometria	120	105	15
Revista de Economia Contemporânea	251	225	26
Revista de Economia e Sociologia Rural	472	408	64
Revista de Economia Política	481	445	36
<b>Total De Artigos</b>	<b>3486</b>	<b>2995</b>	<b>491</b>

Fonte: Elaborada pela autora.

Como é possível perceber, na coluna artigos com palavra-chave encontrada, a revista que possui o maior número de artigos encontrados foi a Revista Estudos Econômicos da USP com 67 artigos, em seguida a revista Economia e Sociologia Rural (64) e a Economia Aplicada (61).

Pode ser visto na Tabela 03 que a revista em que menos houve citações que fazem referência à juventude foi a Revista de Econometria com apenas 15 artigos encontrados. Mas por esses serem os números absolutos apenas apresentam a quantidade exata dos artigos que tiveram relação com a pergunta de pesquisa. Essa revista também apresentou o menor número de publicações no geral em comparação as outras revistas.

Para uma melhor compreensão são apresentadas na tabela 4, a incidência do tema em cada revista e as porcentagens dos artigos encontrados sobre cada perspectiva. Por exemplo, de acordo com o número total de revistas e a quantidade de artigos encontrados, 14,08% de todos esses artigos abordam a juventude pelo menos uma vez em suas pesquisas. Esses números são as quantidades relativas das publicações de cada revista.

Tabela 4 - Porcentagem de artigos encontrados por revista

<b>Revistas</b>	<b>Nº de Artigos encontrados</b>	<b>% de artigos encontrados</b>	<b>% em relação ao total de artigos encontrados</b>	<b>% em relação ao total de artigos pesquisados</b>
Análise Econômica	34	11,07%	6,92%	0,98%
Economia	59	19,47%	12,02%	1,69%
Economia Aplicada	61	20,47%	12,42%	1,75%
Economia e Sociedade	30	8,77%	6,11%	0,86%
Estudos Econômicos	67	21,82%	13,65%	1,92%
Nova Economia	52	15,29%	10,59%	1,49%
Revista Brasileira de Economia	47	17,74%	9,57%	1,35%
Revista de Econometria	15	12,50%	3,05%	0,43%
Revista de Economia Contemporânea	26	10,36%	5,30%	0,75%
Revista de Economia e Sociologia Rural	64	13,56%	13,03%	1,84%
Revista de Economia Política	36	7,48%	7,33	1,03%
<b>Total de artigos</b>	<b>491</b>	<b>14,08%</b>	<b>100%</b>	<b>14,08%</b>

Fonte: Elaborada pela autora.

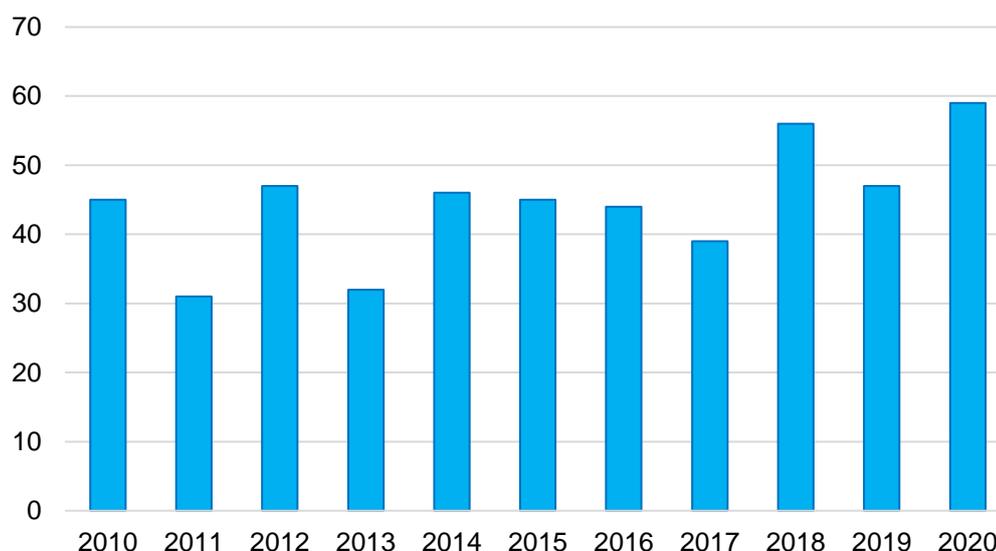
Conforme a porcentagem de artigos encontrados e o número total de artigos pesquisados, pode-se ver uma mudança de perspectiva sobre as revistas, a Revista Estudos Econômicos permanece sendo a de maior número de artigos encontrados, com 21,82% entre os artigos encontrados, 13,65% entre o número total de artigos encontrados, e 1,92% entre todos os artigos de todas as revistas. Já a revista Economia Aplicada de acordo com a porcentagem relativa aos artigos encontrados de cada revista é de 20,47%, segunda maior em relação ao número de publicações entre todos os artigos encontrados. Em relação as publicações entre todos os artigos pesquisados, a revista Economia

e Sociologia Rural se enquadra entre a segunda de maior publicação, com 1,84%.

#### 4.1.1 PUBLICAÇÕES SOBRE JOVENS POR PERÍODO

Ao pesquisar os anos das publicações, pode-se ver na Figura 05 que assuntos relacionados a juventude estão aos poucos sendo mais citados ao decorrer dos anos, mesmo com essas publicações tendo um comportamento heterogêneo. A juventude tem maior destaque no ano de 2020, no qual houve o maior número de publicações, com 59 artigos publicados, quando o foco da sociedade estava voltado a pandemia de Covid19. A preocupação com as consequências econômicas e sociais que essa crise sanitária pode impactar no presente e futuro dos jovens Brasileiros levantam diversas questões voltadas para essa população (ATLAS DAS JUVENTUDES, 2020).

Figura 1 – Total de publicações entre 2010 e 2020



Fonte: Elaborada pela autora.

O mesmo pode ser visto na Tabela 05 que mostra a média anual das revistas dos artigos que citaram jovens. O ano de 2020 foi o de maior número de publicações entre o período estudado com a média de 5 artigos por ano.

Tabela 5 - Média anual de publicações das revistas

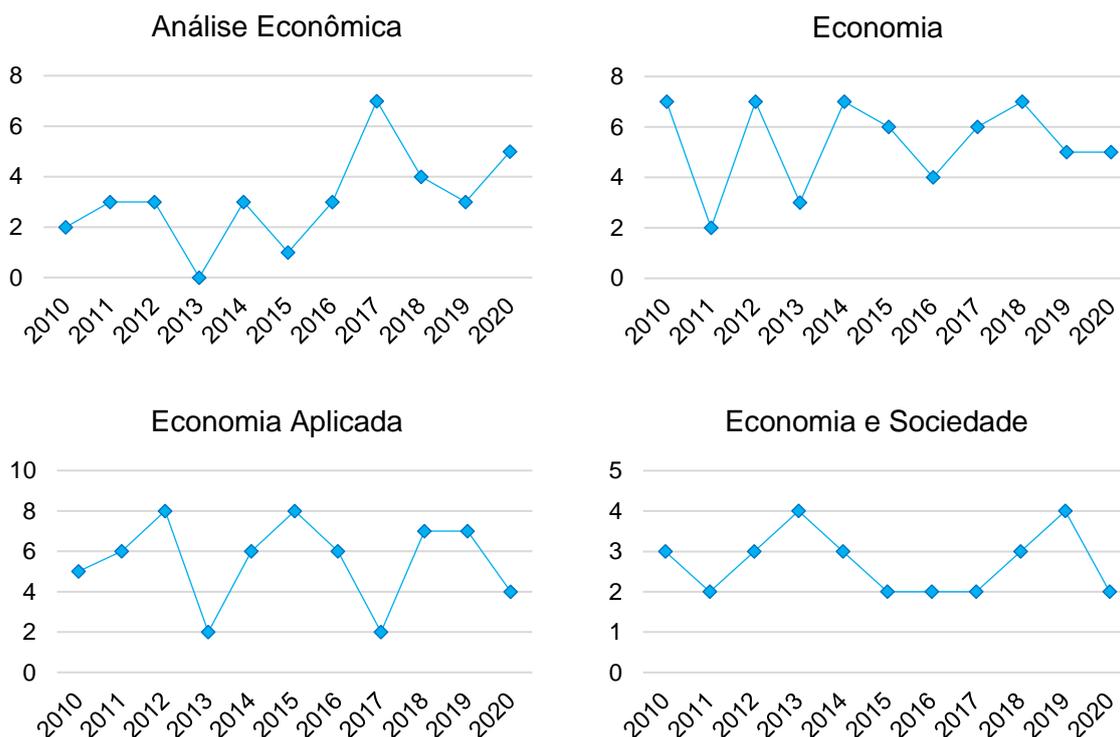
Período	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Média</b>	4,09	2,82	4,27	2,91	4,18	4,09	4,00	3,55	5,09	4,27	5,36

Fonte: Elaborada pela autora.

Com o número de publicações de cada revista por ano, pode ser visto os picos de publicações relacionadas ao tema ao decorrer do período estudado.

Como cada revista tem uma periodicidade diferente das outras ao publicar os artigos, a visualização desses números pode mostrar a relevância que o tema teve ao decorrer do decênio nas pesquisas acadêmicas apresentadas por cada periódico.

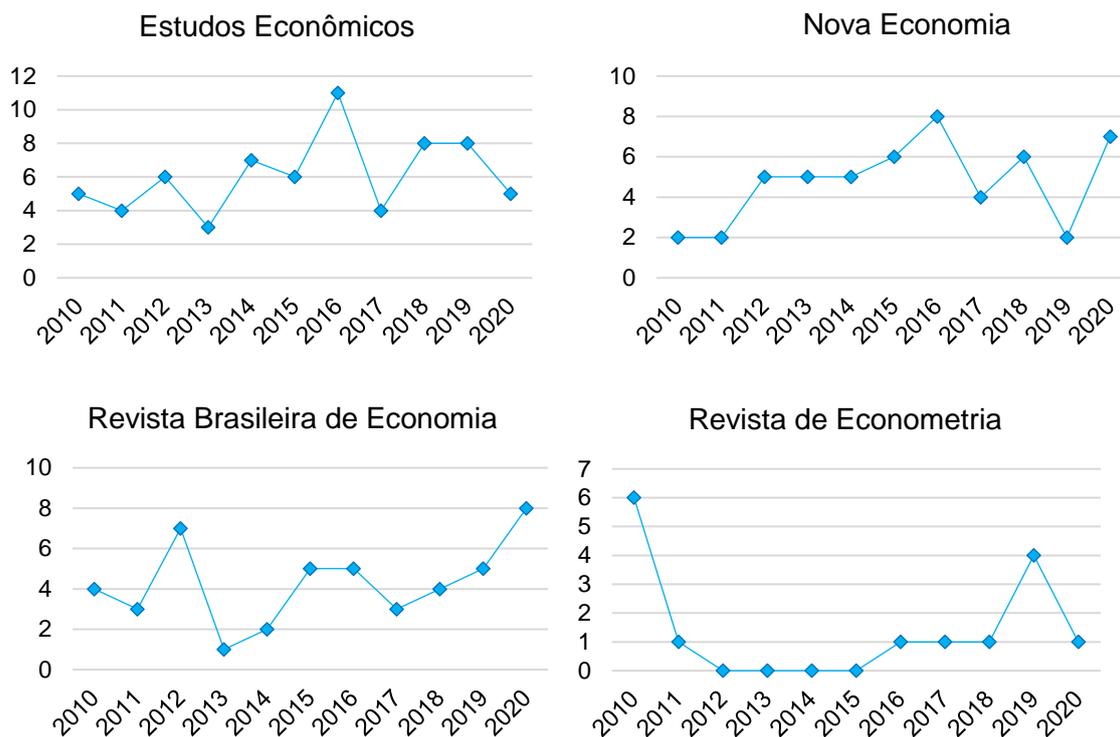
Figura 2 - Publicações de 2010 a 2020: revistas Análise Econômica, Economia, Economia Aplicada e Economia e Sociedade.



Fonte: Elaborada pela autora.

A revista Análise Econômica teve em 2017 seu pico de publicações, com sete artigos. No ano de 2013 essa revista não teve artigo relacionado aos jovens. A revista Economia teve quatro pontos de picos de publicações, 2010, 2012, 2014 e 2018 com sete artigos cada, sua menor quantidade de artigos relacionada ao tema foi de dois artigos. Com dois picos a revista Economia aplicada teve oito artigos relacionados aos jovens, em 2012 e 2015, sendo também dois artigos o menor número de publicação da revista. Com também dois picos a Revista Economia e Sociedade publicou quatro artigos nos períodos de 2013 e 2019, do mesmo modo que as revistas anteriores apresentadas o menor número de artigos sobre o tema foram dois.

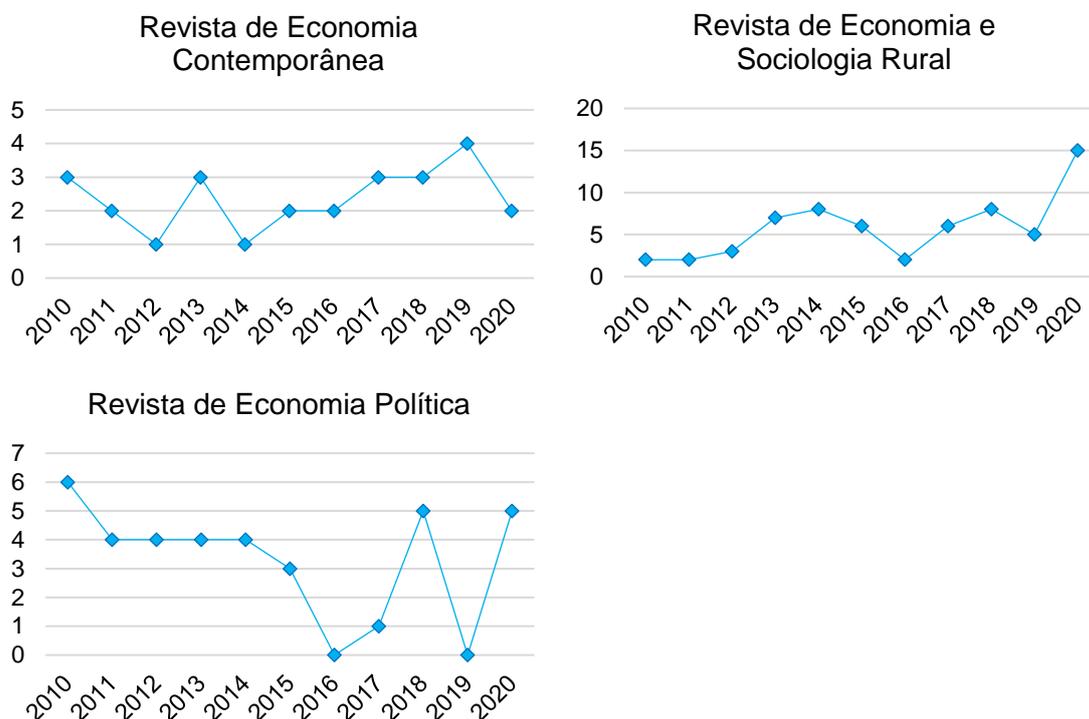
Figura 3 - Publicações de 2010 a 2020: revistas Estudos Econômicos, Nova Economia, Revista Brasileira de Economia e Revista de Econometria.



Fonte: Elaborada pela autora.

As revistas Estudos Econômicos e Nova Economia tiveram respectivamente onze e oito artigos publicados no ano de 2016. A revista Nova Economia também teve dois artigos como menor número de publicações relacionada a juventude, já a revista Estudos Econômicos apresentou três artigos como o mínimo de publicações. Em 2020 a Revista Brasileira de Economia teve seu pico de oito artigos, com um artigo no mínimo de publicações. Já 2010 foi o ano de maior número de publicações da Revista Brasileira de Econometria, com seis artigos, decaindo essas quantidades até chegar a quatro anos consecutivos sem publicações referentes aos jovens, 2012 a 2015.

Figura 4 - Publicações de 2010 a 2020: revista de Economia Contemporânea, Revista de Economia e Sociologia Rural, Revista de Economia Política.



Fonte: Elaborada pela autora.

No ano de 2019 a Revista Economia contemporânea teve o seu pico de publicações, quatro artigos associados ao tema. Essa revista teve apenas uma publicação nos anos de 2012 e 2014. A revista Economia e Sociologia Rural teve o ano de 2020 como o de maiores publicações sobre os jovens, quinze artigos no total, já 2010 foi o pico da Revista Economia Política com seis artigos publicados. 2010, 2011, 2016 foram os anos de menor número de artigos publicados que colocaram em pauta a juventude pela Economia e Sociologia Rural, com dois artigos, já a Revista Economia Política não teve publicações relacionadas nos anos de 2016 e 2019.

Tabela 6 - Média de artigos sobre jovens publicados por cada revista

Revista	Média
Análise Econômica	3,09
Revista de Econometria	1,36
Economia	5,36
Economia Aplicada	5,55
Revista de Economia Contemporânea	2,36
Economia e Sociedade	2,73
Revista de Economia e Sociologia Rural	5,82
Revista de Economia Política	3,27

Estudos Econômicos	6,09
Nova Economia	4,73
Revista Brasileira de Economia	4,27

Fonte: Elaborada pela autora.

Na Tabela 06 foi apresentada a média de artigos relacionado ao tema por cada revista por ano. Pode-se ver que as publicações variaram de um a seis artigos em média por cada revista a cada ano. Sendo a Revista Estudos econômicos a que publicou o maior número de artigos, com média de seis artigos por ano.

#### 4.1.2 TÍTULOS QUE CITARAM OS JOVENS

O título de um trabalho geralmente é a primeira informação vista pelo leitor ao se fazer uma pesquisa bibliográfica, ele mostra o tema ou conteúdo estudado (GARCIA; GATTAZ, C. C; GATTAZ, N. C., 2019). Os artigos que apresentaram as palavras chaves em seu título foram também selecionados, no total foram dezoito artigos encontrados. Os mesmos com seus respectivos autores, revistas e objetivos podem ser observados no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Títulos que citaram os jovens de 2010 a 2020

Palavra citada	Autores	Título	Revista	Sobre o que é o trabalho?
Jovens	Kalinca Léia Becker (2020)	Análise do Impacto do Programa Saúde na Escola Sobre a Violência e o Consumo de Substâncias Ilícitas dos Jovens nas Escolas Brasileiras	Revista Análise Econômica	O trabalho dessa autora estudou a prevenção da violência e no uso de álcool, tabaco e outras drogas por jovens estudantes e se estes foram impactados pelo Programa Saúde na Escola.
Adolescente	Guilherme Silva Araújo, Rosana Ribeiro, Henrique Dantas Neder (2010)	Impactos do Programa Bolsa Família sobre o Trabalho de Crianças e Adolescentes Residentes na Área Urbana em 2006	Revista Economia	Esse trabalho investigou os impactos do programa Bolsa Família sobre o trabalho infanto-juvenil a partir das famílias beneficiárias do programa e residentes na área urbana.
Jovem	Maria de Fátima Garcia, Eliane Cristina de Araújo, Elisangela Luzia Araújo,	A Condição do Jovem no Mercado de Trabalho Brasileiro: Uma Análise Comparativa entre o Emprego e o	Revista Economia	O artigo estudou o desempenho do mercado de trabalho brasileiro de 1999 a 2009 condicionado pelas políticas macroeconômicas pelo ciclo econômico,

	Izabel Aparecida Faustino (2012)	Primeiro Emprego (1999-2009)		comparando os resultados do emprego e primeiro emprego dos jovens.
Teen	Renata Narita, Maria Dolores Montoya Diaz (2016)	<i>Teenage motherhood, education, and labor market outcomes of the mother: Evidence from Brazilian data</i>	Revista Economia	Este artigo pesquisou os efeitos da maternidade na adolescência sobre a escolaridade e no mercado de trabalho.
Jovens	Carlos Henrique L. Corseuil, Miguel Foguel, Leon Faceira Tomelin (2019)	Uma Avaliação de Impacto de um Programa de Qualificação Profissional na Empresa sobre a Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho Formal	Revista Economia Aplicada	Foi avaliado um programa de treinamentos voltado para jovens dentro de empresas participantes deste estudo e quais foram os impactos desse treinamento na empregabilidade dos participantes.
Jovens	Luciana de Oliveira Rodrigues, Edward Martins Costa, Francisca Zilania Mariano, João Paulo Martins Guedes (2018)	O Efeito de Aposentadorias, Pensões e Programas Sociais na Frequência Escolar e Oferta de Trabalho dos Jovens Brasileiros	Revista Economia Aplicada	Foi analisado o impacto de aposentadorias, pensões e programas sociais a respeito da frequência escolar e oferta de trabalho dos jovens.
Jovens	Rodolfo Hoffmann (2010)	Como aposentadorias e pensões afetam a educação e o trabalho de jovens do domicílio	Revista Economia e Sociedade	No trabalho foi visto sobre a probabilidade de jovens não estudarem nem trabalharem devido ao rendimento do domicílio ser formado por aposentadorias e pensões.
Adolescente	Ana Cecília de Almeida, João Eustáquio de Lima, Lorena Vieira Costa (2018)	A participação da mãe no mercado de trabalho e o diferencial de anos de estudo por gênero entre adolescentes	Revista Estudos Econômicos	Esse trabalho debateu os efeitos associados a participação das mães no mercado de trabalho e a escolaridade de seus filhos.
Jovens	Kalinca Léia Becker (2017)	O efeito da interação social entre os jovens nas decisões de consumo de álcool, cigarros e outras drogas ilícitas	Revista Estudos Econômicos	Foi estudado as interações sociais dos jovens nas escolas, pública e privada, em relação a tomada de decisões de consumo de drogas ilícitas, como álcool e cigarro.

Jovens	Kalinca Léia Becker (2019)	Como a deficiência afeta a educação e o trabalho de jovens no Brasil	Revista Nova Economia	O trabalho abordou como a discriminação e as limitações das atividades causadas pela deficiência podem afetar a educação e o trabalho desses jovens.
Jovens	Mauricio Reis (2015)	Uma Análise da Transição dos Jovens Para o Primeiro Emprego no Brasil	Revista Brasileira de Economia	Este analisou a duração do desemprego dos jovens no país, a transição dos jovens do desemprego para o primeiro emprego e os fatores que influenciam essa transição.
Youth	Lia Chitolina, Miguel Nathan Foguel, Naercio Aquino Menezes-Filho (2016)	<i>The Impact of the Expansion of the Bolsa Família Program on the Time Allocation of Youths and Their Parents</i>	Revista Brasileira de Economia	Foi visto o impacto da expansão do programa Bolsa Família às famílias com jovens entre 16 a 17 anos na alocação dos mesmos, e acerca da oferta de trabalho de seus pais.
Jovens	Raquel Pereira Pontes, Marcio Nora Barbosa, Leonel dos Santos Silveira, Lorena Vieira Costa (2018)	O Comportamento de Jovens e Adultos no Mercado de Trabalho Brasileiro com Relação à Permanência no Emprego	Revista Economia Contemporânea	Este artigo estudou a rotatividade entre empregos dos jovens brasileiros, suas incidências e aspectos determinantes.
Juventude	Fernando Luis Martins Costa, Ricardo Ralisch (2013)	A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR)	Revista Economia e Sociologia Rural	Buscou conhecer os anseios, as perspectivas de futuro e a realidade vivenciada pelos jovens rurais moradores do assentamento Florestan Fernandes.
Juventude	Leandro Gomes Reis Lopes, Denis Barros de Carvalho (2016)	Dinâmica Temporal do Assentamento e os Projetos de Vida da Juventude Rural	Revista Economia e Sociologia Rural	A partir de um estudo de caso de um projeto de assentamento organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Vale da Esperança, foi discutido a (re)construção de projetos de vida de jovens rurais.
Jovem	Joel Orlando Bevilacqua Marin (2020)	Pronaf Jovem as disjunções entre o ideal e o real.	Revista Economia e	Este trabalho estudou os limites do Pronaf Jovem na construção

		Revista Economia e Sociologia Rural	Sociologia Rural	social de uma juventude rural, agrícola e sucessora familiar.
Juventude	Jorge Luiz de Goes Pereira, Fátima Cruz Souza (2020)	Formação de Técnico em Agropecuária no Brasil e na Espanha Projetos de vida da juventude rural	Revista Economia e Sociologia Rural	A partir dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do norte do Brasil e dos Centros de Formação Agrária do norte da Espanha, foi discutido gênero, educação técnico-profissional em Agropecuária e projetos de vida de jovens rurais.
Youth	Maitê Rimekká Shirasu, Ronaldo de Albuquerque e Arraes (2020)	<i>Evaluation of the economic costs associated to the neet youth in Brazil</i>	Revista Economia Política	Estudou por meio do Propensity Score Matching, os principais custos econômicos associados à ociosidade dos jovens nem-nem.

Fonte: Elaborada pela autora.

Dentre estes, Jovens foram citados no título de oito dos artigos selecionados, juventude em cinco, adolescente em três e jovem em apenas dois artigos. Essas palavras foram as palavras-chave ressaltadas nos títulos, nas quais definiam a população estudada desses trabalhos. Dezoito entre os 491 artigos mostram que a temática da juventude vem sendo pouco abordada nas revistas econômicas brasileiras. Revela-se necessário trabalhos que abordam a juventude, e informar essa população estudada em seus títulos para que esses possam aumentar o alcance do artigo. Sendo assim, pesquisadores, tanto nativos quando não nativos, podem ter acesso ao seu conteúdo.

#### 4.1.3 AUTORES QUE CITAM OS JOVENS

Foram analisados os números de publicações e relacionadas a seus autores, no total foram 805 autores diferentes. O autor que possui o maior número de publicações foi Naércio Aquino Menezes Filho, este esteve presente em dez artigos que citaram sobre os jovens. Já Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira foi a segunda de maior número de publicações, com nove artigos que fazem parte de sua autoria. Os autores Ana Flavia Machado, Ana Lúcia Kassouf, Felipe Garcia Ribeiro, Hilton Martins de Brito Ramalho, Marcelo Justus dos Santos, Mauricio Cortez Reis, foram os autores que possuem oito artigos no total

de publicações com seus nomes. Sete autores publicaram sete artigos cada, três autores publicaram seis artigos, onze publicaram cinco artigos, dentre outros apresentados na Tabela 07.

Tabela 7 - Artigos publicados e quantidades de autores

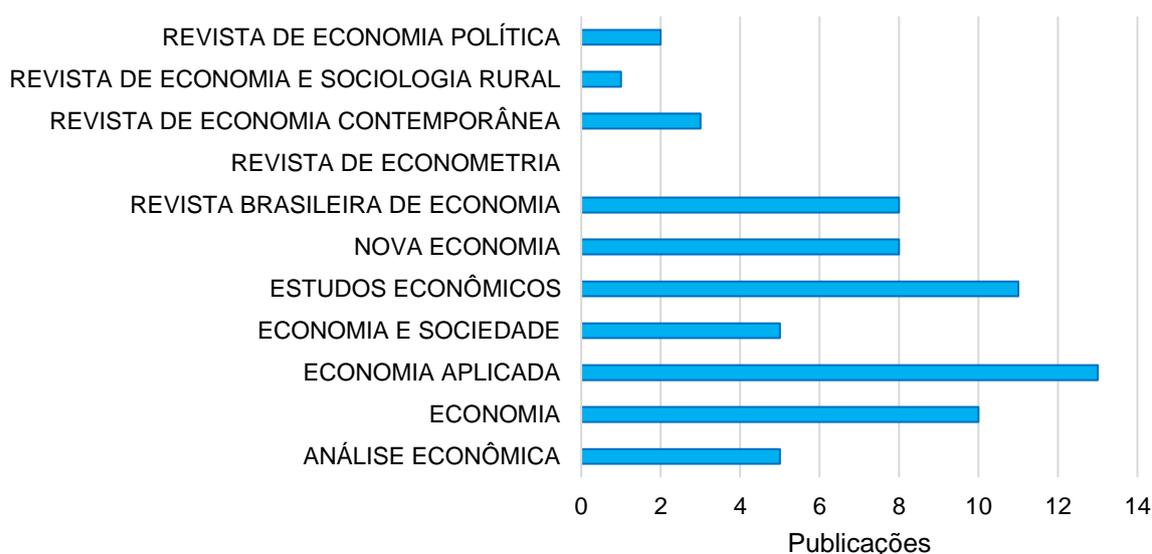
<b>Artigos Publicados</b>	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1
<b>Número de Autores</b>	1	1	6	7	3	11	15	31	95	635

Fonte: Elaborada pela autora.

Autores com duas ou mais publicações representaram 21,11% dos artigos, menos de um terço das publicações foram de mais de um artigo sobre os jovens, ou seja, 170 autores de 805. Pode-se ver que poucos autores buscam desenvolver suas pesquisas sobre os jovens, a maioria dos autores pesquisados publicaram apenas uma vez entre as revistas examinadas. A relação de autores e número de artigos publicados são apresentados no Apêndice A.

Elaborou-se um ranking dos três autores que publicaram o maior número de artigos. Para tal, selecionaram-se os artigos dos autores que tiveram 10, 9 e 8 publicações, desses somaram-se oito autores que publicaram 67 artigos no total. Por meio desta análise foi possível identificar quais são as revistas de maior preferência desses autores. Conforme exposto pela Figura 05.

Figura 5 – Periódicos de preferência dos autores com maior número de publicações



Fonte: Elaborada pela autora.

Dentre artigos encontrados, treze artigos dessa análise foram publicados na revista Economia Aplicada, mostrando a preferência dos autores por esse

periódico. Em segundo lugar está a revista Estudos econômicos com onze artigos, seguida pela revista Economia com dez artigos.

Cada autor tem sua preferência por uma revista, Naércio Aquino Menezes Filho, por exemplo, ao abordar a juventude mostrou-se inclinado em publicar na Revista Brasileira de Economia e na Revista Estudos Econômicos, já Maurício Cortez Reis possui uma preferência pela Revista Economia Aplicada, Ana Lúcia Kassouf mostrou uma preferência mais diversificada junto com Ana Flavia Machado, Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira, Felipe Garcia Ribeiro e demais autores.

Pode-se ver com esse tópico que a preferência da produção de artigos no que se refere a juventude é concentrada em poucos autores. Ao se aprofundar no que cada autor escreveu sobre o tema pode-se ver que cada a maioria desses autores deu preferência a temas relacionados ao mercado de trabalho, seguidos pela educação. Estes assuntos foram os de maiores destaques entre esses oito autores. Já quando é visto as palavras chaves que cada um dos autores colocaram em seus artigos, pode-se ver que educação e trabalho infantil são os principais tópicos abordados, acompanhando com os assuntos principais relatados.

#### 4.1.4 FREQUÊNCIA DOS TERMOS ENTRE AS PALAVRAS-CHAVE DOS ARTIGOS

As palavras-chave são a porta de acesso ao texto, elas são fundamentais para a indexação das bases de dados (GARCIA; GATTAZ, C. C; GATTAZ, N. C., 2019) a partir dos termos mais utilizados nos artigos. Devido a isso foi coletado e organizado as palavras chaves de cada artigo e agrupadas as palavras que se repetiam, podendo ser contabilizadas para análise.

A partir das palavras-chave coletadas de cada artigo, pode ser visto os assuntos que os artigos abordaram em suas pesquisas. Foram 1832 palavras-chave, cada artigo teve um enfoque diferente, os assuntos de maior recorrência foram agrupados e as 10 palavras-chave mais reproduzidas podem ser vistas na Tabela 08.

Tabela 8 - Palavras-chaves dos artigos e total de ocorrências

<b>Palavra-chave</b>	<b>Número de ocorrências</b>
Brasil	30

Mercado de Trabalho	29
Crescimento Econômico	21
Programa Bolsa Família	21
Educação	20
Pobreza	17
Agricultura Familiar	16
Desigualdade	15
Capital Humano	13
Trabalho Infantil	12

---

Fonte: Elaborada pela autora.

Foram 214 palavras chaves reproduzidas mais de uma vez, cerca de 11,73% do total de palavras chaves dos artigos. Brasil é a palavra mais utilizadas nos trabalhos, por abordar o país e a população estudada nos trabalhos.

Mercado de trabalho foi o segundo assunto mais abordado, com 29 trabalhos abordando o assunto, o mesmo mostra-se uma área importante da economia para os jovens por representar sua principal fonte de renda, e onde eles mais apresentam dificuldades. 21 trabalhos apresentaram sobre o crescimento econômico, que é o momento na qual os jovens mais precisam para se estabilizar e definir suas trajetórias com confiança.

Bolsa Família, como muitos trabalhos abordaram os jovens em idade escolar, foram citados sobre suas trajetórias no programa, seus valores e benefícios, critérios e desenvolvimento a partir do programa. Esse programa facilitou a vida de muitos jovens brasileiros, tanto no mercado de trabalho, quanto na Educação, que é a próxima palavra-chave mais relatada nos trabalhos. Educação mostrou-se um assunto muito importante para os pesquisadores, eles abordaram bastante sobre os jovens de diferentes faixas etárias, seja sobre ensino médio, EJA, ensino superior, analfabetismo, muitos falaram sobre suas perspectivas de formação de capital humano, seus desafios e conquistas a partir da educação.

Pobreza foi uma palavra-chave que abordou os jovens em diversos tópicos, desde os conteúdos já citados, como mercado de trabalho, educação e bolsa família, como também abordaram a renda, alimentação, saúde e outros benefícios e programas sociais. Agricultura familiar é um assunto de grande preocupação quando relacionado aos jovens, por discutir sobre uma das

principais dificuldades que a área rural vem passando, o envelhecimento populacional e o êxodo dos jovens para as cidades.

Desigualdade é abordada nas pesquisas em relação a salário, gênero, cor, moradia, entre outros. Capital humano é visto conteúdos sobre a educação e qualificação dos jovens, como eles conciliam estudo e trabalho. Já trabalho infantil é exposto a informalidade, trabalho inadequado para a idade dos jovens, como o trabalho na infância afeta os jovens e seus futuros, dentre outros assuntos relacionados.

#### 4.1.5 TEMAS DE INVESTIGAÇÃO

Os resultados dos assuntos mais discutidos podem ser vistos na Tabela 09, que aponta como principal assunto abordado o Mercado de Trabalho. 157 artigos abordaram o jovem ao menos uma vez sobre esse tópico, no mercado de trabalho, foram encontrados artigos sobre emprego, desemprego, trabalho infantil, dentre outros. Esses assuntos representam 31,98% dos artigos encontrados, quando se considera dentro de todos os artigos pesquisados este representa 4,50%.

Tabela 9 - Assuntos mais citados sobre os jovens

Assuntos	Distribuição de temas entre os artigos estudados	Distribuição percentual dos artigos estudados	Porcentagem entre todos os artigos pesquisados
Outros	156	31,77%	4,48%
Mercado de Trabalho	157	31,98%	4,50%
Educação	133	27,09%	3,82%
Rural	61	12,42%	1,75%
Programas Sociais	56	11,41%	1,61%
Migração	41	8,35%	1,18%
Saúde	29	5,91%	0,83%
Criminalidade	27	5,50%	0,77%
Definição	8	1,63%	0,23%

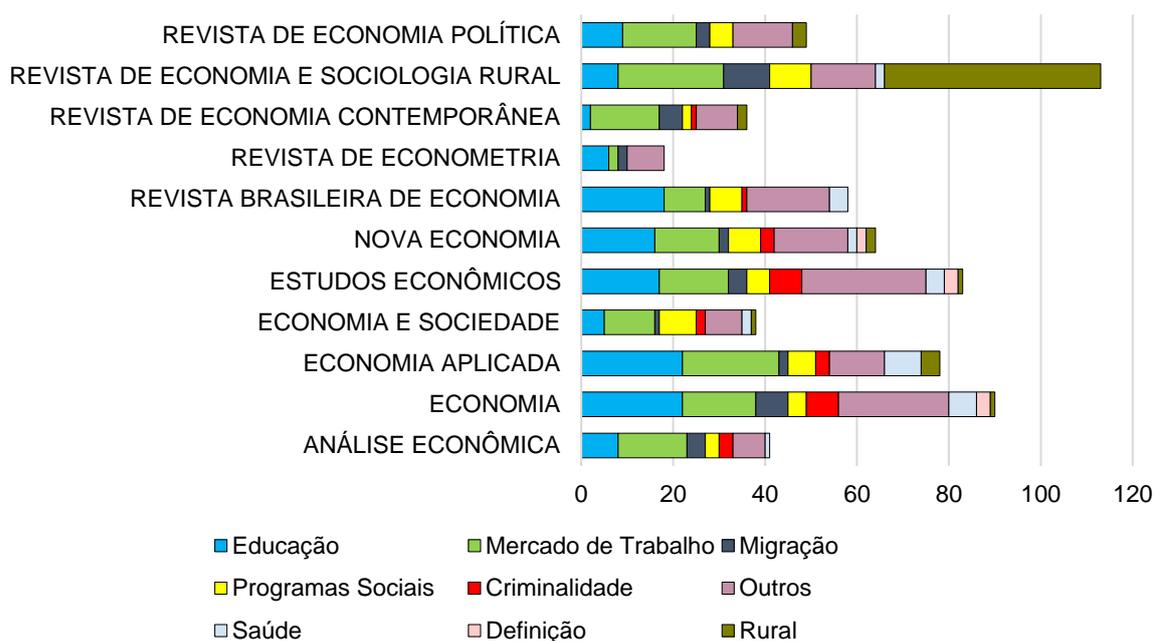
Fonte: Elaborada pela autora.

Houve uma grande variedade de trabalhos abordando o tema da educação, 133 artigos envolveram esse assunto ao menos uma vez, apresentando 27,09% dos 491 artigos, com temas mostrando a importância do capital humano, como os estudos são importantes para o desenvolvimento dessa população, os pontos positivos e negativos dos ensinos públicos e privados, dados sobre o ensino

superior, frequência escolar foram os assuntos que maior representaram essa população.

Na Figura 06 é exposto o total de assuntos dos artigos analisados e seus respectivos periódicos. Cada artigo abordou um assunto ou mais em seu conteúdo, nisso foram observados cada citação dos artigos e classificados entre os nove assuntos apresentados no início do tópico. Esses assuntos foram contabilizados e então organizados nas suas referentes revistas.

Figura 6 - Assuntos por revistas



Fonte: Elaborada pela autora.

Pode ser visto que a revista Economia e Sociologia Rural apresentou uma maior média de assuntos citados nos seus artigos (1,7656 assuntos por artigo). Já a revista de Econometria exibiu a menor média de assuntos entre as revistas (1,2 assuntos por artigo). Três revistas desenvolveram uma maior diversidade de assuntos em suas publicações, a revista Nova Economia, a revista Estudos Econômicos e a revista Economia.

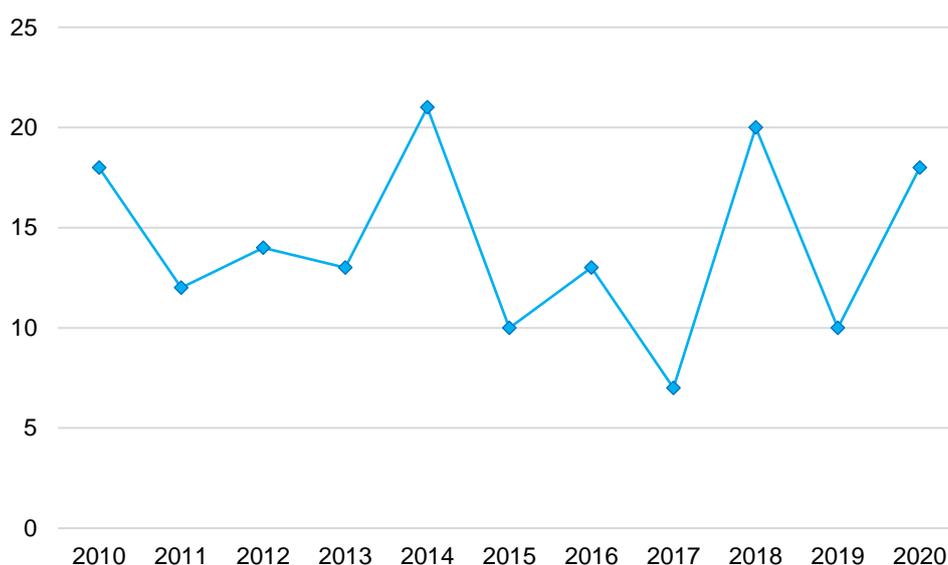
Foram poucos os trabalhos que definiram a juventude, mesmo alguns dos trabalhos que tiveram eles como tema principal esses não deram uma definição dos jovens, a maioria desses retrataram sobre seu comportamento e algumas atitudes relacionadas aos mesmos. Dentre todos, apenas oito artigos, 1,63% dos encontrados, falaram sobre o tema, representando apenas 0,23% de todos os

artigos. No Apêndice B pode ser aprofundado as quantidades dos assuntos abordados por cada revista.

#### 4.1.6 ASSUNTOS POR PERÍODO

Ao se observar o período de cada artigo encontrado, cada assunto possui um comportamento diferente, que pode ter relação tanto com a situação econômica do período, as notícias e acontecimentos que influenciaram o cenário econômico, políticas públicas em evidência, as relações internacionais, entre outros fatores. Foram observados cada assunto com seus períodos de destaque para uma melhor compreensão de como foram escolhidos os temas para as publicações, não necessariamente de relação com o jovem, mas que influenciaram publicações sobre esses assuntos principais.

Figura 7 - Publicações sobre o Mercado de Trabalho por período



Fonte: Elaborada pela autora.

Mercado de trabalho foi o assunto de maior número de publicação, uma média de 14 ao ano, este assunto apresentou um pico de publicações no ano de 2014, como pode ser visto na Figura 07. Esse foi um ano bem movimentado para as publicações de economia, no ano anterior houve manifestações, protestos e diversos movimentos no país devido a insatisfação política e econômica. Um dos principais pontos apresentados pelo mercado de trabalho nas pesquisas foi sobre o desemprego entre os jovens. No ano de 2013 foi apresentado a menor taxa de desemprego dos últimos onze anos (7,1%) sendo apenas superado pelo

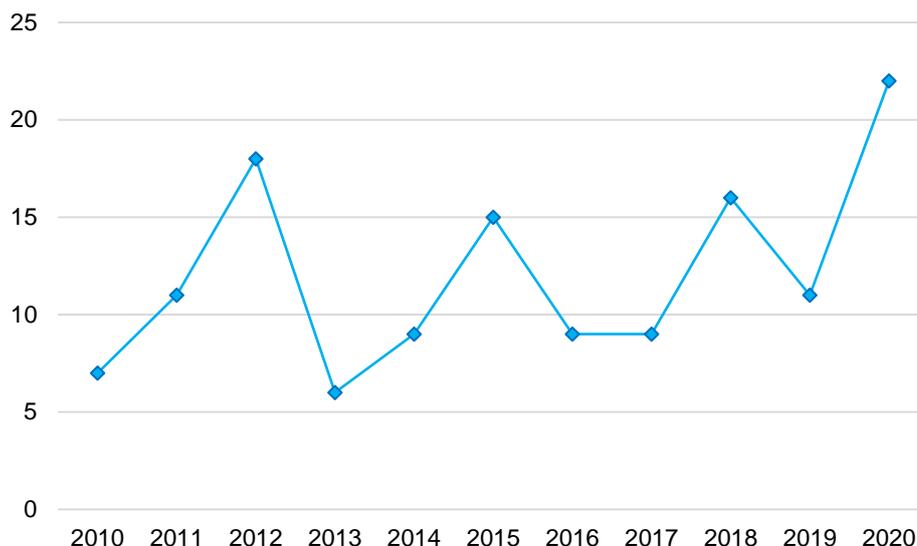
ano de 2014 que foi ainda menor (4,8%), essas taxas podem ser as principais motivações para o pico de publicações no ano de 2014 (OLIVEIRA, 2015).

Alterações na legislação trabalhista nos anos de 2017 a 2018 podem ter influenciado diversas publicações sobre os jovens no mercado de trabalho, essas alterações visavam incrementar o grau de flexibilização das relações trabalhistas no país, como por exemplo facilitar a prestação de serviços de empresas por terceiros (IPEA, 2020). Essa flexibilização aumentou o número de trabalhadores por conta própria, o que pode ter influenciado as publicações sobre o emprego de jovens sob a nova lei trabalhista, assuntos relacionados a empregabilidade, informalidade e trabalho infantil.

Trabalhos publicados em 2020 podem ter sido motivados pela pandemia de coronavírus, por causa disso, o desemprego que já era uma preocupação no país aumentou ainda mais, o número de novas vagas de emprego diminuíram drasticamente, muitas empresas de pequeno e médio porte fecharam, o setor de comércio e serviços foi um dos mais afetados pela crise sanitária, a falta de esperança da população ao procurar emprego levou a muitos ao desalento. Os jovens foram os mais afetados pela pandemia, representados com 31% dos desocupados, aumentaram os trabalhos de Home office, e muitos trabalhadores entraram para a informalidade (BRASIL, 2021).

Os artigos envolvendo o mercado de trabalho também se relacionavam os demais assuntos destacados neste trabalho. Por representar a fonte da renda da população, estudar o mercado de trabalho é essencial para a economia. Um assunto que é o passo antes da entrada no mercado e até mesmo anda junto com ele é a educação. A educação forma as pessoas para a entrada no mercado e para essa próxima fase da vida, é também a fase de maior relação ao jovem pois marca esse período de transição da juventude para a idade adulta a partir dos estudos. Essa temática está representada na Figura 08 e tem uma média de publicação de 12 artigos por ano.

Figura 8 - Publicações sobre a Educação por período



Fonte: Elaborada pela autora.

2012 foi o ano marcado por greves no funcionalismo público, com o início nas universidades federais as paralisações buscavam pelo aumento salarial e reestruturação de carreiras, que a partir daí entraram no movimento outros setores do serviço público (cerca de 40 setores), desde a polícia federal, ministério das relações exteriores ao ministério da agricultura, tornou-se uma das maiores greves que já ocorreu no serviço público brasileiro (CASTRO, 2012).

Sendo as universidades federais a área que impulsionou a greve dos servidores federais de 2012, a educação tornou-se foco nas publicações econômicas nesse período. Não apenas pelo movimento, mas também pelo que esse resultou na educação do país, como por exemplo o atraso do período letivo escolar e universitário dos estudantes das instituições paralisadas (CASTRO, 2012). Em 2014 foi aplicado o PNE (Plano Nacional de Educação) onde este previa a destinação de 10% do PIB para a educação para os próximos dez anos (SANTANA, 2014).

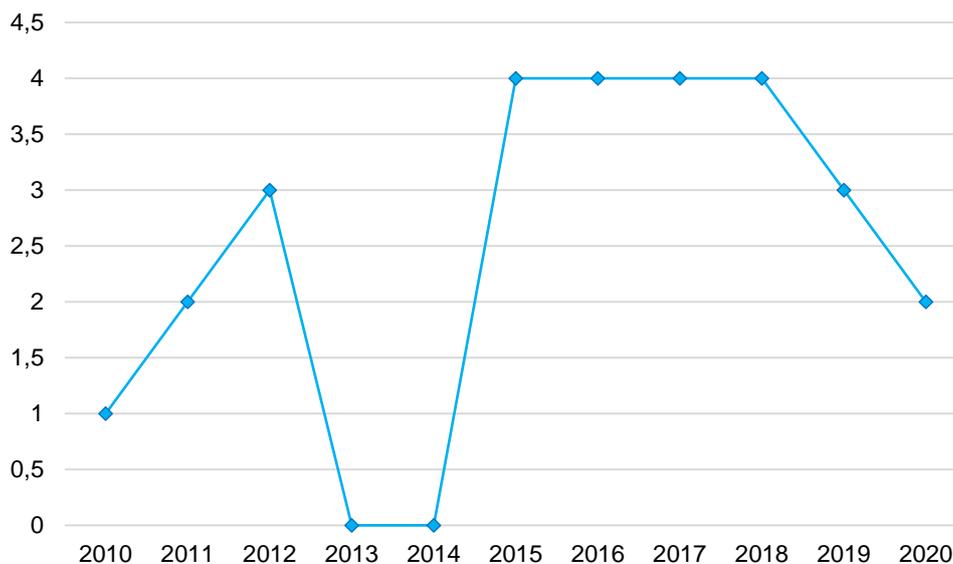
O ano de 2020 teve grandes polêmicas na área de educação. A pandemia de coronavírus afetou as instituições de ensino, com a quarentena e políticas de distanciamento social, muitas instituições tiveram que mudar suas atividades presenciais para o ensino remoto. Isso aumentou a desigualdade da população jovem, principalmente das famílias de baixa renda que não tinham condições de acompanhar as aulas e atividades oferecidas pelas escolas (REDE PESQUISA SOLIDÁRIA, 2021).

Nesse mesmo ano o governo brasileiro executou cortes nas bolsas Capes de mestrados e doutorados, a Portaria 34 oferecia bolsas na modalidade empréstimo, deslocando bolsas para três áreas: ciências da vida, ciências exatas e tecnológicas e humanidades. Essas áreas receberam aumento de benefício pelo que o cenário brasileiro de crise sanitária estava demandando. Foram consideradas uma “sangria” para os cursos das áreas de humanas, esses tiveram uma grande redução nos números de bolsas. Uma outra ação do Ministério de Ciência e Tecnologia, foi uma portaria editada pelo governo que retirou dos eixos prioritários as ciências humanas dos projetos de pesquisas financiados entre 2020 e 2023, mesmo sendo incluído de volta após grande repercussão alguns editais permaneceram com os critérios dessa portaria (ANPG, 2020).

Essa Portaria 34 foi implantada bruscamente pelo governo enquanto as universidades já estavam com seus processos seletivos de bolsas fechados. Muitos estudantes já haviam assinado contrato com a Capes e enviados seus documentos para as instituições. A portaria teve um efeito imediato na vida dos estudantes, que já estavam estabelecidos na região que iriam estudar e contavam com a bolsa que deveriam receber, sendo então perdidas e esses pesquisadores deixados à sorte em relação aos estudos e fonte de renda (UFSC, 2020).

Todas essas controvérsias na educação brasileira levaram ao aumento das publicações de 2020. A educação nesse ano foi afetada de diversas maneiras, desde por causa da pandemia de Covid19, as políticas mal executadas do governo. Foram levantadas questões de distintos assuntos relacionados a juventude na área, e todas mostraram a importância das pesquisas das ciências humanas.

Figura 9 - Publicações sobre a Criminalidade por período



Fonte: Elaborada pela autora.

O período de 2012 foi relatado em revistas e notícias o sobre o grande aumento da violência entre as populações vulneráveis. Dentre elas, Jovens, crianças, mulheres e população LGBT (FREITAS, 2012). É indicado na Figura 09 um aumento nesse período, podendo ser um ponto influenciador das publicações. Criminalidade tem em média 2 publicações ao ano.

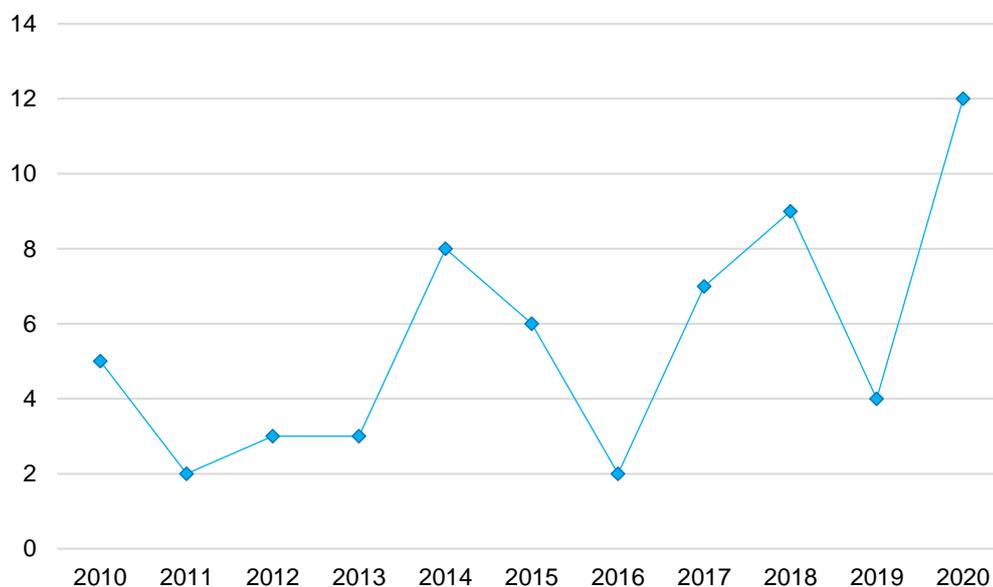
Um ponto que chamou atenção nas revistas econômicas foram que nos anos de 2013 e 2014 não houve artigos abordando a criminalidade ou violência no país sobre os jovens. Mesmo nesses anos tendo ocorridas grandes manifestações e acontecimentos que chamaram a atenção sobre a violência no Brasil (CIRIZA, 2014). Alguns acontecimentos que podem ser vistos como exemplos foram as manifestações de junho de 2013, chamada de jornadas de junho, onde houve um grande levante popular no país, iniciado pelo Movimento Passe Livre que protestavam contra o aumento da tarifa de transporte público, mas foram levantadas outras pautas demandadas como educação, saúde e habitação. Nessa época a média de idade dos participantes era formada por jovens.

O resultado apresentado por esse gráfico sobre a criminalidade relacionada aos jovens pode ter relação a uma escolha das revistas para não mostrar sobre a alta criminalidade que ocorria no país. Uma questão de imagem, até porque esse período também foi marcado pela copa do mundo que foi realizada no país em 2014, que preocupava os turistas em relação a segurança em nosso país e

que também teve um movimento realizado pela população contra a realização do evento, marcada pela violência policial (MOURA, 2014). Essa é uma suposição baseada nas notícias da época sobre esse tópico.

Esse período de 2014 até os dias atuais foi marcado pela crise econômica Brasileira, que afetou milhões de brasileiros, essa crise ocasionada por erros de política econômica, reduziram a capacidade de crescimento da economia brasileira e geraram um custo fiscal elevado. Trabalhos relacionando a criminalidade com a pobreza e baixa educação no país foram alguns dos principais assuntos abordados nesses anos. Que podem ter sido inspirados pela situação econômica caótica nesses períodos, uma crise sucedida por outra recessão (Crise de 2015 a Pandemia de Covid-19 em 2020).

Figura 10 - Publicações sobre a Juventude Rural por período



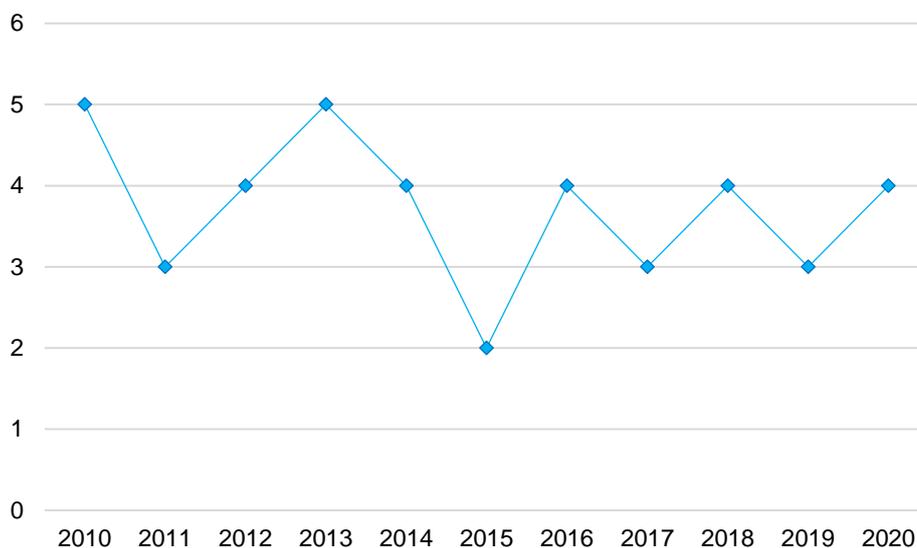
Fonte: Elaborada pela autora.

De 2004 a 2013 a parcela de não remunerados no mercado de trabalho rural teve uma diminuição de 66,5%, nessa população se encontram majoritariamente jovens, mulheres e crianças. Muito se dá pelas políticas de proteção social e migração da maioria jovem para as áreas urbanas (DIESE, 2014). Pelo menos 5 trabalhos por ano são publicados sobre a juventude rural.

De 2018 a 2020 houve uma grande diminuição do número de jovens no campo, de 7,5 milhões de jovens para 6,7 milhões em 2020. Além de muitos terem sido afetados pela pandemia de Covid19, a falta de perspectiva dos jovens de se manter no campo é um dos principais motivos desses jovens deixar o

campo, os cortes sucessivos em políticas públicas básicas implicaram também nesse resultado. A Figura 10 pode representar como a preocupação com essas grandes diminuições da população jovem nas áreas rurais brasileiras são os motivos da maioria das publicações estudadas (FETAEMG, 2021).

Figura 11 - Publicações sobre a Migração por período



Fonte: Elaborada pela autora.

A migração teve uma quantidade de publicações média de 3,72 publicações por ano. Essa década, vista na Figura 11, teve um número constante de publicações sobre migração e juventude, um tópico que durante esses anos continua sendo debatido nas mídias devido a diversos movimentos migratórios e imigratório ao redor do mundo. Seja na busca por trabalho, fuga de conflitos, melhores condições de vida é um assunto que preocupa várias nações do mundo.

Até 2013 o Brasil vinha atraindo diversos movimentos migratórios, a economia estava em crescente expansão e graças as boas expectativas de desenvolvimento do país muitos imigrantes davam entrada no Brasil em busca de melhores oportunidades. Os assuntos de migração e imigração eram tópicos de grande discussão no país nesse período, que se tornou até tema da redação do Enem em 2012 (AGUIAR, 2012). Nesse ano, imigrantes do Haiti estavam entrando no país em busca de melhores condições de vida, esse país havia sido atingido por desastres naturais e isso tinha agravado os problemas do país. Além de relatos de imigrantes bolivianos buscando no Brasil melhores condições econômicas (LIMA, 2017).

Em 2013 seu pico também pode ter relação com o programa mais médicos, desenvolvido pelo governo para abastecer o sistema público de saúde, que estava com esses profissionais da medicina em falta. Esse programa do governo recrutava profissionais brasileiros e estrangeiros, formados tanto dentro quanto fora do país, para regiões que careciam desses profissionais no serviço de saúde. O que chamou atenção da população devido a aceitação de profissionais estrangeiros e sobre a vinda de médicos cubanos, um acordo de que ao não serem ocupadas essas vagas poderiam ser ocupadas pelos médicos cubanos, pela cooperação com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

Figura 12 - Publicações sobre Saúde por período



Fonte: Elaborada pela autora.

Saúde é um tema que tem 2 publicações em média por ano. 2012 teve grande repercussão acerca dos planos de saúde, muitos médicos fizeram paralisações no atendimento de determinados planos de saúde por causa dos baixos valores repassados pelos procedimentos e consultas. Muitos convênios de saúde encerraram suas atividades ou tiveram suas atividades paralisadas pelo governo até conseguirem se adequar com as novas regras e valores (CIEGLINSKI, 2012).

O tema saúde aparenta não ter tido o mesmo efeito que a migração em relação ao programa mais médicos no ano de 2013, como exposto na Figura 12. Mas em 2015 esse programa teve uma grande mudança na sua composição,

que antes 85% das vagas eram ocupadas por cubanos, nesse ano os brasileiros preencheram 100% das vagas ofertadas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

Em 2015 houve vários casos de Zika vírus no Brasil, além de casos de Dengue e Chikungunya também estarem em alta nesse período. O Zika vírus foi um vírus que preocupou a população brasileira considerada uma das maiores emergências públicas do país até o período. Mesmo em 2016 o vírus ter deixado de ser uma emergência pública, seus prejuízos ainda eram vistos a população. Quando o vírus infectava uma gestante a doença levava os fetos a desenvolverem microcefalia, como também outros problemas neurológicos e malformações nos bebês dessas mães que foram contaminadas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

Mesmo que no período de 2015 o país estar sofrendo uma forte crise econômica, o governo brasileiro se mobilizou para lutar contra esse problema. Foram feitas várias pesquisas e movimentos para combater o mosquito *Aedes aegypti*, que era o inseto transmissor dessa doença e de outras como a dengue. O engajamento do estado e dos órgãos de saúde pública fizeram diminuir os focos dos mosquitos e conseqüentemente os casos de Zika e dengue no país em 2016. Mas muitas famílias sofreram com os resultados da doença e mesmo recebendo ajuda e acompanhamento dos serviços públicos, o vírus deixou uma marca em muitas famílias brasileiras (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

2017 foi o ano que iniciou a operação carne fraca, que foi uma operação que investigava irregularidades nos frigoríficos do país, desde adulteração de produtos a corrupção nas empresas. Esse foi um momento crítico para o país, pois a investigação havia trazido um período de desconfiança para a carne brasileira tanto no consumidor interno quanto externo. (SALOMÃO, 2018) Essas notícias podem ter levado as publicações sobre a saúde alimentar das famílias brasileiras, além de ter gerado pânico com a informação de que as empresas estavam vendendo carne vencida e com papelão (esta foi um erro de informações publicado na mídia).

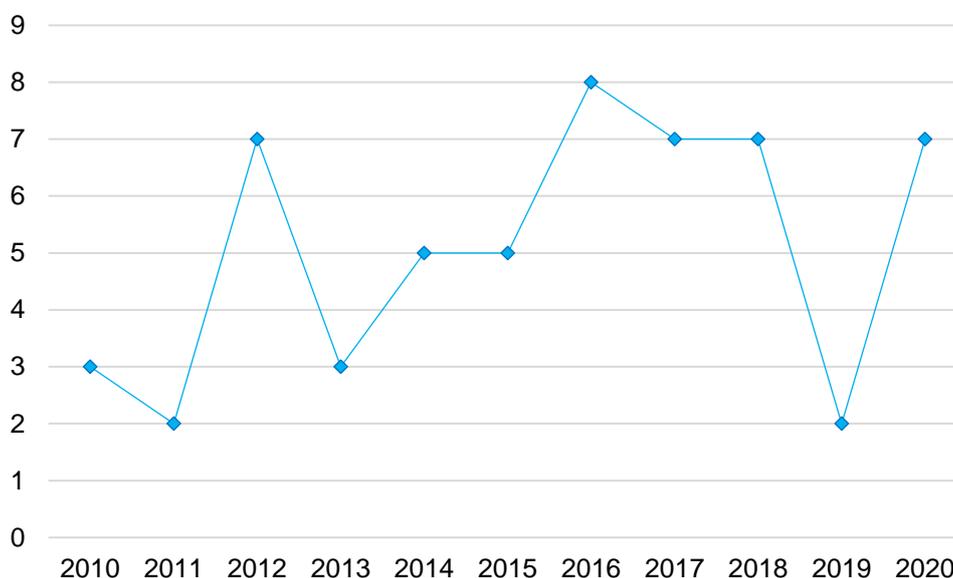
O Brasil teve um aumento de 7% na taxa de suicídio no ano de 2019, esse resultado foi o inverso do índice global de suicídios (FIGUEIREDO, 2019). Neste mesmo ano o país apresentou uma baixa cobertura da vacina tríplice viral, que

protege contra caxumba, sarampo e rubéola, logo ainda nesse ano o país sofreu um grande surto de sarampo (DOMINGUES, 2019).

Já o ano de 2020 foi um ano bem movimentado para a saúde Brasileira. A ausência de um plano de ações do governo para amenizar os impactos da pandemia sobre as atividades econômicas, junto do negacionismo, as falsas esperanças do chamado “tratamento precoce” oferecido pelo governo, levou a 194.949 mortes por covid no ano de 2020 (BARCELLOS, 2021).

A preocupação com a saúde mental da população também foi um ponto bastante abordado pela população durante a pandemia, principalmente profissionais da área da saúde que sofreram grandes pressões com a superlotação dos hospitais nesse triste período. Os impactos causados na saúde mental da população, sobretudo nos grupos vulneráveis (como crianças, jovens, mulheres, pessoas idosas, profissionais da saúde e pessoas com condições mentais preexistentes). Alguns problemas sofridos pelas pessoas durante essa pandemia, citados pela OPAS (2021), seriam luto, ansiedade, medo, estresse, dentre outros, estes podem persistir a médio-longo prazo e no período pós-pandemia.

Figura 13 - Publicações sobre Programas Sociais por período



Fonte: Elaborada pela autora.

São publicados ao menos 5 trabalhos sobre programas sociais ao ano. O mês de setembro de 2014 foi o mês recorde de pagamento do bolsa família, no valor de 247,31. Na Figura 13 pode ser visto um aumento no número de

publicações nesse ano, que pode ser relacionado com o aumento do benefício (OLIVEIRA, 2021).

No ano de 2015 houve modificações nos critérios de concepção do Financiamento Estudantil (FIES), no qual o candidato deveria atingir uma nota mínima na nota do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e não zerar a prova de redação, também houve alterações na taxa de juros que foi de 3,4 para 6,5% ao ano, como o país tinha entrado em um período de recessão econômica as taxas sofreram um aumento para sustentar o programa. Essas modificações no programa podem ter levado ao aumento de publicações no período sobre a educação e programas sociais (FIES, 2022).

Uma grande preocupação da população rural foi a extinção do programa Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural em 2020. Esse era um dos principais programas que ajudava a manter os jovens no campo, além de guiar a juventude para suceder na agricultura familiar (FETAEMG, 2021).

Os picos de publicações do ano de 2020 podem estar relacionados com o período de pandemia de Covid19 no qual a população brasileira se viu em dificuldades econômicas e necessitou de programas assistenciais de diversas áreas para subsistência.

## 4.2 SÍNTESE DOS CONTEÚDOS COLETADOS

Neste tópico é apresentada uma síntese das informações coletadas nos artigos que tiveram relação com a pergunta de pesquisa. Foram escolhidas as citações de acordo com os assuntos estão relacionados e feita a compilação e discutidas os principais tópicos levantados nos artigos dos últimos 10 anos.

### 4.2.1 DEFINIÇÃO E COMPORTAMENTO DOS JOVENS

Muitas Literaturas apresentam a juventude como período de transição da infância para a idade adulta, onde os indivíduos são obrigados a decidir sobre questões profissionais e educacionais, que terão reflexo por toda a vida dessas pessoas (RODRIGUES et al., 2018). Desde transformações físicas, sociais e econômicas. Essas são as principais características citadas nos artigos sobre os jovens.

A questão do futuro dos jovens na economia é levantada como sendo de grande importância. Rodrigues et al. (2018) explicam que os jovens apresentam

grandes potencialidades produtivas e econômicas, chamando-os de geração do futuro. Shirasu e Arraes (2020), mostram que os jovens são importantes elementos da sustentabilidade da sociedade e sua participação ativa faz a diferença no processo democrático. Almeida, Lima e Costa (2018, p. 604) ao observar a literatura econômica relatou que “as crianças e adolescentes são percebidos como um bem na produção da família”. O que mostra o potencial econômico dessa população.

Em questões de sobrevivência, por exemplo, muitos autores relatam sobre os jovens serem influenciados a entrar no mercado de trabalho muito cedo para ajudar na renda da família, especialmente em famílias pobres. As vezes essas decisões não cabem ao jovem de fazer sua escolha, pois esses são mais vulneráveis as mudanças socioeconômicas (RODRIGUES et al., 2018). Se a família está com poucas condições de vida, geralmente cabe aos mais jovens a responsabilidade de cooperar com a tentativa de melhora da situação em que convivem.

Essas questões levaram os autores Procópio, Freguglia e Chein (2015) questionar a teoria de igualdade de oportunidades em relação a educação, ao que se refere no que seria justo ou não à idade. Ao se avaliar, por exemplo, a desigualdade de renda, todos os indivíduos são adultos, os mesmos têm responsabilidade por suas escolhas. Já na educação a avaliação das desigualdades seria composta de crianças e adolescentes em sua maioria. O questionamento deles era: a quem se atribuiriam essas responsabilidades? Aos seus pais e professores ou a elas mesmas?

Para Procópio, Freguglia e Chein (2015) essa é uma questão delicada e controversa, pois essas crianças e adolescentes ainda estão aprendendo a fazer escolhas, e se não se pode atribuir responsabilidade a eles, toda a desigualdade seria injusta, adolescentes seriam parcialmente capazes de serem responsabilizados por suas decisões, por estarem nesse momento de transição para a idade adulta, sem contar dos fatores que estão fora do controle individual.

Existem poucos estudos sobre as interações sociais entre os jovens no Brasil (BECKER, 2017). E são esses estudos que podem fazer diferença em relação à economia de determinados locais. Entender o comportamento e as

decisões dessa população para uma melhor distribuição de recursos, ou para melhorar a situação econômica deles em diferentes cenários.

Felipe Almeida (2015, p. 232) ao estudar os instintos na tomada de decisão do consumidor citou que “Os jovens são mais propensos a serem convencidos do que ensinados, porque seu instinto de trabalho ainda não foi bem estabelecido.” Por exemplo a forte ligação emocional ocorrente nas relações de amizades tende a levar os adolescentes a imitar por observação o comportamento de seus amigos (RAPOSO; GONÇALVES, 2018; apud BERNDT; PERRY, 1986).

Muitos jovens se espelham no comportamento dos adultos ou de seu grupo para tomar decisões, como um multiplicador comportamental, por não terem vivência suficiente para tomar suas próprias decisões ou para se integrar ao grupo de interesse (BECKER, 2017). Raposo e Gonçalves (2018) citam que a principal fonte de interação, motivação e aspiração encontradas na aprendizagem de adolescentes são os amigos, eles são até mais importante para o desenvolvimento desses jovens, que os pais ou o ambiente domiciliar (apud HARRIS, 1995).

Oliveira et al. (2013) comentam sobre a vulnerabilidade, as pressões sociais dos adolescentes e sobre os jovens buscarem fazer parte de grupos e desejarem popularidade. Eles tendem a ceder a pressões sociais e sofrerem efeitos de longo prazo por se envolverem em determinados comportamentos. Eles observam seu meio como modelo, exemplos de conduta que influenciam o comportamento desses indivíduos, nos quais baseiam suas decisões na própria vivência (BECKER; KASSOUF, 2016).

Algumas questões envolvendo as atitudes da população jovem é citada nos artigos. Justus, Kahn e Kawamura (2015), por exemplo, apontam que jovens passam mais tempo na rua. Sant’Anna, Scorzafave e Justus (2016) apresentam os jovens em seu artigo como ousados, que é o motivo desses correrem mais riscos de sofrerem agressões. Justus, Kahn e Kawamura (2015) falam que em termos de bebida, porte de arma, entre outros comportamentos arriscados tendem a ser assumidos pela juventude. E Becker e Kassouf (2016) sugeriram que para reduzir as atividades violentas dessa população deve-se mantê-los longe da rua e ocupados.

O que leva a um ponto importante relacionado a essa população, atitudes arriscadas e comportamento violento. A temática ainda é muito generalizada e possui diversos estereótipos atreladas ao do jovem como por exemplo a rebeldia, a inconsequência e irresponsabilidade. Mesmo a juventude sendo apresentada como agentes de mudanças sociais e a geração que do futuro (RODRIGUES et al., 2018) muitos trabalhos apresentam essa ambiguidade nas características da juventude.

#### 4.2.2 MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho foi o assunto mais abordado nesta pesquisa. Muitos foram os trabalhos que citaram como juventude vem sendo afetada pela economia, e o mercado de trabalho é onde pode ser visto alguns dos maiores efeitos das mudanças dela.

Garcia et al. (2012) enuncia que o jovem é um subgrupo dentro do mercado de trabalho que reage ao contexto macroeconômico de forma diferenciada, seja pela sua intensidade ou direção de efeitos. Esses autores levantaram como o emprego e desemprego entre os jovens vem sendo uma preocupação para os governos e toda sociedade no geral.

Bastos (2014) ao falar sobre a participação do jovem no mercado de trabalho explica que esse grupo populacional possui uma menor dinâmica na demanda de trabalho, prejudicando-os em termos de ocorrência de desemprego. Em períodos de contração do ciclo econômico, os jovens que já se encontram em uma situação de maior vulnerabilidade, tem essa situação agravada no mercado de trabalho, e nas fases de expansão são os que menos possuem a ocorrência de uma melhora.

Em termo de participação no mercado de trabalho e desemprego, os jovens são os mais afetados pelas recessões (MARTINI; HERMETO; JAYME JR., 2014). Reis, Jayme Jr. e Oliveira (2012) explicam que em momentos de baixo crescimento econômico e crises, a demanda por mão de obra no mercado de trabalho cai, essa queda requer ajustes no sistema produtivo, como reduções de horas trabalhadas e/ou demissões, e os trabalhadores geralmente afetados por essas decisões são os mais jovens e menos qualificados. Essa população representa em sua maioria os que recebem os menores salários.

Essas vulnerabilidades no mercado de trabalho são citadas na maioria dos trabalhos que abordam a juventude sobre esta temática. Os “trabalhadores dos extratos mais jovens, estão sempre em condições adversas no mercado de trabalho, quer na fase ascendente, quer na fase descendente do ciclo.” (GARCIA et al., 2012, p. 502). Esses autores ressaltam que essas condições são ainda maiores para essa população quando estão procurando o primeiro emprego, levando a falta de experiência como uma característica peculiar do grupo.

Os trabalhadores jovens apresentam menor custo, e além de outras características tendem a apresentar maior esforço no mercado de trabalho (MONTE, 2017). Autores como Corseuil, Foguel e Tomelin (2019) apontam que muitos dos problemas dos jovens de se inserirem no mercado se dá pela dificuldade de ser manter no emprego, a alta frequência no desemprego afeta mais que uma duração prolongada nesse estado. Esses indivíduos têm maior probabilidade de mudar de emprego, adquirindo um emprego melhor e experiência profissional (MONTE, 2017) ao decorrer do tempo. Porém a rotatividade dos jovens é extremamente alta no país, a dificuldade está não só em se inserir no mercado, mas também de permanecer no mundo do trabalho, segundo Corseuil, Foguel e Tomelin (2019).

A questão da seletividade no mercado de trabalho é exposta por Leone, Maia e Baltar (2010), como ela prejudica especialmente as famílias com menor nível socioeconômico e grupos mais vulneráveis (principalmente jovens e mulheres). Geralmente esse assunto também relacionado à pobreza, por ser um resultado dessa seletividade, como foi exemplificado no trabalho de Martini, Hermeto e Jayme Jr. (2014) ao relacionar o nível de experiência com a idade à pobreza. Eles identificaram que os jovens trabalhadores são mais pobres, e de acordo com o passar do tempo estes vão adquirindo experiência no mercado de trabalho, saindo da pobreza ao longo dos anos de vida.

Isso mostra que ao se estabilizar o jovem aumenta suas chances de crescimento profissional e melhoria de renda, podendo sair da situação de pobreza com o tempo de permanência no emprego. Corseuil, Foguel, Tomelin, (2019) retrataram em sua pesquisa que um indicador da qualidade do trabalhador é a permanência do mesmo na empresa, como também é para a qualidade do emprego. Esse indicador é de extrema importância para os jovens,

por estes apresentarem baixo histórico no mercado de trabalho. Antigo e Machado (2012) também falam que ao longo dos anos esses indivíduos podem ascender em suas carreiras profissionais enquanto ganham experiência no mercado, uma configuração de longo prazo.

Uma grande parcela dos artigos analisados tem argumentado, como Monte, Ramalho e Pereira (2011), que os jovens enfrentam dificuldades relacionadas a falta de experiência para encontrar uma ocupação. Essa questão junto da indagação sobre a qualidade dos empregos em que os jovens acabam se inserindo, levantada por Corseuil, Foguel e Tomelin (2019), mostrou que a passagem por pequenos períodos empregados e também os grandes períodos de desemprego tendem a comprometer a trajetória profissional futura desses jovens, além dos empregos precários e informalidade submetida a essa população.

Gomes et al. (2019) observaram que as chances de transição para a desocupação ou inatividade são menores quando o indivíduo é chefe de família, mas maiores para os filhos. A entrada do jovem no mercado de trabalho está relacionada a esse cenário, por contribuírem menos para a renda do domicílio, esses transitam da ocupação para a desocupação ou inatividade com maior intensidade, seja pela alta rotatividade no emprego (baixa duração nos empregos) ou dificuldade de conseguir o primeiro emprego.

Reis e Aguas (2014) em comparação com os mais velhos os indivíduos mais jovens são mais propensos a sair do desemprego para um emprego formal, e também e também falam que a probabilidade de transitar do desemprego para a inatividade é maior para os trabalhadores mais jovens. Nos resultados de Gomes et al. (2019) também é explicado sobre o fato de as chances de irem para a inatividade ou para o desemprego são reduzidas de acordo com o aumento da idade do trabalhador, por causa da experiência.

O crescimento insuficiente do mercado de trabalho também tem um efeito dificultador para a entrada na atividade econômica dos jovens. Implicando no atraso da busca por trabalho remunerado, e aumento da inatividade e desemprego aberto juvenil (LEONE; MAIA; BALTAR, 2010). Para isso iniciativas de qualificação de jovens são bastante utilizadas para a inserção do jovem no mercado de trabalho (CORSEUIL; FOGUEL; TOMELIN, 2019).

#### **4.2.2.1 Desemprego e Primeiro emprego**

Estudos sobre o primeiro emprego e reemprego são assuntos poucos explorados (GOMES; SOUZA, 2018). A juventude é a principal população quando se refere a essa temática, Bergmann et al. (2020) explicam que essa idade, de 18 a 29 anos, contempla a maioria das pessoas que estão buscando sua primeira colocação profissional. Essa é uma das principais preocupações citadas nos trabalhos, a primeira colocação no mercado de trabalho e permanência nessa.

Sobre a taxa de desemprego GARCIA et al. (2012) relataram que em 2009, jovens de 18 a 24 anos eram a faixa de idade que apresentava o maior percentual de desempregados no país. Esses indivíduos sempre apresentam uma taxa elevada de desemprego, mesmo quando a economia começa a retomar o crescimento. Os autores relatam que empregadores preferem profissionais experientes e apenas quando é consolidado o crescimento econômico, que então, os menos experientes são contratados. E como os jovens são em sua maioria entrantes no mercado de trabalho, e por consequência disso possuem menos experiência, esses se encontram com as maiores taxas de desemprego.

O “baixo dinamismo da economia, a falta de experiência e as disparidades da educação e escolaridade se constituem em obstáculos à sua inserção, resultando nas elevadas taxas de desemprego registrado para os extratos mais jovens da população.” (GARCIA et al., 2012, p. 503). Gomes e Souza (2018) também explicam que a pouca experiência pode ser motivo dos baixos níveis de inserção de jovens de 16 à 24 anos no mercado de trabalho formal, o que também reflete na remuneração desses indivíduos. Muitos jovens, pela falta de experiência, estão se inserindo em ocupações de baixa qualidade, mesmo possuindo alto nível de escolaridade. Ainda ressaltado por Garcia et al. (2012) o mercado de trabalho é favorável aos trabalhadores com maior experiência, e esses trabalhadores geralmente são inseridos em atividades de maior produtividade e rendimento. Esses pontos são bastante ressaltados pelos autores que estudaram o desemprego entre os jovens e a inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

Gomes et al. (2019) citam autores considerados pioneiros no estudo sobre o desemprego entre os jovens, estes autores citados estudaram as transições no mercado de trabalho dos jovens nos Estados Unidos, e segundo eles o desemprego ocorria devido à alta rotatividade entre os empregos e a falta de oferta de vagas para os jovens (apud CLARK; SUMMERS, 1982).

Outra autora citada por Gomes et al. (2019) concorda com a justificativa da rotatividade, mas discorda com a afirmação desses autores pioneiros sobre o desemprego se dar pela dificuldade em encontrar o primeiro emprego, para essa autora pelos jovens apresentarem baixa duração no emprego esse seria o motivo das suas altas taxas de desemprego (negando sua alta duração no desemprego) (apud FLORI, 2003).

Gomes et al. (2019) também citaram Camargo e Reis (2005) no qual eles falam sobre a assimetria de informações na relação empregado e empregador. A incerteza sobre a produtividade do jovem na contratação leva a alta rotatividade desse no mercado, sem contar no baixo custo de oportunidade do desemprego do jovem, pois eles geralmente não são os menores provedores das famílias, podendo ser mais seletivos em relação ao trabalho.

Costa e Cunha (2010) argumentam sobre as assimetrias de informações para compreender sobre o alto nível de desemprego entre os jovens, quando os empregadores possuem pouco conhecimento sobre a capacidade produtiva, perfil e experiências desses indivíduos. Essas autoras relatam a probabilidade maior de desemprego ocorrer entre os indivíduos mais jovens devido a essas assimetrias no mercado de trabalho. A insuficiência de informações sobre suas reais habilidades e interesses e a falta de experiência torna mais difícil o ingresso dos jovens no mercado de trabalho (BERGMANNA et al., 2020).

Corseuil, Foguel e Tomelin (2019) estudaram um programa de treinamentos para jovens de uma empresa e o impacto que este resultou na inserção dos jovens no mercado de trabalho após o período de conclusão da qualificação, também realizando a trajetória desses indivíduos. Eles relataram que o empregador conhece melhor a capacidade dos trabalhadores a partir do período de treinamento deles, o que diminui os problemas e assimetria de informação.

Estudos que relacionaram o desemprego e as diversas faixas etárias foram de grande presença na pesquisa. Orellana, Ramalho, Balbinotto (2018), por exemplo, citaram um ponto interessante onde explicam que os idosos tem uma duração no desemprego maior que os jovens, e muitos vão para a inatividade pelo desalento. A concorrência por vagas de emprego entre jovens e idosos é estimulada pelo aumento da taxa de desemprego dos municípios. A aposentadoria também é dificultada para ambos ao não conseguir emprego, idosos para completar o tempo de trabalho e seus requerimentos para receber o benefício (ORELLANA; RAMALHO; BALBINOTTO, 2018), e os jovens pelo tempo de desemprego adiar a contribuição e o recebimento futuro.

A necessidade de promoverem políticas públicas para facilitar o acesso ao primeiro emprego, ajudaria a diminuir o desemprego entre os jovens. Outra particularidade citada por Garcia et al. (2012) é sobre a questão previdenciária, pois mesmo com a tendência do envelhecimento da população brasileira, é do trabalho dos jovens que estes dependem.

Foram apresentados nos artigos que jovens possuem uma menor taxa de ocupação que pessoas com 50 anos ou mais de idade. É mostrado por Bergmann et al. (2020) que a taxa de ocupação de 2000 e 2010, mesmo tendo um pequeno aumento nessa média, os jovens permaneceram tendo uma menor taxa que os mais velhos.

Ao citar os jovens no mercado de trabalho ao decorrer do tempo, muitos autores argumentaram sobre o envelhecimento populacional. O aumento na participação e expansão do mercado de trabalho de 1995 a 2009, por exemplo relatado por Cunha e Vasconcelos (2012), pode ser justificado pelo envelhecimento da população brasileira, no qual menos jovens ingressam no mercado, há uma redução da taxa de natalidade, a opção de uma maior escolaridade, e o fato de que mais idosos permanecerem ofertando trabalho, em virtude do aumento da longevidade e das melhores condições de saúde e de trabalho.

Em suas conclusões Mesquita e Balbinotto Neto (2013) também falam sobre o rápido envelhecimento populacional e a forte desigualdade de renda brasileira. Estes autores dizem que uma grande parcela da população idosa está condenada a miséria sem uma rede de proteção social eficaz. Uma possível

solução sugerida a partir das simulações dos autores seria o crescimento da produtividade do país, melhorar as condições de elegibilidade aos benefícios junto do envelhecimento populacional, porém são objetivos de difícil alcance, pelo fato de serem ações de longo prazo e o tempo necessário para essas soluções ser curto.

Garcia et al. (2012) argumentam que apenas o crescimento da economia não garante uma solução para as elevadas taxas de desemprego juvenil, é necessário incentivos e promoção de políticas públicas para essa importante parcela da força de trabalho. Como alternativa desses autores são sugeridas políticas que teriam como foco principal a transição entre o sistema escolar e o mercado de trabalho.

Para a problemática do desemprego entre os jovens, a Secretaria Nacional da Juventude foi criada em 2005 para elaborar políticas públicas para esse segmento (GARCIA et al., 2012). Vários países do mundo têm como motivação de análise a difícil inserção da juventude no mercado de trabalho (CORSEUIL; FOGUEL; TOMELIN, 2019). Sejam países desenvolvidos ou em desenvolvimento, o desemprego entre os jovens vem preocupando além da área acadêmica, como gestores de política pública, empresas, entidades da sociedade civil.

Na Espanha, Cacciamali, Lima e Tatei (2016) citaram sobre o excesso de mão de obra qualificada e as rígidas relações laborais que resultam em graus elevados de desocupados com qualificações menores, incluindo os mais jovens, onde também os de maiores qualificações se encontram em ocupações não adequadas a suas qualificações. Esses autores colocaram o fator idade como probabilidade de sair da situação de desocupado, sendo que quanto mais jovem maior a probabilidade de encontrar trabalho.

Oliveira, Deos e Wolf (2016) comentam sobre a queda da taxa de desemprego registrada pela união europeia em 2008, na qual foi muito pronunciada por beneficiar todas as faixas etárias, mas principalmente pelos jovens menores de 25 anos que, no continente, são a faixa etária que mais sofrem com a falta de oportunidades. Já os países escandinavos apresentam taxas de desemprego reduzidas, relacionadas ao seu grau de desenvolvimento das políticas de estímulo ao ingresso no mercado de trabalho, inclusive dos

segmentos tradicionalmente excluídos, como as mulheres, os jovens e os idosos (WOLF; OLIVEIRA, 2016).

No Brasil, após a implantação do Plano Real o desemprego aumentou consideravelmente, os jovens de todos os grupos demográficos foram os mais afetados por esse efeito que se fortaleceu ao longo do tempo (MARTINI; HERMETO; JAYME JR., 2014).

#### **4.2.2.2 Nem-nem**

A preocupação com a população jovem conhecida como nem-nem (não trabalha nem estuda) vem desde a recessão da década de oitenta no Reino Unido, onde foi criado o termo. Onde muitos jovens não buscavam acumular capital humano ou participar do mercado de trabalho (VASCONCELOS et al., 2017).

Essa população, explicada por Vasconcelos et al. (2017), possui idade entre 15 e 29 anos, em 2005 esta faixa etária corresponde a 23,6% da população, cerca de um quarto dos jovens que estão fora do mercado de trabalho e da escola, no Brasil. Até 2007 a porcentagem de nem-nem no Brasil era em torno de 17% no Brasil, entre jovens de 15 a 24 anos, chegando a 21,8% em 2015 (SHIRASU; ARRAES, 2020).

Shirasu e Arraes (2020) explicam que os nem-nem incluem grupos distintos, desde os jovens que levam essa situação ao longo prazo como os que estão temporariamente nessa condição. Esses autores dão ênfase aos jovens de baixo nível educacional, pois esses são a maioria dos nem-nem, cerca de três vezes maior que os de maior escolaridade.

Autores como Rodrigues et al. (2018) evidenciaram como a situação dos jovens conhecidos como nem-nem se encontram, ela torna-os mais vulneráveis socialmente, pois apresentam maior potencialidade de envolverem-se em atividades ilegais e criminosas. Vasconcelos et al. (2017), também concordam com essa afirmativa, e associam as atividades criminosas, drogas e desemprego como problemas de médio e longo prazo inerente a esses jovens.

Shirasu e Arraes (2020) ressalta que o baixo capital humano expõe esses jovens aos empregos instáveis e de baixa qualidade, desemprego de longo prazo e à exclusão social. Mariano, Arraes (2018) explicam que esses jovens por serem iniciantes ao adquirir formação educacional, eles são mais vulneráveis no

mercado de trabalho e enfrentam maiores dificuldades para encontrar emprego, por isso tendem a aceitar ocupações mais precárias, como menores salários e menos estabilidade. Isso tudo influencia essa população a iniciar no mercado informal sua trajetória profissional.

Os resultados desses problemas são enfatizados por Shirasu e Arraes (2020) que cita a saúde física, emocional e psicológica afetada na vida desses jovens, além de também repercutir na futura aposentadoria desses indivíduos.

Shirasu e Arraes (2020) compila as consequências sociais e econômicas atribuídas aos nem-nem. Entre os efeitos econômicos é relatado que a inatividade desses indivíduos causa um efeito redutor nas perspectivas laborais e educacionais quando estes apresentam um período mais longo de desemprego. Sem contar que esses longos períodos desgastam as habilidades desses jovens.

A baixa autoestima foi um dos danos citados por Shirasu e Arraes (2020), esses autores mostraram que períodos longos fora do mercado levaram muitos jovens a sofrer de depressão e ansiedade pelas dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho. Sentimentos como impotência, solidão também são citados pelos autores e são associados a comportamentos de risco, como por exemplo, os vícios.

Um fator citado por Vasconcelos, et al. (2017) mas pouco falado nos artigos estudados é sobre questões de gênero, a maternidade e matrimônio são fatores que influenciam as jovens mulheres a serem nem-nem, devido as tarefas domiciliares ainda atribuídas a esse gênero. Essa questão voltada ao gênero feminino aborda alguns pontos importantes de discussão na economia feminista, que afetam tanto rendimento e produção das mulheres no mercado de trabalho.

Um assunto que foi apresentado em diversos trabalhos sobre os nem-nem envolve a presença de aposentadoria e pensões, se essas rendas afetavam a escolha desses jovens em não estudar e não trabalhar. Hoffmann (2010), por exemplo, estudou essa probabilidade, ele se baseou na hipótese da possibilidade de um erro na premissa de que pensões aumentavam a probabilidade de jovens não estudar nem participar do mercado de trabalho. Ele concluiu que rendimento de pensões e aposentadorias pode diminuir a probabilidade de jovens não estudar e trabalhar, pode também aumentar a

probabilidade de jovens não trabalhar e estudar. A probabilidade de o jovem ser nem-nem na presença de aposentados e pensionistas no domicílio diminui essa tendência. Muito por esses benefícios possibilitarem que as famílias possam investir na formação dos jovens, e facilitar seus estudos (HOFFMANN, 2010).

Mariano, Arraes (2018) apontaram que devido a persistência de altas taxas de nem-nem, muitos pesquisadores vêm estudando a inserção dos jovens no mercado de trabalho e políticas públicas para solucionar esse problema. Shirasu e Arraes (2020), comentam que a juventude nem-nem tende a perder a confiança nas instituições, por sentirem que essas autoridades não buscam uma resolução para seu status.

Nos resultados de Vasconcelos et al. (2017) foi visto que o programas como o bolsa família reduzem a probabilidade dos jovens beneficiários sejam nem-nem. A presença de aposentados no domicílio também diminui essa probabilidade segundo Hoffmann (2010). E também programas de treinamento e qualificação de jovens como citado por Mariano e Albuquerque Arraes (2018).

É importante ressaltar a gravidade dessa situação e a importância da busca de soluções para essa população.

“As consequências variam da redução da produtividade até aumento da criminalidade, elevando os custos para os jovens, para a economia e a sociedade como um todo, atingindo áreas como saúde, educação, segurança, bem como para a previdência e assistência social.” (SHIRASU; ARRAES, 2020, p. 180)

#### **4.2.2.3 Salário e rendimentos**

Artigos abordando salários e rendimentos tiveram diversos tipos de concentração sobre a juventude. O trabalho de Sant’Anna, Scorzafave e Justus (2016), por exemplo, afirmam que os adultos obtêm retornos mais elevados em relação a renda de trabalho e acumulação de riqueza em comparação com os mais jovens. Com isso, pode-se mencionar que a renda dos adultos dessas famílias faz a diferença na escolha desses jovens de estudar ou trabalhar, ou de não fazer ambos (RODRIGUES et al., 2018). É com essa perspectiva que os autores resolveram estudar sobre a presença de rendas como aposentadoria ou pensões nas decisões dos jovens de não estudar nem trabalhar.

Alguns trabalhos falaram sobre as pensões e aposentadorias, como fonte de renda vinda de não trabalhar, incentivar ou não a redução da participação no

mercado e os estudos dos jovens. Rodrigues et al. (2018) estudaram os efeitos de pensões, aposentadorias e programas sociais nas decisões dos jovens sobre educação e mercado de trabalho. Foram vistos que assuntos como renda familiar, presença de beneficiários de aposentadorias e pensões no domicílio, tamanho da família e escolaridade dos membros do domicílio, afetam a decisão dos jovens entre estudo e/ou trabalho. Estas rendas e pensões podem influenciar a acumulação de capital humano dos jovens por terem mais tempo e investimento neles. Também são importantes na formação econômica e social desses jovens os programas sociais ou de transferência de renda (RODRIGUES et al., 2018).

A questão da desigualdade também teve destaque nos artigos estudados. Vilela, Araújo e Ribeiro (2012) fizeram um trabalho sob a hipótese de haver no mercado de trabalho a existência de diferentes percepções sobre a desigualdade entre os grupos etários. Foi analisado que jovens entre 20 e 29 anos entram em um mercado menos desigual quando comparado com trabalhadores entre 50 e 59 anos. Já Arabage e Souza (2019) relataram que de 2005 a 2010 os jovens vêm experimentando um maior crescimento da desigualdade. Na pesquisa os autores também salientaram que os jovens apresentam maiores níveis de escolaridade que os mais velhos.

Para Vilela, Araújo e Ribeiro (2012) a variável chave que explica a redução da diferença salarial entre os trabalhadores seria a educação, pelos mais jovens possuírem maiores qualificações a partir da educação. Porém Antigo e Machado (2012) evidenciam que os jovens tendem a estar localizados na base da distribuição de renda, que se dá em consequência de seu pouco capital humano acumulado e sua pouca experiência. Justus, Kawamura e Kassouf (2015) concluíram em seu artigo que os adultos sofrem efeitos negativos sobre seus ganhos quando trabalham desde cedo, não importando o sexo ou escolaridade.

Vilela, Araújo e Ribeiro (2012) estudaram que a maior qualificação da mão de obra mais jovem é responsável pela redução da diferença dos rendimentos do trabalho, no qual as gerações mais novas, como as de 20 a 29 anos, possuem um nível de escolaridade maior quando comparadas as faixas etárias de 50 e 59 anos, com uma diferença de aproximadamente 3 anos a mais de estudos, em 2008.

Cunha e Vasconcelos (2012), também encontraram uma redução da desigualdade entre as faixas etárias, em que indivíduos de 15 até 24 anos tiveram aumento no salário médio no período de 1995 a 2009. Esses autores também apresentaram em seu artigo a importância do salário mínimo para as categorias que recebem menores salários, e o jovem é uma dessas.

Monte, Ramalho e Pereira (2011) constataram que os desempregados na faixa de 16 e 20 anos manifestaram o salário de reserva maior que os trabalhadores ocupados na mesma faixa. Os autores relacionaram ao custo de oportunidade que eles tinham na decisão entre estudo e trabalho. Como as gerações mais jovens são mais homogêneas em relação a escolaridade, a influência desse fator sobre o rendimento desse grupo é menor comparativamente com os outros grupos de faixas etárias (VILELA; ARAÚJO; RIBEIRO, 2012).

Quando o mercado de trabalho local apresenta condições favoráveis de emprego e remuneração a taxa de emprego de indivíduos de 14 a 16 anos aumenta, isso eleva a oportunidade desses jovens de trabalhar e aumenta o custo de oportunidade de mantê-los na escola (RAMALHO; MESQUITA, 2013).

Foi visto por que as gerações mais jovens estão encontrando um mercado de trabalho mais igualitário quanto ao efeito de ser ou não branco (VILELA; ARAÚJO; RIBEIRO, 2012). Assim como na questão da cor, a discriminação por gênero também está diminuindo para gerações mais jovens, mesmo o fato de ser mulher ainda afetar negativamente no rendimento desses indivíduos, embora as mulheres possuindo escolaridade superior à dos homens, segundo essa pesquisa. Mostrando então que ainda persiste um diferencial de rendimento por idade, cor e gênero, mas estes estão diminuindo nas gerações mais jovens.

Justus, Kawamura e Kassouf (2015) tentaram medir os efeitos da entrada precoce no mercado de trabalho brasileiro nos salários na fase adulta. Esses autores utilizam amostras nas faixas de 23 a 65 anos de idade para capturar mais precisamente o impacto de trabalhar mais cedo na vida dos adultos e evitar o viés de seleção de participação no mercado de trabalho. Eles conseguiram ver que indivíduos que começam a trabalhar aos 15 anos ou antes ganham menos que quem trabalhou a partir dos 16 anos.

Suliano e Siqueira (2012) explicaram o motivo de muitos modelos analisarem a faixa etária de 24 a 65 anos do sexo masculino nas pesquisas de mercado de trabalho e educação. O motivo mais decorrente está de acordo com as especificidades dos dois sexos, mulheres são geralmente tiradas das amostras pelo fator fertilidade e por suas tarefas reprodutivas, como também pela discriminação que ainda tem muita presença no mercado. Já a idade mínima de 24 anos está pelo fato de que, no geral, é nessa idade que ocorrem os retornos da educação no mercado de trabalho.

Leone, Maia e Baltar (2010) informaram em seu artigo que instabilidade e precariedade estão presentes em arranjos familiares que dependem de mulheres e jovens no mercado de trabalho, esses indivíduos são prejudicados pela discriminação por sexo e idade e pela seletividade do mercado de trabalho. Lima, Simões e Hermeto (2015) relatam que o mercado de trabalho vem se tornando cada vez mais seletivo e excludente, podendo prejudicar e agravar a situação de alguns grupos populacionais, como jovens, negros e mulheres, pois para a maior parcela dos postos de trabalho gerados, essa população não está conseguindo atender os pré-requisitos necessários para exercer as atividades.

Tavares (2010) ao estudar sobre o salário das mães beneficiadas pelo programa bolsa família, foi observado que as mães mais jovens apresentavam salários mais baixos em relação as mais velhas, que pode se dar devido ao fato de terem menos experiência no mercado, e de terem filhos mais novos, mesmo sendo elas as mais escolarizadas. Em algumas instituições, por exemplo, as mulheres são promovidas com menos frequência em cargos de direção, candidatos mais jovens e que trilharam uma ascensão profissional mais rápida (geralmente homens) são as preferências mais frequentes de avaliadores (VAZ, 2013).

Mulheres mais velhas possuem chances mais elevadas de ter um emprego, assim como aquelas que são responsáveis pelos seus respectivos domicílios e que possuem maiores níveis de escolaridade (LIMA; SIMÕES; HERMETO, 2015). Mesmo com toda a seletividade do mercado, houve um aumento da participação das mulheres de 15 e 64 anos idade entre 2001 e 2005, quando passou de 58% para 63% (RAMOS; AGUAS; FURTADO, 2011).

A seletividade no mercado também afeta a população jovem com alguma deficiência. Castro, Moreira e Silva (2019) fizeram uma pesquisa sobre pessoas com deficiência, no qual abordou homens maiores de idade com e sem deficiência, abordando assuntos como salário, características socioeconômicas, discriminação e feitas comparações entre os diferentes grupos abordados. Em seus resultados foram identificados que não havia diferenças salariais entre os homens que nasceram com deficiência e aqueles que se tornaram deficientes na juventude ou na fase adulta, porém estes recebem salários mais baixos e enfrentam maiores dificuldades no desempenho de suas atividades do que homens sem deficiência.

Um assunto que pode ser notado nos trabalhos ao se envolver o salário foram sobre a futura aposentadoria dos jovens. No artigo de Afonso e Zylberstajn (2019) foi estudado os aspectos distributivos da versão inicial da proposta de reforma da previdência do governo Temer. Os autores mostraram que ao se iniciar no mercado de trabalho aos 18 anos de idade um indivíduo teria sua aposentadoria aos 67 anos, o benefício público seria relativo à média do seu salário contribuído. Com a dificuldade que os jovens vêm sofrendo atualmente para conquistar um emprego esse tópico chamou a atenção de alguns autores.

Nos resultados de Afonso e Zylberstajn (2019) homens que iniciaram laboralmente aos 23 anos tiveram indicadores elevados, já as mulheres nessa idade tiveram conclusões análogas, elas apresentaram perdas mais elevadas com a regra de transição. Concluindo que a nova fórmula adotada pelo governo pune as pessoas que contribuíram por um menor tempo, como as pessoas que começaram a trabalhar mais tarde no setor formal ou trabalharam no setor informal, já as pessoas que começaram a vida laboral mais cedo e permaneceram contribuindo foram as “premiadas” com a transição adotada.

#### **4.2.2.4 Mercado informal e Trabalho Infantil**

Informalidade e trabalho infantil são tópicos que apresentaram se conectados nos artigos sobre a juventude no mercado de trabalho. Souza e Lima (2011) identificaram que o percentual de desocupados em 2007 é maior entre os jovens, pela preferência do mercado de trabalho por pessoas de maior nível de experiência. Essa população se encontrou em sua maioria no mercado informal e trabalhando em micro e pequenas empresas. Esses autores também

concluíram que que indivíduos mais jovens possuem menos chances de conseguir emprego que os mais velhos, e uma menor probabilidade de encontrar uma ocupação formal, encontrando no trabalho informal um modo de se sustentar e ganhar experiência.

O artigo de Wolf e Oliveira (2016) fala sobre o ingresso de jovens, mulheres e idosos no mercado informal e em empregos de condições precárias, que muitas vezes buscam atender as necessidades da família. Nos países mediterrâneos, por exemplo, a saída dessa população para o exterior é de grande ocorrência na busca de melhores condições e rendimentos. Essa busca por melhores oportunidades de vida também é citada por Medeiros (2015, p. 275):

a aceitação por parte do trabalhador pobre e sem recursos de qualificação de um contrato informal ou a busca de formas de sobrevivência em atividades precárias do trabalho autônomo como forma de trabalho principal não é uma opção (com exceção de casos muito particulares), mas decorre de uma imposição do desemprego estrutural e do baixo poder de negociação de um amplo grupo de trabalhadores, especialmente das mulheres e dos jovens, em atividades como a agricultura, a construção civil, o trabalho doméstico e nas atividades de serviços.

Vaz (2018) por exemplo, adicionou em sua amostra indivíduos com 10 anos ou mais na análise de seu trabalho, pelo fato de no mercado informal não ser incomum encontrar trabalhadores abaixo da idade mínima considerada por lei para se trabalhar no mercado de trabalho. Até 1998 era permitido o trabalho de indivíduos a partir de 14 anos, sendo agora considerado trabalho apenas após os 16 anos (NASCIMENTO; KASSOUF, 2016). A legislação trabalhista brasileira proíbe o trabalho de pessoas com menos de 16 anos de idade, exceto jovem aprendiz (a partir dos 14 anos) (RAMALHO; MESQUITA, 2013).

Nascimento e Kassouf (2016) ao falar sobre trabalho infantil relatam que a participação de crianças e adolescentes em afazeres domésticos ajudam no desenvolvimento de habilidades e disciplina, estes vistos como um ponto positivo de preparação para a vida adulta. Estas atividades ao se intensificarem a ponto de afetar o tempo que esses indivíduos utilizariam para o estudo, prejudicam seu desempenho escolar, causando um efeito negativo no capital humano futuro e influenciando estes a entrarem precocemente no mercado de trabalho.

O trabalho infantil ainda é uma realidade no Brasil, mesmo que contra a lei (RODRIGUES et al., 2018). Ainda é utilizada a justificativa de que o trabalho precoce ajuda a afastar esses jovens da marginalidade. Em 2009 o trabalho infantil englobava 2 milhões de indivíduos entre 5 e 15 anos de idade, e apenas 98 mil jovens entre 14 e 18 anos estavam registrados como aprendizes nessa época (PRONI, 2013).

Araújo, Ribeiro e Neder (2010) explicam que esse ingresso precoce pode levar ao abandono escolar e comprometer o capital humano desses jovens. Justus, Kawamura e Kassouf (2015) também confirmam que o trabalho infantil reduz os rendimentos futuros desses indivíduos, e esse prejuízo é maior para os que conseguem concluir o ensino superior. Por exemplo, pessoas que começaram a trabalhar antes dos nove anos e formadas no ensino superior, tiveram uma estimativa de redução em seus rendimentos de aproximadamente 41,8%. É observado pelos autores o efeito negativo da idade de iniciação no mercado de trabalho, no qual os rendimentos futuros diminuem à medida da pouca idade que a pessoa conseguiu o primeiro emprego.

Diferente dos países desenvolvidos que adiam a entrada no mercado para investir nos estudos, muito jovens brasileiros precisam conciliar estudos com o trabalho precocemente, outros ainda tem que renunciar aos estudos para poder ajudar na renda familiar (GARCIA et al., 2012). Sem contar que muitos estão na marginalização, sem acesso a trabalho e escola.

Independente do espaço geográfico que as famílias de baixa renda se encontram, os jovens estão expostos a inúmeros fatores que os levam ao mercado de trabalho em idade precoce (RODRIGUES et al., 2018). Como por exemplo quando a família se encontra em situação ocupacional muito precária ou vulnerável (PRONI, 2013). Para Rodrigues et al. (2018), esta deveria ser a idade em que deveriam aprimorar seu capital humano, se qualificando para entrar no mercado em posições menos precárias.

Na análise de Ramalho e Mesquita (2013) foi visto que há maior presença de crianças no mercado de trabalho em estados onde os adultos começaram a trabalhar ainda bem jovens. Esses resultados são evidências sobre a transmissão intergeracional do trabalho infantil, que ainda segundo os autores tende a prolongar ao logo das gerações. O que ocorre em razão do trabalho

infantil prejudicar a aquisição de capital humano, um fator importante para a fase adulta pois é um determinante da renda do mesmo.

Martins e Cunha (2017) ao estudar emprego e desigualdade de rendimentos observaram que jovens de 15 a 25 anos optaram por continuar estudando em vez de ingressar precocemente no mercado de trabalho, diminuindo sua participação entre 2002 e 2012, investindo mais tempo em capital humano. Um ponto positivo para diminuir a informalidade e o trabalho infantil.

#### 4.2.3 EDUCAÇÃO

Foi visto em diversos artigos que muitos jovens atualmente buscam qualificação via estudo (VILELA; ARAÚJO; RIBEIRO, 2012). Sousa e Mendes (2011) apontam que o aumento da demanda por serviços educacionais pode ser resultado de uma população mais jovem. Confirmando essa premissa. Estudar sobre a decisão de acumulação de capital humano de adultos e jovens, que é de grande importância o conhecimento de seus determinantes, pelos seus efeitos na oferta de trabalho (RAMALHO; NETTO JR. 2018).

Segundo os estudos de Rodrigues et al. (2018), um dos principais fatores que aumentam a probabilidade de os jovens estudarem é a renda dos adultos no domicílio, pois sem estabilidade financeira, o custo econômico de não trabalhar não compensa o investimento em estudos dentro da família. Esses autores explicam que no Brasil a baixa qualidade da educação e a pouca perspectiva de remuneração pelo investimento em educação, favorecem o ingresso dessa população no mercado de trabalho. Sem contar que em famílias pobres a fonte de renda vinda do trabalho desses indivíduos faz diferença no sustento familiar (RODRIGUES et al., 2018).

##### 4.2.3.1 Escolaridade

Muitos trabalhos abordaram os anos de escolaridade da população tanto em artigos sobre a educação como também sobre o mercado de trabalho, tendo até pesquisas que abordaram a qualidade dos estudos dos jovens. Reis (2020), por exemplo investigou a relação entre a rede de ensino pública e privada e a probabilidade de sobre-educação no país, ao fazer as comparações dos trabalhadores por escolaridade. Foi visto que, em média, os indivíduos são mais jovens na rede pública e a participação de mulheres e negros também são

maiores nessas instituições. Um ponto importante para a diminuição da desigualdade.

No trabalho de Vilela, Araújo e Ribeiro (2012) foi visto a questão racial dentre as faixas etárias, na qual observaram que a escolaridade de mulheres negras aumentou 59%, na faixa de 20 a 29 anos, em relação a escolaridade desse mesmo grupo de 50 a 59 anos, em 2008. Podendo indicar que as políticas públicas de educação estão funcionando para diminuir a desigualdade.

Reis (2020) ao ver sobre a probabilidade de sobre-educação relacionada com a idade, foi relatada uma relação decrescente, na qual a propensão a sobre-educação é maior para os jovens, à medida que a idade aumenta há uma redução na probabilidade em taxas cada vez menores. Esse autor também expôs que a probabilidade é maior de o trabalhador com ensino superior ter um emprego onde é considerado sobre-educado em comparação aos que não terminaram a faculdade (restritos a ocupações com exigência de ensino médio ou menos).

A escolaridade contribui menos para o aumento da renda nas gerações mais jovens devido a sua homogeneidade quando comparada com as gerações mais velhas da população (VILELA; ARAÚJO; RIBEIRO, 2012). Hoffmann (2019) apontou que as gerações mais velhas são menos escolarizadas que as gerações mais novas, mostrando um crescimento ao passar dos anos da escolaridade média da população. Quanto maior a escolaridade dos pais maior é a dos seus filhos (ALMEIDA; LIMA; COSTA, 2018). Um tópico que preocupa a relação de renda da população jovem bem escolarizada.

Um ponto apresentado por Fernandes et al. (2019) mostra que a idade de conclusão do ciclo de escolarização normalmente é de 25 anos de idade. O artigo de Lima, Simões e Hermeto (2015) também confirmam esse argumento, nesse foram excluídos os indivíduos com idade inferior a 25 anos e superior a 64 anos de seu trabalho, pelo ciclo educacional ainda não completo, por terem um comportamento específico em relação ao mercado de trabalho e maior probabilidade de inatividade.

Alguns trabalhos que estudaram as instituições de ensino, buscaram compreender a qualidade das diferentes instituições, desde o ensino público, privado, técnico e universitário. Para os trabalhadores com até ensino médio, o

tipo de instituição é importante para os primeiros anos no mercado de trabalho, em razão da probabilidade de sobre-educação associada a rede pública ter um grau mais acentuado para os mais jovens. A qualidade da educação formal adquirida é importante para a inserção dos jovens no mercado de trabalho (REIS, 2020).

Sobre a escolaridade média, de 1992 a 2009 os anos de estudos da população acima de 15 anos cresceu de uma média de 5,1 anos para 7,3 anos (CASTRO, 2012). Podendo ser visto o sucesso das iniciativas de ampliação e diversificação dos serviços educacionais no Brasil, principalmente os voltados a população infanto juvenil.

Em 1992 a escolaridade média de indivíduos com 20 anos ou mais era maior para os homens, mas a situação se inverteu até 2015 onde as mulheres passaram a possuir maior escolaridade média que os homens. Hoffmann (2019) ao comparar esses dados com as pessoas casadas, notou que esposas possuíam uma escolaridade maior em relação aos maridos que ao se comparar mulheres aos homens nessa mesma faixa etária. Para o autor há um maior pareamento das escolaridades nessas novas gerações, favorecido pela escolarização ser prolongada e redução da segregação por sexo nas universidades.

Já o analfabetismo permaneceu elevado na população de 15 ou mais, mesmo diminuindo, de 17,2% em 1992 a 9,7% em 2009 (CASTRO, 2012). Conforme Domingues et al. (2016) durante o período de 2006 a 2008 ocorreu uma incorporação mais intensa de trabalhadores de 25 a 59 anos com mais de 11 anos de escolarização ao mercado. Esses autores apontam que maiores salários podem atrair um interesse maior dos jovens pelas profissões, reduzindo o problema da escassez de profissionais especializados.

#### **4.2.3.2 Ensino Superior**

Os trabalhos que abordaram o ensino superior mostraram que a expansão universitária proporciona a possibilidade de aumento na inserção de jovens no mercado de trabalho (BERGMANNA et al., 2020). Muitos trabalhos mostraram a importância de estudar a escolaridade e anos de estudos dessa população, como o trabalho de Cruz, Torres e Teixeira (2017) que mostrou que avaliar a representatividade da população jovem que tem 11 anos de estudo é uma forma

do sistema educacional confirmar sua eficácia, melhorar a coesão social, além de demonstrar como está o combate contra a pobreza na sociedade.

Os autores Bergmanna et al., (2020) explicam que é fundamental para gestores de políticas públicas a identificação dos efeitos da rede de ensino federal e sua expansão na vida dos jovens. O ensino superior é visto como um ponto chave nas pesquisas econômicas. Carvalho e Waltenberg (2015) observaram os melhores momentos para se estudar sobre o acesso ao ensino superior, um deles era sobre o bônus demográfico, que deveria ser aproveitado aprimorando o capital humano, e o outro as políticas de ação afirmativa no acesso ao ensino superior, como por exemplo as cotas.

Bergmanna et al. (2020) falam sobre como a ocupação e a formalização de mão de obra é impactada pelas construções de campi de IFs e UFs, onde a população que obteve resultados mais significativos foram os jovens (18 a 29 anos de idade). A construção de campi de IFs e UFs estimulam o desenvolvimento e melhorias na qualidade do capital humano ao longo prazo, melhorando as condições de inserção do jovem no mercado de trabalho.

Mas nem todos os jovens desejam cursar o ensino superior, essa é uma crítica feita por muitos pesquisadores em relação a necessidade de ampliação do acesso ao ensino superior (CARVALHO; WALTENBERG, 2015). Esses autores relatam uma pesquisa do Ipea (2017) com o Pnud e Cepal, que indagou essa questão, 77% dos estudantes do ensino médio de São Paulo e Rio de Janeiro apontaram querer cursar o ensino superior, 17% desses jovens almejavam fazer mestrado e 12% doutorado.

Petterini (2020) estudou sobre o exame da ANPEC afim de produzir um quadro sobre a academia econômica brasileira, ao observar as características dos candidatos nesta pesquisa, ela determinou as concentrações de idade para os candidatos de programas de mestrado para em torno de 25 anos, e 29 anos para os candidatos de doutorado.

Cruz, Teixeira e Braga (2010) falam sobre os jovens no ensino superior, que em 2007, entre indivíduos de 18 a 24 anos, 43% estavam cursando o ensino superior, 77,4% desses em instituições privadas e o restante em universidades públicas. Os autores argumentam que a qualidade do ensino público superior é elevada em relação ao privado, devido aos critérios de seus processos seletivos,

dentre outros. Cruz, Torres, Teixeira (2017) também falam sobre a superioridade da qualidade do ensino superior público em relação ao privado na busca do aumento de estoque de capital humano, entre os principais fatores, está devido ao seu processo de seleção ser mais criterioso.

A criação de IFs e UFs estudada por Bergmanna et al. (2020) mostrou efeitos positivos sobre a ocupação. A expansão de campi de IFs e UFs dentre 2000 e 2010 apresentou um aumento na empregabilidade de todas as faixas etárias pesquisadas. Porém, efeitos negativos estimados foram apresentados sobre a empregabilidade dos jovens quando a expansão dos IFs não foi acompanhada pela expansão das UFs, o mesmo efeito negativo estimado se viu entre IFs e UFs na taxa de atividade para pessoas de 18 a 29 anos. A expansão de IFs mostrou ser um ponto importante para a empregabilidade trazendo um efeito positivo para os municípios. Mostrando que a expansão das UFs traz efeitos positivos apenas se duas instituições forem criadas simultaneamente nos municípios (BERGMANNA et al., 2020).

Nos resultados da pesquisa de Bergmanna et al., (2020). A instalação de UFs em municípios com até 50 mil habitantes, gerou um impacto positivo na inserção dos indivíduos no mercado de trabalho (exceto faixas acima de 50 anos) via trabalho por conta própria. O aumento de trabalhos por conta própria e redução da oferta de trabalho dos jovens no mercado formal pode ser indicativo, mesmo que fraco, da redução da inserção dessa faixa etária no mercado de trabalho formal

A sinergia entre a criação de campi de IFs e de UFs tem efeitos mais fortes em municípios menores e entre indivíduos mais jovens. Para políticas públicas essa sinergia traz um resultado positivo sobre a taxa de ocupação e taxa de formalidade, a promoção de aumento de postos de trabalhos contribui diretamente para a participação e entrada no mercado de trabalho de jovens (faixa etária que possui maiores obstáculos no mercado de trabalho), e bom também para no caso de municípios pequenos que são regiões que possuem menores oportunidades de trabalho, possibilitando no aumento de desenvolvimento (BERGMANNA et al., 2020).

#### **4.2.3.3 Escola**

Muitos trabalhos que avaliaram a educação dos jovens falaram sobre eles em idade escolar, seja abordando programas governamentais como também as avaliações nacionais das escolas. O trabalho de Raposo e Gonçalves (2020), por exemplo, fez uma pesquisa que abordou as idades para ver como o progresso educacional afeta o desempenho de um vizinho adolescente na escola. Nesse foi visto que quando um vizinho que já repetiu uma série aos 15 anos aumenta a probabilidade de um adolescente da vizinhança de 15 e 16 anos também repetir de ano (de 15 a 20% de probabilidade).

Muitos relatam que jovens trabalhando podem afetar o estudo desses nas escolas. Ribeiro e Cacciamali (2012) não viram o trabalho como o motivo central da performance insatisfatória de estudantes de famílias de baixa renda no país. Eles citam que a herança cultural das famílias pode ser uma atitude decisiva na educação dos jovens. Quanto melhor informada e maior o capital cultural das famílias, maior é o desempenho escolar dos jovens envolvidos.

Alternativas como a educação vocacional tinham sido criadas para atender aos jovens que vivem à margem da sociedade, mas foi adicionada ao ensino médio, é uma opção para países em desenvolvimento que buscam melhorar as oportunidades e os ganhos dos jovens no mercado de trabalho (ARRAES; MARIANO, 2020). Tópicos como citado por Nogueira e Arraes (2015) destacam a importância do ensino de ciência nas escolas, em explorar e estimular o potencial criativo e inovador desses jovens, também mostrando a necessidade de um sistema público de qualidade. Os autores explicam que é imprescindível o progresso tecnológico para haver desenvolvimento, por isso é necessário que ambientes propícios às inovações sejam garantidos pelas políticas públicas brasileiras.

A educação vocacional prepara os jovens para determinadas habilidades de trabalho e treinamentos, é uma opção para países em desenvolvimento que buscam melhorar as oportunidades de trabalho de jovens e seus salários. Esse programa aumenta as chances do jovem de obter emprego formal e aumenta o rendimento de mulheres, onde o prêmio salarial estimado é mais alto para mulheres graduadas do que para homens (ARRAES; MARIANO, 2020).

Arraes e Mariano (2020) falam também sobre a estratégia de Escolas Estaduais de Educação Vocacional, que oferecem educação em tempo integral

aos jovens estudantes, integra o ensino médio com o nível técnico de treinamento profissional, que visa não só a inserção do jovem no mercado de trabalho, mas também na universidade.

A busca por meios de inserir e manter a juventude na educação é uma preocupação abordada pela maioria das pesquisas analisadas. Foi citado por Costa, Britto, Waltenberg (2020) que em 2009 18% dos jovens de 15 a 17 anos abandonaram a escola, sendo constatado a falta de interesse intrínseco como a principal razão, esses jovens simplesmente não queriam frequentar a escola. O artigo desses autores questiona o papel do professor no desinteresse dos jovens pela escola.

Professores também são exemplos de conduta, Becker e Kassouf (2016) mostram que a segurança e a estabilidade emocional de professores que tem boas condições de trabalho, garantem um bom comportamento dos professores, e por consequência dos alunos. Costa, Britto e Waltenberg (2020) citam que o desinteresse da juventude pela escola pode estar relacionado com o papel do professor em sala de aula, e isso precisa ser compreendido.

Um estudo mostrou que a proficiência do jovem pode variar conforme a média de proficiência dos alunos na turma (BECKER, 2017). O mesmo foi visto em relação aos professores, como eles se relacionam com os alunos e os inspiram para estudar seus conteúdos lecionados (BECKER; KASSOUF, 2016).

É relacionado também o fato de quanto maior a proporção de docências sem formação específica, maiores as taxas de abandono e distorção idade-série dos jovens no ensino médio (COSTA; BRITTO; WALTENBERG, 2020). Os resultados de Costa, Britto, Waltenberg (2020) sugerem que despertar o interesse dos jovens pela escola pode estar relacionada aos professores sem formação específica e dificuldades nas suas atividades de docência.

Outro assunto bastante abordado sobre a juventude nas escolas é a violência. O capital humano é afetado indiretamente pela violência escolar, pois quanto menor o nível de aprendizagem e desempenho do jovem menos qualificado ele é ao se obter uma profissão (TEIXEIRA; KASSOUF, 2015). Como consequência, as condições de contribuir no processo de desenvolvimento do país serão menores.

Jovens que frequentam escolas que realizam programas de prevenção ao uso de drogas, por exemplo, tendem a ser menos suscetíveis a experimentar essas substâncias. As escolas e políticas educacionais de prevenção tem papel fundamental sobre as decisões dos jovens (BECKER, 2017).

Oliveira et al. (2013) chamam atenção as habilidades cognitivas que muitas vezes são vistas de modo simplificado pelos economistas. Essas habilidades podem determinar resultados sociais e econômicos, por serem multidimensionais. Um exemplo é a possibilidade de um indivíduo fumar aos 16 o que pode influenciar o estado de saúde aos 42 anos. Isso mostra que ao voltar para essas habilidades cognitivas em uma política de educação, pode ser mais eficaz na geração de bem-estar, e combater o bullying nas escolas.

#### **4.2.3.4 Bullying**

Ao citar o bullying nas escolas muitos trabalhos relatam a preocupação com a juventude estudantil, principalmente com informatização e a influência das mídias sociais no comportamento dos jovens. Uma grande preocupação da sociedade em relação ao bullying é o suicídio, Oliveira et al. (2013) informaram que a probabilidade das pessoas que sofrem bullying de considerar o suicídio é de 2 a 9 vezes maior do que as que não sofrem esse tipo de violência. No reino Unido essas experiências estão relacionadas a pelo menos 50% dos suicídios entre os jovens.

Nos resultados de Oliveira et al. (2013) é ressaltado casos de bullying, onde os alunos mais jovens apresentaram ser mais sensíveis ao bullying, alunos negros eram os mais propensos a relatar serem intimidados, e alunos obesos expunham sofrer mais bullying que os demais. Esses autores relatam importantes pontos a ser priorizado nos estudos econômicos.

O bullying também levam os jovens a abandonarem a escola ou mudar-se para outra, e resultam a diversos problemas às vítimas como traumas, estresse e ansiedade. Os impactos do bullying em adolescentes, permanece na vida adulta, influenciando seus níveis de escolaridade e conseqüentemente seus salários no mercado de trabalho (OLIVEIRA et al., 2013).

Oliveira, Menezes, Irffi e Oliveira (2013) falaram sobre uma pesquisa que examinou os efeitos do bullying a partir de habilidades de jovens, nos quais as habilidades não cognitivas deveriam ser desenvolvidas como uma política de

combate ao bullying no ensino fundamental e principalmente no médio. Outra pesquisa que Oliveira et al. (2013) relataram foi sobre a importância das habilidades não cognitivas para explicar alguns desempenhos sociais ao longo da vida, essas habilidades são relevantes para explicar as chances do envolvimento de pessoas em comportamento de risco.

Ao estudar o desempenho de alunos Oliveira et al. (2013) relataram que alunos mais jovens apresentaram melhor desempenho. Características como extroversão e conscienciosidade afetam as notas do aluno negativamente. Dentre essas habilidades socioemocionais a instabilidade emocional também diminui a nota do aluno.

#### 4.2.4 CRIMINALIDADE

Muitos autores ao controlar as amostras de dados, colocam a juventude como fator dominante de taxas de criminalidade. Justus et al. (2018) ao controlar condições demográficas que influenciam taxas de homicídio consideraram homens na faixa etária de 15 a 29 anos como a população estudada para essa finalidade.

Demasiado número de trabalhos que relacionaram o jovem com a criminalidade nesta pesquisa. Esse tópico é de amplo estudo nas pesquisas econômicas e de muita preocupação para a sociedade atual. Procópio e Toyoshima (2017), por exemplo, ressaltam que o agravamento da criminalidade violenta no Brasil também ocorre pela falta de oportunidades no mercado de trabalho, no qual muitos jovens encontram na criminalidade a possibilidade de superar suas dificuldades financeiras e melhorar sua qualidade de vida. O que mostra a necessidade de novas políticas governamentais para a criação de novos postos de trabalho e capacitação profissional para essa população.

Oliveira e Costa (2019) citam uma relação das taxas de desemprego juvenil com as diferentes categorias de crimes na Austrália, mostrando uma relação de longo prazo na cointegração entre os crimes (roubos, fraudes e homicídios) com o desemprego juvenil masculino, e o salário semanal recebido por estes. Esses autores também falam que ao longo de períodos de recuperação econômica, através de um efeito motivação, as taxas de criminalidade aumentam, por haver efeito oportunidade no qual essas taxas crescem mais que em períodos de recessão.

Várias teorias associam a concentração de renda e desigualdade com os níveis de criminalidade. Pereira Filho, Tannuri-Pianto e Sousa (2010) esperavam em seu artigo que regiões com maior parcela de jovens, do sexo masculino na faixa de 15 a 29 anos, fossem menos custo eficiente. Um dos fatores verificados era o número de jovens que abandonaram o ensino médio, o que aumenta a probabilidade desses indivíduos de participar de atividades ilícitas.

Justus, Kahn e Kawamura (2015) abordaram a criminalidade em seu artigo, eles citaram características em comum de pessoas que se tornam criminosos, onde se encontram pessoas que abandonam os estudos, que foram menores abaixo do peso, com pais solteiros, quem usam produtos sofisticados, consomem álcool, e em sua maioria jovens solteiros. Foi apresentada um trecho curioso no artigo de Pereira Filho, Tannuri-Pianto, Sousa (2010, p. 315) onde citam: "Quando o objetivo é explicar crimes violentos, variáveis tais como o percentual da população entre 15 e 24 anos, a taxa de fecundidade em décadas anteriores e o percentual de crianças que nasceram de uma gravidez indesejada têm papel fundamental" (apud e.g. HARTUNG; PESSOA, 2007).

Nos resultados de Justus et al. (2018) pelos jovens possuírem baixo custo de oportunidade foi vista que o número de jovens faz a taxa de criminalidade variar positivamente. Muito desse resultado se deve a baixa escolaridade dessa população e sua inexperiência. A redução da ocorrência de crimes é associada a frequência escolar de indivíduos de 6 a 17 anos. E também o aumento da renda familiar reduz a decisão de cometer um crime. Procópio e Toyoshima (2017) exaltam a importância da educação para reter a delinquência juvenil.

Becker, Kassouf (2017) afirmam que a educação de crianças e jovens permite que eles aprendam sobre civilidade, moralidade e a obedecer às leis, fazendo com que integrem as regras de convivência no espaço de estudo, como um controle de comportamento, evitando que se envolvam e atividades ilícitas. As escolas têm a função de agente socializador e inserindo os jovens a sociedade, desenvolvendo seus comportamentos. Quando elas não seguem essa função, as chances desses jovens serem influenciados a entrar na criminalidade aumentam (PROCÓPIO; TOYOSHIMA, 2017).

Os esforços do Estado ao combater a violência e criminalidade, podem ser avaliados a partir das variáveis de gastos e segurança pública e escolaridade

dos jovens (PROCÓPIO; TOYOSHIMA, 2017). "Políticas que aumentam a produtividade dos investimentos em capital humano ou diminuem os retornos líquidos do crime atuam indiretamente sobre a redução da violência juvenil" (TAVARES; PIETROBOM, 2016, p. 473). Becker e Kassouf (2017) também relacionaram a evasão escolar com a criminalidade dos jovens. Elas afirmam que a educação pode contribuir para a redução da criminalidade e precisam ser abordadas nas políticas públicas voltadas a juventude.

Um ponto que entra em concordância com a maioria dos artigos pesquisados é que os jovens são mais propensos ao crime, tanto como vítima como criminosos (SANT'ANNA; SCORZAFAVE; JUSTUS, 2016). Procópio e Toyoshima (2017) recomendam intervenções governamentais que estabeleçam uma melhor perspectiva de vida aos jovens, como acesso à educação, serviços assistenciais, cursos e atividades socioeducativas que os afastam da criminalidade. Becker e Kassouf (2017) também afirmam que a uma boa estrutura familiar e pais presentes diminuem a probabilidade de os jovens cometerem atividades ilegais.

Becker e Kassouf (2016) apontaram que problemas de comportamento em jovens tendem a ser um fator que os transforma em criminosos, não que um comportamento violento o torna um delinquente, mas que é esperado que um delinquente manifeste esses comportamentos na escola. Fatores individuais e as características familiares, podem explicar por que alguns jovens se tornam agressivos.

Mas Becker e Kassouf (2016) não esqueceram de colocar em seu trabalho a questão da causalidade reversa, por exemplo casos de membros da família serem usuário de drogas ou álcool, o jovem pode crescer com aversão a esse consumo, diferente de muitas literaturas que consideram esse exemplo com a ideia de que o jovem irá se tornar um usuário por conviver com essas pessoas.

A violência afeta de maneiras desiguais a população e diferentes grupos demográficos podem ser influenciadores, como homens, negros, jovens e residentes em determinadas áreas geográficas (STEEVES; PETTERINI; MOURA, 2015). Justus, Kahn e Kawamura (2015) explicam que não brancos e branco tendem a viver em diferentes áreas de diferentes níveis de criminalidade. Mostrando a divisão social entre cor e raça, onde não brancos geralmente se

encontram na margem da sociedade, prevalecendo a discriminação e desigualdade.

Justus, Kahn e Kawamura (2015) falam em seu trabalho que os jovens se expõem a maiores riscos pelo seu estilo de vida, por serem mais ativos. Os jovens, do sexo masculino tem mais riscos de serem vítimas de agressão tanto física quanto verbal, devido a seus níveis de testosterona elevados nessa fase, eles tendem a ter reações precipitadas e se envolver em problemas.

No Brasil, aproximadamente duas mortes de homens de 15 a 24 anos a cada 5 registradas, são resultados de homicídios (STEEVES; PETTERINI; MOURA, 2015). Cerca de 59% dos homicídios relatados pelo SUS (Sistema Único de Saúde) em 2010 ocorreram com pessoas entre 20 e 39 anos (BECKER; KASSOUF, 2017). Mortes violentas concentradas entre os jovens é um problema especial nos países emergentes, por serem mais pobres e com maior população de homens jovens do que os países desenvolvidos (SAMPAIO et al. 2019).

Cerqueira (2012) alega que a ocorrência de homicídio é maior em torno dos 20 anos, notou também que muitos óbitos por causa indeterminada são decorrentes de má classificação da causa dos óbitos, esse autor acredita que homicídios podem ser os causadores de uma parte significativa das mortes indeterminadas, por relatar que os picos na densidade dos óbitos por causa indeterminada acontecem no mesmo momento que aqueles incidentes ocorrem, como nesse caso os homicídios.

Caetano et al. (2020) estimaram a cifra oculta para os crimes de furto, roubo e agressão física (lesão corporal) no Brasil de 2009. Essa cifra oculta do crime seria os crimes não comunicados ao poder público, os autores notaram que as faixas etárias de até 29 anos tem maior probabilidade de integrarem a cifra geral (roubo, furto e agressão física), o mesmo para chefes de domicílio nas faixas de escolaridade de até 11 anos de estudo.

Uma citação de Tavares e Pietrobon (2016) sobre crimes contra o patrimônio com o envolvimento de jovens se relaciona fortemente com o status socioeconômico familiar dos mesmos. Os autores relacionam esse crime com o local de moradia dos jovens, taxa de desemprego, salário recebido no mercado de trabalho, pobreza entre outros fatores. Já os crimes contra pessoas são associados ao ambiente familiar, as relações com os familiares e pessoas que

convivem com esses jovens. A violência pode estar associada com os adultos que os jovens convivem nos quais tomam como exemplo de conduta.

Os autores Sant'Anna, Scorzafave e Justus (2016) mostram que residir em regiões metropolitanas e urbanas aumentam o risco de uma pessoa ser roubada, esse risco é maior para solteiros (considerando separados e viúvos junto da amostra), levando ao perfil de que homens jovens solteiros sejam os mais expostos a esse fator de risco que levam a ocorrer esses crimes. Jovens solteiros, que saem desacompanhados para consumir álcool são as vítimas preferidas dos criminosos, esses também geralmente tendem a ser descuidados com seus pertences (JUSTUS; KAHN; KAWAMURA, 2015).

Homicídios em sua maioria são praticados na rua, a partir de uso de armas de fogo, tendo como vítimas jovens, pretos ou pardos, de em média 20 anos, de nível de escolaridade ginasial (CERQUEIRA, 2012). Sampaio et al. (2019) mostraram que a confiança da polícia é notavelmente maior para a subpopulação de não negros do que para os negros e a subamostra negra pesquisada pelos autores é mais jovem, menos escolarizada e um pouco mais pobre do que os não negros. Cano (2017) relata em seu artigo que os assassinatos de jovens pobres e negros vem sendo banalizado pela sociedade. Uma grande preocupação sobre a discriminação racial na sociedade, devido ao perfil que geralmente é relatado ao se abordar a criminalidade.

Jovens e solteiros têm mais riscos de serem roubados e agredidos, Sant'Anna, Scorzafave e Justus (2016) relacionam isso ao comportamento dos jovens. Solteiros correm maiores riscos por ficarem menos em casa, diferente dos casados que tendem a serem mais caseiros (JUSTUS; KAHN; KAWAMURA, 2015). Pessoas que estudam ou trabalham aumentam suas chances de serem vítimas do crime por passarem mais tempo na rua, sem contar os de maior renda que geralmente tem pertences de maior valor e isso torna mais atraente para os criminosos.

Sant'Anna, Scorzafave e Justus (2016) ao investigar sobre o efeito da renda e da idade sobre o risco de vitimização para determinados crimes, eles apresentam o ponto da teoria da vitimização predatória. Esses autores explicam que os jovens estão mais expostos a criminalidade que os indivíduos mais velhos, principalmente ligados a crimes contra a propriedade.

Andre e Carvalho (2019) falam sobre a variável idade na redução de crime, em suas citações eles relatam que as pessoas mais jovens tendem a pagar mais para reduzir o crime do que os mais velhos. As chances de impunidade são aumentadas para autores de crimes, pelos jovens dependerem menos da polícia. Mas o fato deles tender a viajar em grupos reduz essa exposição ao risco (JUSTUS; KAHN; KAWAMURA, 2015).

Ao falar das consequências da criminalidade Procópio e Toyoshima (2017) explicam que a criminalidade resulta em problemas como desajuste social, processo de urbanização descontrolado, colapso demográfico. Teixeira e Kassouf (2015) citam um autor que fez uma pesquisa sobre o encarceramento juvenil e a conclusão do ensino médio nos Estados Unidos, onde este aponta que a probabilidade desses jovens, que foram presos aos 16 anos, de completar o ensino médio é 25% menor que os jovens que não foram presos e da mesma idade (apud HJALMARSSON, 2008).

O envolvimento como vítima ou ofensor na idade escolar é associado com menores chances de conclusão do ensino médio e ingresso no ensino superior. Já na juventude ou na idade adulta esse comportamento violento pode influenciar a tendência desses indivíduos envolvidos terem uma menor empregabilidade no mercado, além da probabilidade de comportamento agressivo e antissocial serem apresentados, e no pior dos casos o suicídio (TAVARES; PIETROBOM, 2016).

Tavares e Pietrobom (2016) investigaram fatores relacionados a violência entre os jovens a partir do papel dos pares (peer effect). O relacionamento com pares violentos tende a reforçar valores pró-violência' nos jovens, principalmente quando esses comportamentos são socialmente recompensados.

Desta forma, seu impacto positivo sobre os atos violentos, principalmente sobre aqueles relacionados aos problemas interpessoais, traz mais uma evidência empírica sobre a ideia de que o convívio de jovens com grupos sociais heterogêneos reforçaria a violência, já que esta pode ser uma forma de expressão comportamental de autoafirmação ou de pressão para adesão de membros às normas sociais de um dado grupo. (TAVARES; PIETROBOM, 2016, p. 494).

Ao perceber que a escola e os pais trabalham em conjunto sobre a formação e comportamento dos jovens, e estes convivem em um bom ambiente

familiar, leva aos jovens a se envolver menos em atos violentos (TAVARES; PIETROBOM, 2016).

A violência sofrida na infância e juventude exerce impactos bastante perversos sobre as habilidades socioemocionais, o aprendizado, os resultados do mercado de trabalho e o engajamento em comportamentos de risco na vida adulta. Os impactos da violência escolar são ainda mais preocupantes, uma vez que esta atinge principalmente estudantes com maiores desvantagens socioeconômicas. Apesar disso, a literatura empírica sobre os fatores associados à violência escolar é escassa, o que dificulta o desenho de políticas públicas que atuem sobre sua redução (TAVARES; PIETROBOM, 2016, p. 495).

#### **4.2.4.1 Uso de Drogas e violência escolar**

A delinquência juvenil é muitas vezes relacionada com o mercado de drogas, principalmente entre jovens do sexo masculino até 25 anos. E um dos atos infracionais mais cometidos no país é o tráfico de drogas praticado por jovens infratores (PROCÓPIO; TOYOSHIMA, 2017).

O consumo de substâncias psicotrópicas pode desencadear problemas de saúde, trazendo custos para a sociedade que é refletido no sistema de saúde público, além de ser um risco para a saúde pública por gerar um aumento da violência. Outro fator também é o comprometimento da formação de capital humano gerado pelas drogas, ao diminuir a proficiência do aluno leva a uma queda na capacidade produtiva futura (BECKER, 2020).

Becker (2020) ressalta que essas situações influenciam no aprendizado do jovem e uma dessas consequências é a formação de capital humano na qual é prejudicada. A exposição dos alunos a esses fatores de risco relaciona-se diretamente com o atraso escolar sem contar nos problemas de saúde vindos do consumo dessas substâncias, como por exemplo cigarro e álcool.

Justus et al. (2018) buscaram testar a hipótese de que o cartel PCC influenciou na diminuição dos homicídios de São Paulo de 2000 a 2010. Alguns fatores, relatados pelos autores em sua literatura, que contribuíram para a grande diminuição de homicídios no estado foram a diminuição da proporção de jovens na população, aumento da frequência escolar desses jovens, implementação de novas tecnologias e organizações na segurança pública, melhores condições socioeconômicas da população, desarmamento da população, grande diminuição de usuários de crack.

No resultado das variáveis econômico demográficas de Pereira Filho, Tannuri-Pianto e Sousa (2010) o nível educacional, pobreza e número de jovens em idade de risco (15 a 29 anos) mostraram-se não relevantes para se explicar a ineficiência, e sim a desigualdade de renda e taxa de abandono escolar aumentavam a ineficiência na provisão da segurança pública, além disso, mercado de drogas ativo traz ineficiência de custo e favorece delitos, entre esses delitos se encontra a delinquência juvenil.

#### **4.2.4.1 Mulheres no domicílio**

Um ponto levantado por Procópio e Toyoshima (2017) é que de acordo com a literatura do crime, indivíduos que crescem em ambientes familiares chefiados por mulheres são mais propensos ao crime. Em seus resultados também foram observados resultados negativos entre as taxas de crimes letais intencionais das unidades federativas brasileiras e o percentual de domicílios chefiados por mulheres.

Justus, Kahn e Kawamura (2015) ressaltam a característica de crianças que moram com mães adolescentes, não casadas, de terem uma maior probabilidade de se tornarem criminosos. Almeida, Lima e Costa (2018) têm relatado como um impacto prejudicial da participação de mães no mercado de trabalho, que é a redução do tempo de qualidade com os filhos, devido à essa ausência por parte dos cônjuges no cuidado com os adolescentes. Esses autores mostraram que a mãe trabalhar trazia um efeito no desenvolvimento dos adolescentes, como no desenvolvimento cognitivo, problemas socioemocionais e de saúde. Outros problemas apontados neste trabalho são a redução de notas, elevação da obesidade, uso de drogas como bebidas e cigarros e problemas comportamentais.

Já em Vasconcelos, Ribeiro e Fernandez (2017), foi apresentada pesquisas onde foram vistos efeitos negativos quando indivíduos crescem em ambientes com apenas um dos pais, nos quais transições familiares experimentadas durante a infância reproduzem comportamentos e decisões negativas na vida desses indivíduos. Mas o fato de a mãe trabalhar, como demonstrado por Almeida, Lima e Costa (2018), pode aumentar os recursos financeiros da família, proporcionando a seus filhos um melhor desempenho acadêmico.

Almeida, Lima e Costa (2018) explicam sobre o efeito que as mães trabalhadoras na vida acadêmica de seus filhos. Com dados de pessoas com até dezessete anos, foi visto que esse efeito aumentou a probabilidade de as mulheres terem ensino superior e teve um efeito inverso para os homens.

Sobre a presença dos filhos no mercado de trabalho esses autores mostram que os meninos estão mais presentes no mercado de trabalho que as meninas, 29% desses adolescentes exercem alguma atividade para trazer renda a família. Uma relação está no fato de que uma maior oferta de trabalho da mãe quando há presença de meninas adolescentes, acima de 10 anos na família, faz com que essas jovens assumam responsabilidades de características maternas no domicílio, como cuidar dos irmãos e tarefas domésticas, e se ausentem do mercado (ALMEIDA; LIMA; COSTA, 2018).

#### 4.2.5. PROGRAMAS SOCIAIS

A expansão da defesa dos direitos da criança e do adolescente vem sendo cada vez mais discutida pelo estado e sociedade, com a elaboração de políticas públicas e o combate ao trabalho infantil (RAMALHO; MESQUITA, 2013). Nos resultados de Rodrigues et al. (2018), programas sociais beneficiam as famílias e impulsionam os jovens a trabalhar ou estudar. Como apresentado na pesquisa desses autores, a situação de nem-nem se mostrou negativa em ambas as áreas rural e urbana, salientando que a ajuda financeira oferecida as famílias de baixa renda são mecanismos de grande importância para a acumulação de capital humano para os jovens. Levando a melhoria das condições dessa população e/ou complementando as necessidades financeira dessas famílias mais pobres.

Diferente da maioria dos autores, Gomes et al. (2019) que estudaram dados sobre as transições no mercado de trabalho, ressaltaram que houve uma mudança na condição de desocupados para inativos de 2010 até 2015. Esses autores acreditam que esse comportamento, um aumento, foi reflexo da expansão ou lançamento de programas sociais nesse período. Foram ressaltados os programas de acesso ao ensino universitário, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) que ampliou o acesso dos jovens ao ensino técnico, e o Programa Bolsa Família que teve forte expansão até 2014. Eles relatam que de 2009 a

2013 dados das PNADs de jovens de 18 a 19 anos tiveram uma queda no nível de ocupação, como uma prova para sua hipótese.

Ribeiro e Cacciamali (2012) também concluem em seu trabalho que essas ajudas financeiras concedidas as famílias pobres ainda é insuficiente para melhorar os indicadores educacionais dos jovens, mas se revela uma condição necessária na busca da superação da pobreza no longo prazo. Como é explicado por Petterini (2016) que comenta que existem várias documentações de avaliações econômicas de programas públicos de qualificação, mas em geral essas pesquisas falham em produzir resultados para os jovens. Esse autor mostra a importância da demanda de estudos econômicos voltados a juventude.

Alguns estudos levantaram a temática dos programas sociais e pesquisas voltada a juventude. Como por exemplo Proni (2013) abordou nova meta da Declaração do Milênio, divulgada pela ONU em 2005, de erradicação da pobreza extrema e da fome na qual buscava "assegurar o emprego pleno e a possibilidade para todos, incluindo mulheres e jovens, de encontrar trabalho decente e produtivo" (p. 826).

O combate ao desemprego dessa população é um tópico bastante presente ao discutir sobre políticas públicas governamentais. Simões (2014) analisou o novo trabalhismo do governo britânico e a centralidade das políticas sociais nessa estratégia de desenvolvimento. Neste trabalho foi citada a política do New Deal que pretendia reduzir o desemprego entre os jovens e o desemprego geral a fim de expandir a oferta de trabalho. Nela foram introduzidas quatro opções para o jovem desempregado: trabalho subsidiado (incentivos para as empresas para contratar trabalhadores jovens), trabalho voluntário, treinamento e qualificação (apenas), e trabalho voltado para o meio ambiente (SIMÕES, 2014). Após isso outros estratos populacionais foram inseridos nessa política.

A participação de empregos do tipo *part-time*, considerados como empregos precários, aumentou entre 1984 e 2005 no Reino Unido, no qual teve um crescimento expressivo entre os jovens de 15 a 24 anos (SIMÕES, 2014). Mulheres com idade entre 15 e 24 anos foram as mais afetadas ocupando a proporção de vagas inferiores, já homens apresentaram uma participação mais robusta. Este autor mostrou que houve uma diminuição do desemprego entre os

jovens, mas por consequência teve um aumento do emprego precário entre essa população (SIMÕES, 2014).

Simões (2014, p. 693) explicou que “a absorção em empregos de meio período, de parte da população antes desempregada, contribuiu para o crescimento da oferta de trabalho de baixa qualificação – especialmente para os jovens.” O que resultaria na redução dos salários e diminuição dos custos de produção. Chamando atenção novamente ao risco de precarização do trabalho e informalidade que os programas sociais devem buscar combater, pois além de diminuir o desemprego deve-se prestar atenção nas condições que essas políticas resultam e é um ponto importante levantado por esse autor.

No trabalho de Wolf e Oliveira (2016) é falado sobre alguns modelos de Estado de Bem-Estar Social, neste os autores citam o modelo mediterrâneo, no qual é caracterizado pelo Estado ter um papel menos relevante que a família, mas mais importante que o mercado. Nesse modelo é retratado sobre a importância da economia informal, em que se encontram em sua maioria mulheres, jovens e idosos de menor qualificação. Estes são vistos como um complemento de renda familiar e considerados segmentos tradicionalmente excluídos do mercado de trabalho (tanto por esse quanto pelos demais modelos). Esses autores apontam a juventude como uma das principais populações no mercado informal de trabalho, onde englobam em sua maioria os trabalhos precários. Essa condição mencionada pelos autores, se relaciona com o trabalho de Simões (2014) ao abordar o combate ao desemprego, sendo essa população considerada um ponto indispensável a ser visto nos programas sociais e políticas públicas desta finalidade.

Como exemplo, pode-se abordar o artigo de Gomes e Lourenço (2012) que falaram de um programa de emprego argentino, onde apenas as famílias que tivessem menor de 18 anos, mulheres grávidas ou pessoas incapacitadas podiam se habilitar. Eram serviços comunitários executados por uma pessoa por família, que envolviam atividades como construção e manutenção, no qual era disponibilizado treinamento a esses trabalhadores, facilitando a reentrada desses no mercado. Como requisito os beneficiados tinham que vacinar os filhos e registrá-los em escolas públicas, favorecendo além da renda, a educação e saúde dessas famílias.

Ao estudar sobre programas sociais na área da educação pública, Castro (2012) relata sobre a inclusão de crianças, adolescentes e jovens nas escolas e universidades brasileiras com a ampliação e diversificação dos bens e serviços na área da educação. Iniciativas voltadas a educação e mercado de trabalho são os mais abordados quando se é voltado a juventude brasileira. Seja na inclusão de jovens na escola, universidades, cursos profissionalizantes, a educação e treinamento dos jovens são consideradas pela maioria dos autores pesquisados como as principais formas de inclusão dessa população no mercado de trabalho.

Programas, como por exemplo o PLANSEQ (Plano Setorial de Qualificação), que o autor Petterini (2016) estudou em seu artigo. O programa divulgava por meio de rádio e internet (redes sociais), devido ao interesse do público jovem, considerando que muitos dos inscritos estavam nas escolas. A maior probabilidade de participação no programa relatada pelo autor é representada por mulheres de 19 anos que não concluíram o ensino médio. Homens e indivíduos com ensino médio completo possuíam uma menor probabilidade, e de maioria, jovens entre 19 e 28 anos foram as faixas etárias de maior probabilidade de participação. Sem contar que a maioria dos treinados no programa de qualificação eram jovens em situação de primeiro emprego, bem como os próprios demandantes da mão de obra eram os que ofertavam os cursos do programa.

Outro programa que pode ser relatado, foi citado por Saccaro, França e Jacinto (2020). Estes falaram sobre o PNAES (Programa Nacional de Apoio ao Estudante) um programa criado para evitar a evasão de estudantes no nível superior. O programa objetiva facilitar a permanência dos jovens nas universidades federais, e busca minimizar o impacto das desigualdades sociais, promover a inclusão social, entre outros objetivos específicos.

Saccaro, França e Jacinto (2020) abordaram em seu trabalho o benefício Bolsa Permanência, que faz parte do PNAES. Para esse programa quanto mais jovem for o aluno, maior as chances de receber o benefício, como os alunos mais velhos tendem a ter uma maior possibilidade de estarem empregados, se eles trabalham significa que não é possível receberem ajuda financeira, por não poderem estudar em tempo integral.

É interessante ressaltar o perfil social que geralmente é relatado nos trabalhos. Diversos artigos apontaram que jovens de cor/raça não branca, mulheres, jovens em busca do primeiro emprego ou que passaram longos períodos de desemprego, e portadores de necessidades especiais, são as populações mais citadas ao se mencionar problemas no mercado de trabalho, saúde e educação. Essas minorias populacionais estão presentes em diversos resultados, mas poucos trabalhos aprofundaram sobre esses grupos.

#### **4.2.5.1 Bolsa Família**

Um dos programas sociais mais citados pelos artigos foi o Bolsa Família. Esse programa tem como uma de suas finalidades romper o ciclo intergeracional da pobreza a partir da educação de crianças e adolescentes (ARAÚJO; RIBEIRO; NEDER, 2010). Com a exigência da frequência escolar desses estudantes esse programa incentiva positivamente no combate do trabalho infantil juvenil e reduz os custos indiretos da educação dessas famílias pobres beneficiadas.

Nascimento e Kassouf (2016), como muitos autores, falam sobre o Bolsa Família, seus valores, especificações e objetivos, além de outros auxílios. É ressaltado o compromisso que as famílias têm com os mesmos. Por exemplo, para receber o Bolsa Família as famílias devem possuir crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos de idade na sua composição (ROCHA; MATTOS; COELHO, 2018), os beneficiários devem ter uma frequência escolar mínima (para adolescentes de 6 a 17 anos), frequência mínima em atividades socioeducacionais para jovens de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil, e deve se ter acompanhamento de saúde para nutrizes de 14 a 44 anos. O que é uma questão positiva do programa por melhorar o acesso à educação e saúde dos mais jovens (CRUZ; PESSALI, 2011).

Araújo, Ribeiro e Neder (2010) apresentaram que o Programa Bolsa Família em 2006 elevou a proporção de adolescentes que apenas estudam, reduziu a proporção dos que apenas trabalham e dos que nem estudam ou trabalham. Esses resultados se devem as condicionalidades para se receber os benefícios do programa.

Rodrigues et al. (2018) também falam sobre o conjunto dos programas Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, por incentivarem

as crianças e adolescentes a permanecerem na escola e possibilitarem o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza. Mas um ponto levantado por Araújo, Ribeiro e Neder (2010) é que o programa Bolsa Família possui algumas limitações que podem fazer do programa insuficiente para combater o trabalho infanto juvenil, que é o caso da carência de recursos culturais, sociais e econômicos vivenciadas pelas famílias. O que requer ações do programa com outras iniciativas.

O benefício variável, por exemplo, teve um efeito positivo para os jovens na decisão de trabalhar e estudar simultaneamente (RIBEIRO; SHIKIDA; HILLBRECHT, 2017). Sonia Rocha (2011) explicou que o benefício aos jovens de 16 a 17 anos tem função de dar um incentivo à continuidade da escolarização, onde a taxa de abandono tende a ser maior nessa faixa etária, além de aumentar o dispêndio do programa e reforçar seus impactos sobre a pobreza e a desigualdade.

Cavalcanti et al. (2016) explicam que em 2012 mães de adolescentes entre 15 e 17 anos recebem entre R\$ 32 a 38,00 – Benefício Variável Vinculado ao Jovem (BVJ), cada família tem um limite de até 2 BVJ. Eles ainda citam a obrigatoriedade de frequência mínima dos jovens na escola, o acompanhamento vacinal, e o pré-natal das mulheres de 14 a 44 anos, além do acompanhamento da assistência social. Esses autores também relataram que as chances de os jovens estarem ocupados no setor rural diminuíram para as famílias beneficiadas pelos programas.

Ribeiro, Shikida e Hillbrecht (2017) falaram sobre os efeitos do bolsa família e o benefício variável. Um ponto de grande relevância levantado pelos autores foi que o benefício variável não conseguiu trazer de volta os adolescentes que evadiram a escola em algum momento, mas teve efeitos positivos ao manter os jovens que não experimentaram descontinuidade nos estudos, aumentando a frequência desses jovens na escola.

Ribeiro e Cacciamali (2012) falam sobre programas de transferência de renda condicionada onde os objetivos são superar situações de pobreza absoluta aprimorando o capital humano de jovens. Eles mostraram também sobre os benefícios das ajudas financeiras e das condicionalidades do Bolsa Família, como os 85% de frequência das aulas para os estudantes beneficiados.

#### 4.2.6 SAÚDE

Ao entrar no tópico da saúde da população juvenil, pode se ressaltar o trabalho de Rocha et al. (2017) que apontam que os jovens estão cada vez mais associados a menores gastos com saúde (per capita a nível local). Por exemplo na pesquisa de Mattos, Suplicy e Terra (2014), jovens foram utilizados como uma das variáveis sociodemográficas a fim de captar diferenças Hicks Neutras nos gostos da população. Neste trabalho foi apontado que quanto maior o percentual de jovens no município maior a demanda por habitação, e menor a demanda por saúde.

Souza, Ziegelmann e Figueiredo (2018) citam em seus resultados: "o efeito da renda na saúde é mais pronunciado em indivíduos jovens, enquanto em idades mais avançadas o efeito da condição de saúde na renda tende a ser maior" (apud SMITH, 1999). Por focarem em perguntas específicas em relação a tarefas corriqueiras, indicadores de dificuldades de mobilidade ou limitações funcionais, mesmo que autorreportados, estão menos sujeitos a subjetividade. Por apresentarem baixa frequência na população mais jovem, torna difícil captar o estado de saúde desses indivíduos (SOUZA; ZIEGELMANN; FIGUEIREDO, 2018).

Castro e Staduto (2019, p.863) relatam que "a percepção de saúde pode ser diferente entre distintos grupos sociais, étnicos ou culturais", por exemplo, idosos e adultos, mesmo em condições piores em relação aos mais jovens, podem considerar mais natural declararem um estado de saúde bom. Algumas respostas também podem acabar sendo mais subjetiva nas entrevistas, por uma pessoa responder na ausência dos outros moradores do domicílio.

Mas ao se levar em conta as atividades físicas, elas são feitas em sua maioria por homens jovens entre 18 e 24 anos, foram pesquisadas diferentes faixas etárias sobre isso, na medida que aumenta as idades desses grupos o número de indivíduos sedentários aumenta, visto também o mesmo efeito com o grupo de mulheres (GODOY; TRICHES, 2017).

Godoy e Triches (2017) também investigaram os efeitos da atividade física sobre os rendimentos do mercado de trabalho brasileiro, e relataram em seu trabalho que quem tem criança ou jovem tendem a apresentar inatividade física. O que leva à questão do sobrepeso.

Silva (2020) argumenta sobre o sobrepeso entre os jovens de 10 a 19 anos. Muitos programas voltados a nutrição saudável infanto-juvenil são executados na escola, que é onde as crianças e adolescentes passam a maior parte do seu tempo. Essa autora relata que essas medidas de educação nutricional não fazem muito efeito, devido a esses jovens não só serem influenciados pela escola, mas também de seu convívio familiar seu próprio comportamento alimentar, fatores econômicos, demográficos, entre outros fatores. Ela ressalta que é necessário a promoção de mudanças que atinjam os hábitos da população como um todo.

Silva (2020) ao pesquisar sobre a participação e efeito do programa Bolsa Família na nutrição das famílias, notaram que quem recebia esse benefício, melhoravam seu padrão de alimentação, tanto na redução de indicadores de subnutrição de crianças e adolescentes como também na diminuição de obesidade dos indivíduos beneficiados. Pelo fato de os participantes terem que realizar de acompanhamento médico e receberem orientações e informações para melhores padrões de alimentação, esse programa ajuda na diversificação alimentar e melhoria da saúde de crianças e adolescentes de até 19 anos.

Almeida e Araujo Junior (2016) estudaram a exposição dos jovens aos fatores de risco à saúde, e um dos tópicos abordados foi as condições nutricionais relacionadas ao desempenho escolar. Os autores ressaltaram a preocupação com a aquisição de capital humano dos jovens com excesso de peso, no qual o papel social e psicológico são aspectos que são intensificados nessa condição devido ao preconceito, bullying e diminuição da autoestima, por exemplo.

Outro assunto de importante relevância ao citar a saúde de jovens é o uso de drogas, isso gera um mercado para a atividade ilícita, traz problemas sociais, jurídicos e de violência, além de prejudicar a capacidade cognitiva destes jovens, como distúrbios neurológicos e outros problemas de saúde (BECKER, 2017). Considerado um fenômeno de grande preocupação social.

Almeida e Araujo Junior (2016) explicam que o consumo de bebidas alcoólicas deteriora o cérebro, e esta é uma preocupação maior no caso dos jovens, pois na adolescência o cérebro ainda está em desenvolvimento. Podendo então levar a problemas na memória, danos neurocognitivos e nas

funções visoespaciais desses indivíduos, o que diminui o desenvolvimento intelectual e seus níveis de aprendizagem.

Becker (2017) mostra que foram relatados em 2012, entre a idade de 18 a 24 anos, que 21,8% desses jovens já abusaram no consumo de bebidas alcoólicas ao menos uma vez na vida. Sendo considerado um hábito comum o consumo de bebida alcoólica entre os menores de 18 anos, mesmo sendo proibido (BECKER, 2017).

Já a idade média de experimentar cigarro, por exemplo, é de 16 anos, relatado por fumantes e ex-fumantes (ALMEIDA; ARAÚJO JR., 2017; BECKER, 2017). Com base em prognósticos para a média, com essa iniciação prematura ao fumo combinada com a quantidade média de um maço de cigarros por dia (média relatada pelos atuais fumantes), com apenas 25 anos de idade um fumante teria um impacto expressivo no estoque de saúde com 53,97 mil cigarros fumados até então. Esses autores ainda reportam a alta taxa de ausência no trabalho por saúde desses fumantes e ex-fumantes, quase o dobro dos que nunca consumiram cigarro (ALMEIDA; ARAÚJO JR., 2017). Uma preocupação para as de saúde pública.

Politi (2014) estudou a desigualdade no uso dos serviços de saúde essenciais, pesquisando as necessidades entre as classes econômicas. A faixa etária de 18 até 29 anos foi um dos agrupamentos demográficos estudados. As mulheres mais jovens em classes sociais mais baixas têm mais filhos (por terem mais partos) do que as mulheres mais jovens das classes mais elevadas (POLITI, 2014). As mulheres mais jovens das classes mais elevadas realizam mais exames do colo de útero e mamografia (POLITI, 2014).

Margarido, Costa e Parré (2019) abordaram o câncer de mama feminino pelo sistema único de saúde brasileiro. Eles apontaram pesquisas sobre câncer de outros países como a Espanha onde foram mapeadas faixas etárias de 15 a 48 anos pelos dados de mortalidade, onde ao se aumentaram a cobertura de mamografia das regiões estudadas e foram vistas reduções na mortalidade de mulheres pelo câncer de mama, o mesmo também foi visto na china onde foi confirmado que o diagnóstico, prevenção e cuidados executados no país refletiram na distribuição espacial e PIB. Quanto mais jovem for feito o diagnóstico e acompanhamento, melhor os resultados de saúde dos indivíduos.

O estudo sobre o câncer apresentado pelos autores mostrou que o mapeamento, diagnóstico, acompanhamento e prevenção contra essa doença pelo país podem diminuir a mortalidade de mulheres e melhorar o PIB do país, tanto pelos indivíduos como também pela área de saúde, que se distribuídas justamente as unidades e os serviços necessários pelas microrregiões do país de acordo com suas necessidades pode-se obter um aproveitamento melhor das políticas e demandas econômicas da saúde (MARGARIDO; COSTA; PARRÉ, 2019).

Carvalho e Afonso (2012) estudaram a precificação dos Death bonds de acordo com o gênero e idade da contratação do seguro. Esses Death bonds são títulos vendidos por instituições financeiras derivadas de seguros de vida, nas quais são vendidas para investidores. Um dos pontos levantados pelos autores foi sobre a busca dos investidores por retornos individuais maiores, pelos quais os títulos de jovens e indivíduos do sexo feminino doentes favorecerem esses resultados. Nos death bonds, o ganho é inversamente proporcional ao tempo de sobrevivência do vendedor, trazendo maiores lucros para o comprador da apólice no caso de morte precoce do assegurado. O que faz com que pessoas jovens com doenças severas como câncer ou AIDS sejam os perfis mais atraentes para esses investidores (CARVALHO; AFONSO, 2012).

#### **4.2.6.1 Gravidez e fecundidade**

O Brasil possui poucas evidências documentadas sobre os efeitos da maternidade precoce, seja no mercado de trabalho ou no desempenho educacional (NARITA; DIAZ, 2016). Mas este permanece sendo uma preocupação da saúde pública e é visto como um foco da educação sexual, a prevenção da gravidez na adolescência.

Em seu referencial teórico Narita e Diaz (2016) fazem um levantamento sobre condições que levam adolescentes a engravidarem cedo, que vai desde assuntos como contracepção, falta de educação, concentração de pobreza, baixo status socioeconômico, falhas em contracepção, desigualdade, entre outras. As autoras apontaram que houve um aumento na proporção de adolescentes sexualmente ativas, e isso pode ter resultado no aumento de taxas de gravidez na adolescência.

Ao relatar a decisão de adolescentes sobre ter ou não filhos, Narita e Diaz (2016) viram que as expectativas sobre os resultados futuros no mercado de trabalho não eram importantes para a decisão das adolescentes de engravidar. Mas a redução da maternidade na adolescência está associada com gasto com escolaridade, tanto primária quanto secundária. Mortalidade infantil, pobreza e trabalho infantil foram fatores inversamente relacionados a gravidez na adolescência (NARITA; DIAZ, 2016).

A maternidade na adolescência associa efeitos negativos em relação a participação feminina na força de trabalho, esses efeitos são maiores para o grupo mais velho. Uma diminuição na fecundidade aumenta a participação de mulheres no mercado. Esses efeitos embora em pequenas quantidades aumentam ao longo do ciclo de vida (NARITA; DIAZ, 2016). Essas autoras ainda mostram que com a diminuição na fecundidade adolescente os salários por hora aumentam, mesmo que em valores pequenos. O que é mostrado que a maternidade precoce como prejudicial a participação das mulheres no mercado.

Narita e Diaz (2016) associam os indicadores sociais e econômicos anteriores das mães com a gravidez em idades precoces, procurando eliminar preconceitos existentes sobre a fecundidade.

Renata Narita e Maria Dolores Montoya Diaz (2016) também relataram que mesmo com uma diminuição da fecundidade nas últimas décadas, o Brasil permanece com uma alta taxa de fecundidade de adolescentes. Políticas voltadas para a redução da gravidez na adolescência tem impactos positivos na oferta de trabalho e na educação das mulheres jovens (NARITA; DIAZ, 2016), mostrando ser de grande importância na elaboração de políticas públicas.

#### 4.2.7 MIGRAÇÃO E MOBILIDADE

Ao observar os artigos que citaram migração e mobilidade Avelino (2010) explica que grande parte das migrações ocorrem nos primeiros anos da idade adulta. Ao levantar o perfil de migração Freguglia, Gonçalves e Silva (2014) identificaram que os migrantes tendem a ser brancos, jovens do sexo masculino, e possuírem uma maior homogeneidade na escolaridade, além do fato de que ser casado mostrava um impacto negativo na decisão de migrar.

Taveira e Almeida (2014) constatam que regiões que atraem um grande número de migrantes tendem a ter sua população jovem maior. Um ponto

também confirmado por Lameira, Gonçalves, Freguglia (2015) a mudança de trabalhadores jovens, que migram para cidades grandes, se dá por grande maioria pela procura por interações com outros trabalhadores mais experientes de modo que lhe tragam vantagens e melhores oportunidades (apud GLAESER, 1999). Esses migrantes se deslocam para essas cidades que possuem alto grau de escolaridade buscando melhorar o seu capital humano, mesmo tendo alta concorrência no seu destino.

Ao ver sobre a migração de retorno Lima, Araújo e Costa, (2020) viram que pessoas com maiores chances de serem trabalhadoras sem carteira assinada ou de estarem desocupadas são migrantes jovens ou adultos, quem compõem a migração de retorno brasileira. Fontes, Jacinto e França (2019) também falam sobre a migração interna, onde os migrantes interestaduais de retorno são de maioria solteiros, jovens e de pouco estudo. Esses autores estudaram sobre a influência de programas de transferência de renda, como por exemplo o programa bolsa família, na retenção de indivíduos nos estados em que residem e na remigração de indivíduos ao estado natal, muitas vezes esses indivíduos retornam em uma situação pior que a anterior. Para esses autores essa remigração traz a ideia de consequência, nos quais os indivíduos passaram por uma experiência frustrada de salário e emprego e retornaram a seu estado natal.

Antigo e Machado (2012) Relatam que mobilidade vem beneficiando as gerações mais jovens, independentemente da cor ou sexo. Ramalho e Brito (2016) afirmam que migrantes são positivamente selecionados pelo mercado de trabalho. Em resumo, os trabalhadores não aleatórios na população que são mais instruídos, motivados, jovens, perseverantes, que quando comparados com pessoas que nunca mudaram de residência são considerados amantes do risco (RAMALHO; BRITO, 2016).

Lima, Simões e Hermeto (2015) estudaram a condição de ocupação individual e seus determinantes. Foi inserida a condição de migração individual na análise para ver um possível viés de seleção nos mercados de trabalho brasileiros, na explicação de que os migrantes são positivamente selecionados (mais jovens e mais escolarizados) e tendem a possuir maior probabilidade de inserção ocupacional. Ramalho e Brito (2016) observaram que indivíduos que já migraram tendem a ter um salário médio maior que os não migrantes, esses

também adquirem informações sobre o mercado de trabalho com maior facilidade (RAMALHO; BRITO, 2016).

Curi e Menezes-Filho (2014) investigaram a relação entre o desempenho na escola e os salários para os jovens migrantes brasileiros. Foram observados o percentual de jovens que se mudaram após 1995 e os estados que moravam em 2000, no qual puderam analisar a migração dos estados brasileiros. Também foi feita uma análise da educação dos jovens nesse período, no final eles concluem que a partir da nota do SAEB, as pontuações medias dos testes de uma geração impactam nos salários após 5 anos da migração destes.

No artigo de Freguglia, Gonçalves e Silva (2014) indivíduos com 25 anos ou mais apresentam maior produtividade e renda quanto maior a escolaridade e qualificação desses trabalhadores. Essas características dos migrantes os levavam a buscar por estados que apresentavam prosperidade econômica, melhor dinamismo no mercado, maior aglomeração populacional e de amenidades urbanas. Tudo por melhores oportunidade de emprego e condições de vida.

Ramalho e Brito (2016) citaram sobre movimentos pendulares no mercado de trabalho. Trabalhadores pendulares seriam residentes que trabalham em outras localidades próximas ao local de trabalho. Os autores explicaram que esses trabalhadores, na maioria dos países, são de nível educacional mais elevado e mais jovens em comparação aos que não realizam deslocamento pendular.

Escolhas de mobilidade pendular e migração estão diretamente relacionadas ao nível de instrução dos trabalhadores (RAMALHO; BRITO, 2016). O que pode ser reforçado por Antigo e Machado (2012) que apontaram que a explicação da mobilidade pode ser atribuída ao processo de universalização do ensino, relacionado ao aumento de escolaridade média da população, especialmente entre os mais jovens.

As pessoas mais jovens tendem a assumir os riscos que envolvem a mobilidade pela falta de oportunidade de emprego em seus municípios (RAMALHO; BRITO, 2016). Uma solução citada pelos autores seria investimento em educação, maiores ofertas de emprego que acarretem um maior retorno salarial para a população.

#### 4.2.8 O JOVEM RURAL

O assunto mais preocupante e relatado pelos artigos estudados sobre os jovens na área rural é êxodo desses indivíduos do campo. Rodrigues et al. (2018) apontam que a fuga dos jovens para grandes centros urbanos se dá pela precarização da oferta de mão de obra e baixos salários do meio rural, além das possibilidades do mercado de trabalho oferecidas pelos centros urbanos.

Clemente, Gomes e Lírio (2015) ao estudar propriedades citrícolas de São Paulo, observaram a predominância de produtores com idade mais avançada. Dentre os entrevistados por esses autores, apenas 34% possuíam entre 23 e 50 anos, um retrato do envelhecimento dos produtores desse estado. Vilela, Araújo e Ribeiro (2012) também ressaltaram que os jovens na faixa de 20 e 29 anos que estão trabalhando na atividade agrícola diminuíram de proporção no mercado.

Piccin (2012) destacou três ângulos de análise que se comunicam com os assentamentos rurais, um deles fala sobre a territorialização desses processos sociais, outro sobre as alterações das condições de vida das famílias, e as relações sociais mantidas aos assentamentos, sejam relacionadas à produção e cooperação ou relacionadas às sociabilidades, envolvendo temáticas como gênero e juventude, e por último as vivências na fase da luta pela terra.

Marin et. al. (2012) relata sobre o trabalho dos jovens no pretexto de ajuda dentro das famílias de agricultores, utilizados pelos pais em busca de que seus filhos aprendam as atividades agrícolas, geralmente pautadas nos usos e costumes tradicionais. Essas “ajudas”, explicadas pelos autores quando afetam a escolarização dos jovens e prejudicam seu desenvolvimento, deixam de ser um auxílio e aprendizado, passam a ser trabalho infantil. Mas essas questões ainda são muito debatidas dentre as comunidades agrícolas e sociedade no geral.

Um importante ponto, pesquisado por esse autor é sobre a liberdade. Os pais, nessas famílias rurais pesquisadas, ressaltaram que os jovens atualmente têm maior liberdade comparada com a infância de seus genitores. Essa época era vista como árdua, com trabalhos pesados e obrigatórios, além de sofrerem da prática do castigo e coerção de seus pais (MARIN et. al., 2012).

Os pais das famílias de agricultores estudadas consideram o trabalho de seus filhos na propriedade como um modo de ensinar o modo de vida rural, passar os conhecimentos relativos à agricultura como a escola faz com os outros conhecimentos. Um processo educativo para conviver no campo e aprender valores e responsabilidades (MARIN et. al., 2012).

O trabalho da juventude no meio rural é visto como indispensável na sua sociabilidade e muitos adultos veem como um modo de prevenir desvios de condutas e sociais. Relatados pelo autor que os jovens desocupados desvalorizam os ensinamentos dados pelos adultos e levam a esses terem um maior contato com álcool e a uma sexualidade prematura. Muitos desses pais veem o trabalho como complementação da força de trabalho da família, mas não entendem que os mesmos estão explorando a força de trabalho de sua juventude (MARIN et. al., 2012).

Costa e Ralisch (2013) ao explicar sobre o êxodo do jovem rural também tocam no ponto da liberdade desses jovens, mas de um ponto de vista diferente dos pais. Eles relatam que parte da permanência no campo se dá pelo acesso às facilidades como lazer, tecnologias, transporte e educação, que muitas vezes são relacionados como privilégios urbanos. Pontos essenciais para o desenvolvimento e a continuidade da agricultura familiar.

Os jovens dentro dessas famílias procuram uma maior liberdade e visibilidade dentro das comunidades que estão inseridos. Esses conflitos de ordem cultural dentro das famílias rurais é uma barreira para o desenvolvimento desse corpo social. Pois muitos jovens não têm poder de decisão nem mesmo a possibilidade de manifestar suas opiniões e ideias (COSTA; RALISCH, 2013). O que também traz uma falsa imagem de que o jovem não se interessa pelo desenvolvimento local.

Quando o termo juventude é utilizado de maneira genérica, espontaneamente surge a vinculação com o desinteresse ou recusa do trabalho na roça. De um lado, quando existe uma relação de proximidade com os jovens rurais, eles passam a ser percebidos como jovens que buscam um futuro melhor por meio da educação e do trabalho urbano (LOPES; CARVALHO, 2015, p. 574).

Relatos sobre a participação nas decisões se mostrou um assunto de grande destaque no trabalho de Costa e Ralisch (2013), apresentaram que a hierarquia e a autoridade patriarcal no campo limitam a autonomia dos jovens

rurais, pois colocam eles como indivíduos de menor confiabilidade dentro das relações sociais do campo, mesmo sendo eles a questão de destaque sobre a permanência da continuidade rural. Isso também faz com que muitos desses jovens vejam como alternativa o casamento, como explicam Lopes e Carvalho (2015), pois o jovem rural quando casa perde o status de jovem na visão dos mais velhos.

Como citado por Marin (s.p., 2020) “a juventude rural é socialmente representada como o futuro da agricultura familiar e, especificamente, os jovens rurais representam os futuros agricultores familiares”. Em pontos evidenciados por Lopes e Carvalho (2015) muitos casos de saída do jovem do campo podem ser representados pela necessidade de afastamento do controle e da autoridade paterna, dessa subordinação geracional, saindo de casa em busca de autonomia.

Nisso, a questão financeira da juventude rural também é relatada um ponto chave para sua permanência no campo. Muitos jovens demonstraram frustração por trabalhar todos os dias na propriedade rural e não receberem remuneração pelos seus serviços, tendo que recorrer sempre aos pais para adquirir qualquer bem pessoal (COSTA; RALISCH, 2013).

A necessidade de um espaço para a cultura e o lazer em sua maioria é de grande relevância para o desenvolvimento das comunidades rurais. A juventude demanda de um espaço para se socializar e desenvolver as relações, lugares para recreação, atividades físicas, promoções de eventos, e espaços com bibliotecas, computadores e internet são fundamentais para a relação do jovem com o campo (COSTA; RALISCH, 2013). Porém a maioria dos jovens não possuem alternativas financeiras para o pagamento das opções de lazer, limitando suas atividades no campo a atividades que não demandem de dinheiro.

Molinari e Padula (2013) ao comentar sobre o êxodo rural apontaram que centros de ensino localizados na área rural, também fazem com que os jovens permaneçam região e não migrem em busca de uma maior formação. Além disso, valoriza as atividades econômicas rurais, o território e faz com que a juventude encontre um lugar no mercado de trabalho da região. O que torna esses centros em multiplicadores de conhecimento. A educação é vista pelos jovens rurais como uma possibilidade de melhoria de vida, possibilita que eles

possam se capacitar, aprimorar os conhecimentos sobre as formas de potencializar as propriedades, ou se formar para outras atividades profissionais desejadas (COSTA; RALISCH, 2013).

Quando os países possuem uma população jovem agrícola altamente treinada esses obtêm um desempenho econômico nove vezes maior que os países com elevadas proporções de agricultores com mais de 55 anos ou de formação rural insuficiente (SALUSTIANO; BARBOSA; MOREIRA, 2020).

O êxodo do jovem rural traz a preocupação sobre o envelhecimento e masculinização do campo. As propriedades rurais estão diminuindo em número de população jovem, e esse fator é ainda mais agravado pela saída da população feminina. A desvalorização das atividades realizadas pelas mulheres no campo e distorção de suas múltiplas jornadas estão fazendo com que as moças busquem pelos centros urbanos por melhores condições de vida, reconhecimento e trabalho remunerado (COSTA; RALISCH, 2013).

Na pesquisa de Santos et al. (2010) ao ver a probabilidade do homem se encontrar no mercado de trabalho rural, a presença de um filho pequeno eleva essa chance, e de acordo com o aumento da idade desses filhos essa probabilidade diminui, mostrando que à medida que o ciclo de vida dos filhos avança a responsabilidade do homem como provedor da família reduz. Já as mulheres essa probabilidade de participação no mercado tem um comportamento inverso, retratando que as mulheres são incentivadas a abdicar o trabalho para cuidar das crianças.

A autonomia da jovem rural é comprometida pela pelo patriarcalismo e pela hierarquia familiar rural. A concentração de recursos e poderes voltadas ao homem da família é um fator que leva ao êxodo feminino do campo, e repercute nas unidades produtivas familiares e também de sucessão (MARIN, 2020).

#### 4.2.9 IDADE E OUTROS ASSUNTOS NO GERAL

Mesquita e Balbinotto Neto (2013) constatam que no início do século XX a dinâmica demográfica retratava um equilíbrio entre fecundidade e alta mortalidade, o que dava em uma população jovem e de crescimento vegetativo baixo. Atualmente a dinâmica é apresentada por baixa fecundidade, baixa mortalidade e baixo crescimento vegetativo além de progressivo envelhecimento populacional. Apresentando com isso uma histórica alta proporção de população

em idade ativa e jovem, com uma tendência de aumentar o envelhecimento até as gerações numericamente menores se sucederem. Levando a uma grande preocupação com a sustentação da seguridade e o papel da produtividade.

Existem vários canais pelos quais a demografia afeta o sistema econômico. Miles (1999) menciona que a taxa de poupança tende a diminuir em uma economia onde predominam jovens ou pessoas com mais de 65 anos. O impacto negativo da mudança demográfica na taxa de poupança é um resultado consistente com a hipótese do ciclo de vida.

Stampe et al. também falam sobre a hipótese do ciclo de vida na mudança demográfica na taxa de poupança, onde cita que essa taxa tende a diminuir em economias onde jovens ou idosos predominam, resultando em um impacto negativo no sistema econômico. O aumento da expectativa de vida e a redução da taxa de fertilidade, aumentam proporção de idosos, o que afeta os jovens e envelhecem as sociedades, levando a novas fontes de despesas e menos receitas para a proteção social (WOLF; OLIVEIRA, 2016). Resultados da transformação das estruturas demográfica e familiar.

Vieira e MacDonald (2020) abordaram os papéis dos perfis demográficos na poupança dos países, que este tem efeitos diferentes na conta corrente de acordo com as diferenças nas proporções de taxas de dependência de jovens e idosos. Justus et al. (2018) relataram que na primeira década de 2000 houve uma intensa mudança no regime demográfico do país, representada pelo aumento da esperança de vida e pela alta redução nas taxas de fecundidade, diminuindo a proporção de jovens em algumas regiões.

Cruz, Teixeira e Braga (2010) ao falar sobre a transição demográfica, ressaltam que a estrutura etária da população está tendo um aumento da população idosa e uma redução da proporção de jovens no Brasil, resultado da redução das taxas de mortalidade e natalidade. Esses autores também comentam sobre bônus demográfico e a janela de oportunidades que o mesmo proporciona para as políticas públicas, em investir em capital humano e a capacidade produtiva a ser ampliada.

“Esse aumento da expectativa de vida, por sua vez, contribui consideravelmente para o aumento da taxa de dependência, isto é, da importância da população mais velha relativamente à população mais jovem na

sociedade” (WOLF; OLIVEIRA, 2016, p. 681). Tiné, Freitas e Paes (2020) mencionaram sobre o índice de dependência da velhice, que é a razão dos aposentados em relação a população em idade ativa. O artigo desses autores propôs avaliar o impacto de envelhecimento populacional sobre a receita tributária. Os autores focaram em estudar os impostos sobre consumo, por cada cesta ser diferente para as distintas faixas de idade.

Tiné, Freitas e Paes (2020) mencionaram que no Brasil o envelhecimento populacional possui grandes restrições fiscais. Apenas em pensões, o país gasta aproximadamente 13% do PIB, um valor muito alto em comparação com os outros países, e para um país com uma população relativamente jovem.

Um ponto positivo de uma população de maioria jovem pode ser relatado por Mascarini, Garcia e Roselino (2020). Ao calcular o filtro social esses autores relacionaram inovação com estrutura demográfica das pessoas de 15 a 24 anos per capita das microrregiões estudadas, relatando que os jovens contribuem para renovar a sociedade local. Municípios com maior participação de jovens tendem a influenciar a demanda por habitações e infraestrutura urbana, devido a tendência da dinâmica de crescimento populacional ser maior (SAIANI; TONETO JR.; DOURADO, 2013). Foi pressuposto no modelo do trabalho de Martini, Hermeto, Jayme Jr. (2014) que investimentos na qualificação dos trabalhadores mais jovens elevam sua adaptabilidade às novas tecnologias.

Videira e Mattos (2011) investigaram a existência de interação espacial para os gastos municipais com base no modelo tradicional de ciclos políticos eleitorais. Eles notaram que para os controles demográficos a variável que aborda a proporção de jovens apresentou sinais positivos e negativos. Ao se fazer investimentos que priorizam os jovens na educação houve aumento per capita R\$ 1,94 nos municípios, já quando esse investimento era voltado aos idosos havia uma redução de R\$ 0,28 per capita.

Ao abordar finanças pessoais Stampe et al. falam que os gastos com educação, vestuário, transporte e alimentação geralmente são maiores e mais relevantes para os jovens. Vestuário e alimentação resultados do desenvolvimento do corpo humano durante esse período, sem contar os gastos em higiene e recreação que também são altos nessa faixa. Já gastos com saúde e habitação aumentam com a idade.

Rodrigues, Helfand e Lima (2018) falam que nos anos mais jovens da vida de uma pessoa, gastos irregulares como gastos com educação, livros cursos, atividade, artigos escolares, entre outros, fazem parte do agregado de consumo da cesta das necessidades básicas da POF.

Alguns trabalhos encontrados abordaram a época da escravatura, relatando as condições dos jovens nessa época e seus dados. Rossini (2019), por exemplo constatou que os jovens escravos entravam para o mundo dos adultos na idade dos 7 até os 12 anos, foi relatado que mais numerosas que os adultos de 15 a 29 anos eram as crianças do sexo masculino na época pesquisada. Os jovens escravos iniciavam atividades intensas aos 14 anos de idade onde era considerado um trabalhador completo (ROSSINI, 2019).

Rossini (2019) falou sobre preços médios nominais dos escravos adultos jovens (15-29 anos), onde relatou que o preço dos escravos e escravas tinham sua maior variação quando eles atingiam cerca de 26 a 27 anos de idade. Era no mercado de escravos do Maranhão, Minas Gerais, e Rio Grande do Sul, homens entre 15 e 40 anos, que costumam atingir os preços mais elevados (PEREIRA, 2018).

Pereira (2018) estudou os anos do boom do algodão (1790-1820) no Maranhão. Nos anos de 1808 houve um grande aumento de imigrantes brancos na região, estes em sua maioria chegavam casados e ainda jovens ao Brasil onde expandiram suas famílias.

No período do decreto conhecido como a lei do ventre livre, 36% de todos os escravos e escravas de 16 a 17 anos negociados em 1861 e 1871 foram transacionados no período da publicação do decreto, entre 2 e 3 meses (ROSSINI, 2019).

Teixeira (2016) analisou cartas de alforrias do período de 1840-1888, foi vista uma desproporção nas alforrias distribuídas entre as mulheres mulatas, crioulas, muito velhas ou muito novas, que trabalhavam em serviços domésticos. A autora fala do registro de algumas pessoas alforriadas e foram comparadas aos seus preços registrados nos inventários. Cerca de metade das alforrias foram dadas a mulheres e homens entre 15 e 44 anos.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou identificar os assuntos mais citados sobre os jovens nas pesquisas econômicas brasileiras. Foi desenvolvida uma pesquisa por palavras chaves, em onze revistas econômicas do país, esse tipo de busca traz uma importância enorme nas pesquisas acadêmicas, por ser a primeira forma de pesquisa de um trabalho. Essa busca por palavras chaves também possibilitou estudar a frequência de citações sobre a juventude. Observando, a partir das citações dos artigos onde as palavras-chave foram encontradas, que os assuntos mais citados neste decênio (2010-2020) sobre os jovens foram mercado de trabalho e educação.

A respeito do mercado trabalho, muitos trabalhos citaram sobre as altas taxas de desemprego entre os jovens no país. Além da dificuldade dessa população de entrar no mercado de trabalho, eles também apresentam uma alta rotatividade. Essa complexidade de encontrar um emprego e se manter nele, leva essa população a frequentemente aceitar baixos salários, cargos menores que não se enquadram com suas atribuições e nível de escolaridade, podendo também os levar à informalidade e até mesmo à inatividade.

Essa vulnerabilidade dos jovens no mercado de trabalho, mostra a necessidade de melhores políticas públicas que incentivem a contratação desses indivíduos, principalmente com o cenário econômico atual. Como foram apresentados em alguns artigos, junto dessas vulnerabilidades, a seletividade no mercado de trabalho vem aumentando nos últimos anos, prejudicando ainda mais essa população, que encontram obstáculos para atender aos requisitos necessários para conquistar uma oportunidade, frente a uma alta concorrência.

Um fato importante citado nos trabalhos estudados, é de que aos poucos o mercado está ficando cada vez mais igualitário para os jovens, seja por cor, idade ou gênero, as discriminações (mesmo que ainda existindo) estão diminuindo para as gerações mais jovens. O nível de escolaridade da juventude também está aumentando em relação aos mais velhos, porém essa escolaridade influencia menos o aumento de renda desses indivíduos em comparação aos mais velhos.

Foram apresentados trabalhos sobre a expansão universitária, como ela influencia o aumento da inserção dos jovens no mercado de trabalho, estimula o desenvolvimento e melhora a qualidade do capital humano. A maioria dos artigos

sobre educação referiu-se aos jovens em idade escolar, levantando assuntos como frequência escolar, desempenho, interesse nos estudos, bullying e programas sociais.

O Desinteresse dos jovens pela escola pode fazer com que eles deixem de querer frequentar a escola e até mesmo abandoná-la. Professores podem tanto inspirar como também desmotivar os alunos aos estudos, a presença deles e dos familiares na vida e desenvolvimento escolar dos jovens tem papel fundamental no desempenho e interesse desses sujeitos nos estudos. Na maioria dos trabalhos é salientada a necessidade de um sistema público de qualidade, que valorize a diversidade na educação e seus professores.

Foi visto que a juventude ainda é um tema pouco abordado nas pesquisas econômicas. Além disso ao estudar os autores das publicações, apenas 21,11% dos artigos foram de autores que publicaram mais de um artigo que envolveram os jovens, um número baixo que representa o pouco interesse de autores da área da economia sobre a juventude.

Tanto as palavras quando o número de artigos, tiveram o ano de 2020 como o ano de maior publicação e vem crescendo aos poucos nos últimos anos. O que sugere que assuntos envolvendo a juventude vem se desenvolvendo na atualidade, tornando-se cada vez mais estudados.

A revista Estudos Econômicos foi o periódico de maior número de publicações encontradas sobre os jovens. Dentre os assuntos mais publicados a revista Economia aplicada e Economia foram as revistas que mais se destacaram ao falar dos jovens na educação e mercado de trabalho.

A principal limitação deste trabalho considera que a pesquisa foi realizada, através do download das revistas estudadas, e foram pesquisadas as palavras por meio do software Foxit PhantomPDF, outros motores de busca podem produzir resultados diferentes. As palavras-chaves escolhidas buscaram realizar a pesquisa da forma mais completa possível, mas ainda é possível que artigos relevantes não tenham sido vistos. É possível que artigos pertinentes ao trabalho tenham sido perdidos entre a inclusão e exclusão dos arquivos estudados, pois a seleção dos mesmos dependeu-se da escolha pessoal/manual do pesquisador.

Como possibilidade de estudos futuros, pode-se tomar as ideias de realizar trabalhos que precisam de mais aprofundamento sobre os jovens nas pesquisas. Estudar a juventude e o comportamento econômico dos mesmos são trabalhos que agregariam grandes conhecimentos para a economia brasileira.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, F. **Enem 2012 - proposta de redação comentada pelo cursinho objetivo**. 2012. Disponível em: <http://fagneraguair.blogspot.com/2012/11/enem-2012-proposta-de-redacao-comentada.html> Acesso em: 2 fev. 2022.

ANDI. **Qual a diferença entre adolescente e jovem?** Disponível em: <http://www.andi.org.br/help-desk/qual-diferenca-entre-adolescente-e-jovem>. Acesso em: 24, nov. 2020.

ANPG. Série exclusiva ANPG – **Mapeamento nacional de bolsas da CAPES**. 2020. Disponível em: <http://www.anpg.org.br/16/07/2020/mapeamento-nacional-de-bolsas-da-capes/> Acesso em: 31 jan. 2022.

ATLAS DAS JUVENTUDES. **Juventudes e a Pandemia do Coronavírus**. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/juventudes-e-a-pandemia-do-coronavirus/> Acesso em: 3 fev. 2022.

BARCELLOS, R. CNN. **Número de mortes por Covid-19 no Brasil em 2021 já supera todo ano de 2020**. São Paulo. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/numero-de-mortes-por-covid-19-no-brasil-em-2021-ja-supera-todo-ano-de-2020/> Acesso em: 03 fev. 2022.

BOGHOSSIAN, C. O. MINAYO, M. C. S. Revisão Sistemática Sobre Juventude e Participação nos Últimos 10 anos. **Saúde Soc**. São Paulo, v.18, n.3, p.411-423, 2009.

CIEGLINSKI, A. EBC. **Aperta o cerco aos planos de saúde**. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/saude/2012/12/retrospectiva-2012-aperta-o-cerco-aos-planos-de-saude> Acesso em: 2 fev. 2022

BRASIL, C. Í. Revista agência Brasil. **Pandemia ainda provoca impactos no mercado de trabalho, diz Ipea**. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-06/pandemia-ainda-provoca-impactos-no-mercado-de-trabalho-diz-ipea> Acesso em: 31 jan. 2022.

CASTRO, D. EBC. **Governo Dilma foi desafiado por uma das maiores greves do funcionalismo**. 2012. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/retrospectiva-2012/2012/12/retrospectiva-governo-dilma-foi-desafiado-por-uma-das-maiores> Acesso em: 31 jan. 2022.

CIRIZA, A. El País. **A rejeição incandescente do Brasil à Copa do Mundo**. 2014. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/20/deportes/1398022778\\_861497.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/20/deportes/1398022778_861497.html) Acesso em: 1 fev. 2022.

DIESE. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. Estudos e Pesquisas, Nº 74 - outubro de 2014. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.html> Acesso em: 01, fev. 2022

DOMINGUES, F. G1. **Brasil tem mais baixa cobertura da vacina tríplice viral desde 2015, diz Ministério da Saúde**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/10/15/brasil-tem-mais-baixa->

cobertura-da-vacina-triplice-viral-desde-2015-diz-ministerio-da-saude.ghtml  
Acesso em: 2 fev. 2022.

FETAEMG. **Má gestão da pandemia e crise econômica aumentam desafios da juventude rural.** 2021. <http://www.fetaemg.org.br/site/index.php/all-category/comissao-estadual-de-jovens-trabalhadores-as-rurais/2878-ma-gestao-da-pandemia-e-crise-economica-aumentam-desafios-da-juventude-rural>  
Acesso em: 01, fev. 2022.

FIES. **O que é o fies?** Online. Disponível em:  
<https://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies> Acesso em: 27 jan, 2022.

FIGUEIREDO, P. G1. **Na contramão da tendência mundial, taxa de suicídio aumenta 7% no Brasil em seis anos.** 2019. Disponível em:  
<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/09/10/na-contramao-da-tendencia-mundial-taxa-de-suicidio-aumenta-7percent-no-brasil-em-seis-anos.ghtml> Acesso em: 2 fev. 2022.

FREITAS, S. EBC. **Cresce violência contra jovens, crianças, gays e mulheres.** 2012. Disponível em:  
<https://memoria.ebc.com.br/noticias/retrospectiva-2012/2012/12/retrospectiva-2012-cresce-violencia-contra-jovens-criancas-gays> Acesso em: 31 jan. 2022.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão Sistemática da Literatura: Conceituação, Produção e Publicação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p.57-73, 2019.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v.23, n. 1, p. 183-184, 2014.

GARCIA, D. C. F.; GATTAZ, C. C.; GATTAZ, N. C. A Relevância do Título, do Resumo e de Palavras-chave para a Escrita de Artigos Científicos. **Revista de Administração Contemporânea** [online]. 2019. v. 23, n. 3, pp. 1-9. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019190178>>. Acesso em: 22 Dez. 2021.

IBGE. **Pirâmide etária.** 2019a. Disponível em:  
<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>. Acesso em: 05 dez, 2020.

IBGE. Indicadores IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Quarto Trimestre de 2019.** 2019b. Disponível em:  
[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2019\\_4tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2019_4tri.pdf). Acesso em: 6 dez, 2020.

IPEA. **Diagnóstico da Inserção dos Jovens Brasileiros no Mercado de Trabalho em um Contexto de Crise e Maior Flexibilização.** 2020. Disponível em:  
[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35949&Itemid=432](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35949&Itemid=432) Acesso em: 31 jan. 2022.

KING, R. Theorising New European Youth Mobilities. **Population, Space and Place.** v.24, n.1, e2117. 2018.

LIMA, J. B. B.; MUÑOZ, F. P. F.; NAZARENO, L. A.; AMARAL, N. Refúgio no Brasil: **caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)**. Brasília: Ipea, 2017.

MADEIRA, F. R. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Brasil. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Programa mais médicos – dois anos: **mais saúde para os brasileiros**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Brasil. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vírus Zika no Brasil: a resposta do SUS**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D.G. The PRISMA Group. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. **PLoS Med**, v.6, n.7, e1000097. 2009.

MOURA, P. M. El País. **Os protestos ofuscam a estreia da Copa do Mundo no Brasil**. 2014. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/12/politica/1402588208\\_408345.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/12/politica/1402588208_408345.html) Acesso em 1 fev. 2022.

OLIVEIRA, I. UOL. **Valor do Bolsa Família está 5% maior que em 2004, mas 20% menor que em 2014**. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/11/bolsa-familia-esta-5-maior-que-em-2004-mas-20-menor-que-em-2014.htm> Acesso em: 27 jan, 2022.

OLIVEIRA, N. Agência Brasil. Rio de Janeiro. 2015. **Taxas de desemprego de 2014 são as menores da série histórica, diz IBGE**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-01/taxas-de-desemprego-de-2014-sao-menores-da-serie-historica-diz-ibge> Acesso em: 2 fev. 2022.

ONU BR. **Adolescência, juventude e redução da maioridade penal**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-07/Position-paper-Maioridade-penal-1.pdf> Acesso em: 25, maio. 2021.

OPAS. Relatório Anual 2020. **Saúde Universal e a Pandemia – Sistemas de Saúde Resilientes**. 2021. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/54862>. Acesso em: 03, fev.2022.

PEREIRA, G. P.; GALVÃO, T. F. Etapas de busca e seleção de artigos em revisões sistemáticas da literatura. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 369-371, 2014.

REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA - Boletim 33. Julho 2021. Covid-19: **Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade**. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2021/07/boletimpps-33-23julho2021.pdf> Acesso em: 31 jan. 2022.

SALOMÃO, K. Revista Exame. **Entenda o que é a Operação Carne Fraca e os impactos para a BRF**. Disponível em:

<https://exame.com/negocios/entenda-o-que-e-a-operacao-carne-fraca-e-os-impactos-para-a-brf/> Acesso em: 2 fev.

SAMPAIO, R.F.; MANCINI, M.C. Estudos de Revisão Sistemática: Um Guia Para Síntese Criteriosa da Evidência Científica. **Rev. bras. fisioter.**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SANTANA, A. E. EBC. PNE: **10 perguntas para tirar suas dúvidas sobre o Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/educacao/2014/07/entenda-o-pne> Acesso em: 31 jan. 2022

SIDDAWAY, A. P.; WOOD, A. M.; HEDGES, L. V. How to Do a Systematic Review: A Best Practice Guide for Conducting and Reporting Narrative Reviews, Meta-Analyses, and Meta-Syntheses. **Annual Review of Psychology**. v. 70, n. 1, p. 9.1-9.24, July 2019.

SMITH, D. P.; MILLS, S. The 'youth-fullness' of youth geographies: 'coming of age'? **Children's Geographies**, v. 17, n. 1, p. 1-8. 2019.

SOARES, P. B. CARNEIRO, T. C. J. CALMON J. L. CASTRO L. O. C. O. Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre Tecnologia de Construção e Edificações na base de dados Web of Science. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 175-185, jan/mar. 2016.

SOUSA, M. S. A.; WAINWRIGHT, M.; SOARES, C. B. Sínteses de Evidências Qualitativas: guia introdutório. **Bis**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 7-22, dez. 2019.

SPOSITO, M. P.; SOUZA, R.; SILVA, F. A. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e170308, 2018

TEIXEIRA, M. A. A. **Perfil da produção científica dos docentes dos programas de pós-graduação em economia e a sua inserção no portal de periódicos da capes: um estudo métrico**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p.109. 2017.

UNDP - United Nations Development Programme. **Human Development Report 2019**. Beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21st century. New York. 2019. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2019>. Acesso em: 4 dez, 2020.

UNVPA - Fundo de População das Nações Unidas. **Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento**. 2. ed. Brasília: UNVPA-Fundo de População das Nações Unidas, 2010.

UFSC. **Corte de mais de 600 bolsas de pós-graduação gera indignação e apreensão na UFSC**. 2020. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2020/03/corte-de-bolsas-de-pos-graduacao-gera-indignacao-e-apreensao-na-ufsc/> Acesso em: 31 jan. 2022.

VAN GEEL, J.; MAZZUCATO, V. Conceptualising youth mobility trajectories: thinking beyond conventional categories. **Journal of Ethnic and Migration Studies**. v. 44, n. 13, p. 2144–2162. 2018.

**Bibliografia estudada:**

## Análise econômica

- AMARAL, P. V.; LEMOS, M. B.; CHEIN, F. Disparidades Regionais em Minas Gerais: uma Aplicação Regional de Métodos de Análise Multivariada. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 28, n. 54, p.313-344, set. 2010.
- BASTOS, R. L. A. Desemprego Metropolitano no Brasil: 1999-2007. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 32, n. 61, p.125-151, mar. 2014.
- BECKER, K. L. Análise do Impacto do Programa Saúde na Escola sobre a Violência e o Consumo de Substâncias Ilícitas dos Jovens nas Escolas Brasileiras. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 38, n. 76, p.121-144, jun. 2020.
- BERGMANN, A. L.; RIBEIRO, F. G.; NIQUITO, T. W.; TEIXEIRA, G. O Efeito da Expansão dos Institutos e das Universidades Federais sobre o Mercado de Trabalho. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 38, n. 77, p.259-296, set. 2020.
- BLACK, C. Uma Avaliação da Teoria da Doença Holandesa e da Hipótese da Maldição dos Recursos Naturais. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 35, n. especial, p.65-82, jul. 2017.
- CACCIAMALI, M.C.; LIMA, T. T.; TATEI, F. Crowding-Out of Low-Skilled Workers in Brazil. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 34, n. 65, p.7-22, mar. 2016.
- CARDOSO, C. A.; VIEIRA, F. V. Crescimento Econômico e Regimes Cambiais: Análise de Painel. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 38, n. 75, p.277-303, mar. 2020.
- COSTA, J. S.; CUNHA, M. S. Determinantes do Desemprego no Brasil no Período de 1981 a 2005: uma Análise Enfatizando a Qualificação do Indivíduo em um Contexto de maior Abertura Comercial. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 28, n. 53, p.197-220, mar. 2010.
- CRUZ, A. C.; TORRES, D. A. R.; TEIXEIRA, E. C. Gastos Públicos em Infraestrutura e em Capital Humano como forma de Promoção do Crescimento Pró-Pobre nos Estados Brasileiros. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 35, n. 67, p.237-267, mar. 2017.
- EUGÊNIO, A. S.; SOUZA, E. T. C.; VIEIRA, M. T. Trade-Off Inflação-Desemprego e Bem-Estar Subjetivo com Amostragem Complexa. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 38, n.76, p.145-170, jun. 2020.
- FALLEIRO, M.; SILVA, C. E. L.; TAI, S. H. T. A Teoria do Prospecto: Estimção da Função Utilidade e da Função Ponderação das Probabilidades para uma Amostra Específica. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 36, n. 71, p. 223-265, set. 2018.

- FONTES, L. F. C.; JACINTO, P. A.; FRANÇA, M. T. Programas de Transferência de Renda e Migração Interna: Evidências do Programa Bolsa Família. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 37, n. 72, p.39-78, mar. 2019.
- FRAGA, G. J.; PARRÉ, J. L.; SILVA, R. R. Investimento Estrangeiro Direto no Brasil: Efeitos Diretos e Espaciais sobre o Crescimento Econômico. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 34, n. 66, p.35-55, set. 2016.
- GOMES, M. R.; SOUZA, S. C. I. Desigualdades Salariais de Gênero no Primeiro Emprego, Reemprego e Remanescentes nos Setores Econômicos: Evidências para o Sul do Brasil. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 36, n. 71, p.101-134, set. 2018.
- LIMA, C. F.; ARAÚJO, J. A.; COSTA, E. M. Diferencial de Renda do Migrante de Retorno Nordeste por Setor de Trabalho. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 38, n. 75, p.131-158, mar. 2020.
- LOUREIRO, P. R. A.; SACHSIDA, A.; MOREIRA, T. B. S. Is There discrimination Among Brazilian Lawyers? A Random-Effects Approach. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 29, n. 56, p.293-307, set. 2011.
- MARTINS, J. J.; CUNHA, S. Emprego e Desigualdade de Rendimentos no Brasil: uma Análise a partir da Estrutura de Ocupações. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 35, n. 68, p.117-148, set. 2017.
- NASCIMENTO, A. R.; KASSOUF, A. L. Impacto do Programa Bolsa Família sobre as Decisões de Trabalho das Crianças: uma Análise utilizando os Microdados da PNAD. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 34, n. 66, p.225-254, set. 2016.
- NOGUEIRA, R. P. Perspectivas Críticas acerca da Relação entre Saúde e Desenvolvimento com Foco nos Países Bric. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 30, n. especial, p.74-95, set. 2012.
- OLIVEIRA, C. A.; COSTA, I. C. Ciclos Econômicos e Crimes contra o Patrimônio: uma Análise quase Experimental. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 37, n. 74, p.7-34, set. 2019.
- OLIVEIRA, G. C.; DEOS, S. S.; WOLF, P. J. W. Integração Regional e Convergência Econômica Real: Lições da Experiência Europeia. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 32, n. 6, p.7-40, mar. 2014.
- PROCÓPIO, D. P.; TOYOSHIMA, S. H. Fatores Associados à Criminalidade Violenta no Brasil. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 35, n. especial, p.263-288, jul. 2017.
- QUEIROZ, P. W. V.; COELHO, A. B. Alimentação fora de Casa: uma Investigação sobre os Determinantes da Decisão de Consumo dos Domicílios Brasileiros. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 35, n. 71, p. 67-104, mar. 2017.
- RAMALHO, H. M. B.; NETTO JÚNIOR, J. L. S. Dinâmica Intergeracional de Educação e Corresidência entre Pais e Filhos Adultos no Brasil. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 36, n. 69, p.231-266, mar. 2018.

REIS, J. C.; JAYME JÚNIOR, F. G.; OLIVEIRA, A. M. H.C. Desempenho Macroeconômico e Taxa de Pobreza Estadual no Brasil no Período 1981-2006. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 30, n. 58, p.195-232, set. 2012.

RIBEIRO, R.; NEDER, H. D. Diferenciais de Rendimentos entre Assalariados no Brasil Recente. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 29, n. 56, p.243-268, set. 2011.

ROCHA, L. A.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S.; POZ, M. E. S. D.; OLIVEIRA, F. P. S. Impactos da Política na Acumulação da Riqueza dos Estados Brasileiros: a Contribuição dos Investimentos em Infraestrutura e dos Esforços em Inovação. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 36, n. 69, p.201-230, mar. 2018.

SANTANA, F. L.; NETTO JÚNIOR, J. L. S. Oferta Pública Educacional e o Background Familiar: Evidências para as Microrregiões Brasileiras de 2000 e 2010. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 33, n. 64, p.51-82, set. 2015.

SIQUEIRA, A. D.; RIBEIRO, R. Mitsubishi Motors Corporation do Brasil Ltda. e Sindicato dos Metalúrgicos de Catalão: Resultados da Constituição de uma Nova Unidade de Negociação. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 30, n. 58 p.305-330, set. 2012.

SOARES, T. C.; COSTA, J. B.; LOPES, L. S. Análise Espacial da Eficiência dos Gastos Públicos em Saúde em Minas Gerais. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 37, n. 72, p.113-136, mar. 2019.

SOUZA, E. C.; LIMA, J. E. Condição de Ocupação e Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro em 2007. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 29, n. 56, p.269-291, set. 2011.

STAMPE, M. Z.; PORSSE, A. A.; PORTUGAL, M. S.; ZUANAZZI, P. T. The Retirement Consumption Puzzle: Evidences for Brazil and the State of Rio Grande do Sul. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 35, n.68, p.263-288, set. 2017.

TAVEIRA, J. G.; ALMEIDA, E. Os Determinantes Regionais da Atração do Migrante Qualificado. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 32, n. 62, p.199-224, set. 2014.

VASCONCELOS, A. M.; RIBEIRO, F. G.; FERNANDEZ, R. N. O Efeito da Estrutura Familiar na Educação dos Filhos. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 35, n. especial, p.289-315, jul. 2017.

## EconomiA

ALMEIDA, A. T. C.; RAMALHO, H. M. B.; ARAUJO JUNIOR, I. T. Managerial effort under asymmetric information: The case of public schools in Brazil. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 18, [S.n.], p.275-297, apr. 2017.

ALMEIDA, F. The psychology of early institutional economics: The instinctive approach of Thorstein Veblen's conspicuous consumer theory. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 16, [S.n.], p.226-234, jun. 2015.

- ANDRE, D. M.; CARVALHO, J. R. Assessing the benefits of robbery reduction: The case of a large Brazilian city. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 20, [S.n.], p. 44-72, apr. 2019.
- ANNA, E. S.; SCORZAFAVE, L. G.; JUSTUS, M. Nonlinear relationship between income, age and criminal victimization in Brazil. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 17, [S.n.], p.185-198, may. 2016.
- ANTIGO, M. F.; MACHADO, A. F. Mobilidade e Desigualdade de Rendimentos no Brasil: Uma Análise a Partir de Dados Cross Section de 1993 a 2007. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 13, n. 2, p.327-344, mai/ago. 2017.
- ARABAGE, A. C.; SOUZA, A. P. Wage dynamics and inequality in the Brazilian formal labor market. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 20, [S.n.], p.153-190, 2019.
- ARAÚJO, G. S.; RIBEIRO, R.; NEDER, H. D. Impactos do Programa Bolsa Família sobre o Trabalho de Crianças e Adolescentes Residentes na Área Urbana em 2006. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 11, n. 4, p.57-102, dez. 2010.
- ARRAES, R. A.; MENEZES, F. L. S.; SIMONASSI, A. G. Earning differentials by occupational categories: Gender, race and regions. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 15, [S.n.], p. 363-386, jul. 2014.
- ARRUDA, E. F.; BASTOS, F. S.; GUIMARÃES, D. B.; IRFFI, G. Efeitos Assimétricos da Abertura Comercial Sobre o Nível de Renda dos Estados Brasileiros. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 14, n. 1b., p. 497-519, mai/ago. 2013.
- ASSUNÇÃO, J.; BURITY, P.; MEDEIROS, M. C. Is the convergence of the manufacturing sector unconditional? **Revista EconomiA**, Brasília, v. 16, [S.n.], p.273-294, nov. 2015.
- BARBOSA FILHO, F. H.; PESSÔA, S. A. Educação e Crescimento: O que a Evidência Empírica e Teórica Mostra?. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 265-303, mai/ago. 2010.
- BENEGAS, M. O Uso do Modelo NetWork DEA para Avaliação da Eficiência Técnica do Gasto Público em Ensino Básico no Brasil. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 13, n. 3a., p. 569-601, set/dez. 2012.
- BOIANOVSKY, M. Why did Wicksell change his mind about the machinery question?. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 15, [S.n.], p.1-19, 2014.
- CABELLO, A. The relations between graduate programs in economics in Brazil: A structural equivalence analysis. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 19, [S.n.], p.278-291, mar. 2018.
- CASTRO, N. R.; MOREIRA, G. C.; SILVA, R. P. Wage structure differential and disability in Brazil - Underperformance or discrimination?. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 20, [S.n.], p.211-228, dec. 2019.
- COSTA, G. O. T.; MACHADO, A. F.; AMARAL, P. V. Vulnerability to poverty in Brazilian municipalities in 2000 and 2010: A multidimensional approach. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 19, [S.n.], p.132-148, 2018.

CRUZ, A. C.; TEIXEIRA, E. C.; BRAGA, M. J. Os Efeitos dos Gastos Públicos em Infraestrutura e em Capital Humano no Crescimento Econômico e na Redução da Pobreza no Brasil. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 11, n. 4, p. 163-185, dez. 2010.

CURI, A. Z.; MENEZES-FILHO, N. The relationship between school performance and future wages in Brazil. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 15, [S.n.], p.261-274, ago. 2014.

DIVINO, J. A. Composição dos Gastos Públicos e Crescimento Econômico dos Municípios Brasileiros. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 13, n. 3a., p. 507-528, set/dez. 2012.

DUCHATEAU, P. V.; AGUIRRE, B. Estrutura Política como Determinante dos Gastos Federais. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 11, n. 2, p.305-331, mai/ago. 2010.

FERNANDEZ, R. G.; SUPRINYAK, C. E. Creating academic economics in Brazil: The Ford Foundation and the beginnings of ANPEC. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 19, [S.n.], p. 314-329, abr. 2018.

FIGUEIREDO, L.; NAKABASHI, L. The relative importance of total factor productivity and factors of production in income per worker: Evidence from the Brazilian states. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 17, [S.n.], p.159-175, apr. 2016.

FIRPO, S.; PIERI, R.; SOUZA A. P. Electoral impacts of uncovering public school quality: Evidence from Brazilian municipalities. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 18, [S.n.], p.1-17, 2017.

FLORES, R. M. V.; SCORZAFAVE, L. G. D. S. Effect of racial segregation on proficiency of Brazilian elementary school students. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 15, [S.n.], p. 20-29, mar. 2014.

FONTES, A.; PERO, V. Desempenho dos Microempreendedores no Brasil. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 635-665, set/dez. 2011.

FREGUGLIA, R. S.; GONÇALVES, E.; SILVA, E. R. Composition and determinants of the skilled out-migration in the Brazilian formal labor market: A panel data analysis from 1995 to 2006. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 15, [s.n.], p. 100-117, mar. 2014.

GARCIA, M. F.; ARAÚJO, E. C.; ARAÚJO, E. L.; FAUSTINO, I. A. A Condição do Jovem no Mercado de Trabalho Brasileiro: Uma Análise Comparativa entre o Emprego e o Primeiro Emprego (1999-2009). **Revista EconomiA**, Brasília, v. 13, n. 3a., p. 481-506, set/dez. 2012.

GODOY, M. R.; TRICHES, D.; Effects of physical activity on earnings in the Brazilian labor market. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 18, [S.n.], p. 180-191, 2017.

GONÇALVES, S.; MACHADO, A. F. Poverty dynamics in Brazilian metropolitan areas: An analysis based on Hulme and Shepherd's categorization (2002–2011). **Revista EconomiA**, Brasília, v. 16, [S.n.], p. 376-394, oct. 2015.

IRFFI, G.; CRUZ, M, S. CARVALHO, E. B. S. Reasons for embracing a religion: The case of Brazilian women. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 18, [S.n.], p.168-179, 2017.

IRFFI, G.; SOARES, R. B.; DESOUZA, D. A. Fatores Socioeconômicos, Demográficos, Regionais e Comportamentais que Influenciam no conhecimento sobre HIV/AIDS. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 11, n. 2, p.333-356, mai/ago. 2010.

JUSTUS M.; CERQUEIRA, D. R. C.; KAHN, T.; MOREIRA, G. C. The “São Paulo Mystery”: The role of the criminal organization PCC in reducing the homicide in 2000s. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 19, [S.n.], p.201-218, mar. 2018.

JUSTUS, M.; KAHN, T.; KAWAMURA, H. Relationship between income and repeat criminal victimization in Brazil. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 16, [S.n.], p.295-309, nov. 2015.

JUSTUS, M.; KAWAMURA, H.; KASSOUF, A. L. What is the best age to enter the labor market in Brazil today?. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 16, [S.n.], p.235-249, apr. 2015.

MESQUITA, R. A.; BALBINOTTO NETO, G. Produtividade, Demografia e Sustentabilidade da Previdência Social. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 14, n. 1B, p.389-427, mai/ago. 2013.

MESQUITA, S. P.; SAMPAIO, L. M. B.; RAMALHO, H. M. B.; ARAÚJO JÚNIOR, I. T. A Oferta de Trabalho Não Agrícola no Meio Rural: Evidências para o Nordeste e Brasil. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 11, n. 4, p. 103-131, dez. 2010.

MONTE, P. A. Public versus private sector: Do workers' behave differently?. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 18, [S.n.], p.229-243, mar. 2017.

MOURA, M. J. S. B.; BUENO, R. L. S. Some Notes on How Land Title Affects Child Labor. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 11, n. 2, p.357-382, may/ago. 2010.

NAKABASHI, L. Poverty and economic development: Evidence for the Brazilian states. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 19, [S.n.], p. 445-458, dec. 2018.

NARITA, R.; DIAZ, M. D. M. Teenage motherhood, education, and labor market outcomes of the mother: Evidence from Brazilian data. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 17, [S.n.], p.238-252, jul. 2016.

OLIVEIRA, F. R.; MENEZES, T. A.; IRFFI, G.; OLIVEIRA, G. R. Bullying effect on student's performance. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 19, [S.n.], p. 57-73, 2018.

ORELLANO, V.; ROCHA, F.; MATTOS, E.; ZOGHBI, A. C. Descentralização Fiscal e Municipalização do Ensino Fundamental: Impactos sobre os Indicadores de Desempenho Educacional. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 13, n. 3a., p. 529-552, set/dez. 2012.

PETTERINI, F. C. O Papel das Redes Sociais na Condição do Desempregado: Uma Análise Usando a Teoria de Matching. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 14, n. 1B., p. 453-471, mai/ago. 2013.

- PETTERINI, F. C. Brazilian academic economics: A picture from the ANPEC exam microdata. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 21, [S,n.], p. 325-339, jun. 2020.
- RAPOSO, I. P. A.; GONÇALVES, M. B. C. Peer effects and educational achievement: evidence of causal effects using age at school entry as exogenous variation for Peer quality. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 21, [S.n.], p. 18-37, may. 2020.
- REIS, E. Spatial income inequality in Brazil, 1872–2000. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 15, [S.n.], p.119-140, jul. 2014.
- RIBEIRO, R.; CACCIAMALI, M. C. Impactos do Programa Bolsa-Família Sobre os Indicadores Educacionais. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 13, n. 2, p.415-446, maio/ago. 2012.
- ROCHA, F.; DUARTE, J.; OLIVEIRA, P. P.; PEREIRA, L. F. V. N.; GADELHA, S. R. B. Are more resources always the answer? A supply and demand analysis for public health services in Brazilian municipalities. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 18, [S,n.], p. 98-116, 2017.
- ROCHA, F.; ORELLANO, V. I. F.; BUGARIN, K. Elected in a close race: Mayor's characteristics and local public finances. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 19, [s,n.], p.149-163, 2018.
- RUSSO, L. X.; DIAS, J. The health influence on returns to education in Brazil: A nonlinear approach. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 17, [S.n.], p.210-220, jul. 2016.
- SACCARO, A.; FRANÇA, M. T. A.; JACINTO, P. A. Dropout in tertiary reeducation in Brazil: An analysis of the effects of the PNAES Bolsa Permanência. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 21, [S,n.], p. 407-421, set. 2020.
- SOUZA, M. C. S.; MENDES, C. C. Locally Provided Public Schooling in Brazilian Municipalities. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 12, n. 3, p.427-444, se/dec. 2011.
- STEEVES, G. M.; PETTERINI, F. C.; MOURA, G. V. The interiorization of Brazilian violence, policing, and economic growth. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 16, [S.n.], p.359-375, nov. 2015.
- TAVEIRA, J. G.; GONÇALVES, E.; FREGUGLIA, R. S.; Effect of technological innovation and diffusion on the interindustry mobility of Brazilian workers. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 15, [S,n.], p. 327-342, nov. 2014.
- UCHIYAMA, N. Do conditional cash transfers reduce household vulnerability? Evidence from PROGRESA-Oportunidades in the 2000s. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 20, [s,n.], p. 73-91, may. 2019.
- VIEIRA, F. V.; MACDONALD, R. The role of exchange rate for current account: A panel data analysis. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 21, [S.n.], p.57-72, may. 2020.
- VILELA, T.; ARAÚJO, E.; RIBEIRO, E. P. Análise do Diferencial de Renda do Trabalho em 2008 entre Diferentes Gerações de Trabalhadores no Brasil. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 385-414, mai/ago. 2012.

WINK JUNIOR, M. V.; PAESE, L. H. Z. Inequality of educational opportunities: Evidence from Brazil. **Revista EconomiaA**, Brasília, v. 12, [S.n.], p.109-120, jun. 2019.

### Economia Aplicada

AFONSO, L. E.; ZYLBERSTAJN, H. Reforma da Previdência: Uma Avaliação dos Impactos Distributivos da Proposta de Emenda Constitucional 287/2016 Sobre os Benefícios Programáveis de Aposentadoria do RGPS. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 5-28, 2019.

ALMEIDA, A. T. C.; ARAÚJO JÚNIOR, I. T. Tabagismo e Penalização Salarial no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 249-276, 2017.

ANNEGUES, A. C.; FIGUEIREDO, E. Mobilidade Intergeracional Qualificada: uma Abordagem de Mensuração Utilizando Regressões Quantílicas. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 95-117, 2016.

ARRAES, R. A.; MARIANO, F. Z. Efficacy of Vocational Education: A longitudinal Analysis. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 393-426, 2020.

BECKER, K. L.; KASSOUF, A. L. Diferença Salarial e Aposentadoria dos Professores do Ensino Fundamental. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 77-104, 2012.

BENEDICTO, B. V.; TEIXEIRA, E. C. Efeito do Perfil do Diretor Escolar Sobre a Proficiência dos Alunos no Estado de Minas Gerais. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 5-28, fev. 2020.

BETARELLI JUNIOR, A. A.; SIMÕES, R. F. A Dinâmica Setorial e os Determinantes Locacionais das Microrregiões Paulistas. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 14, p. 641-670, dez. 2011.

CAMARGO, P. C.; PAZELLO, E. T. Uma Análise do Efeito do Programa Bolsa Família Sobre o Desempenho Médio das Escolas Brasileiras. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 623-640, 2014.

CARVALHO, A. Y.; MENDONÇA, M. J.; LAVAGNOLE, M. G.; SILVA, J. J. Avaliando o Efeito da Expansão da Banda Larga Sobre o PIB. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 29-60, out. 2019.

CARVALHO, M. M.; WALTENBERG, F. D. Desigualdade de Oportunidades no Acesso ao Ensino Superior no Brasil: Uma Comparação entre 2003 e 2013. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 369-396, abr. 2015.

CASTELAR, I.; VELOSO, A. W. A.; FERREIRA, R. T.; SOARES, I. Uma Análise dos Determinantes de Desempenho em Concurso Público. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 81-98, 2010.

CAVALCANTI, D. M.; COSTA, E. M.; SILVA, J. L. M.; SAMPAIO, R. M. B. Impactos do Programa Bolsa Família na Renda e na Oferta de Trabalho das

- Famílias Pobres: Uma Abordagem Usando o Efeito Quantílico de Tratamento. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 173-201, 2016.
- CERQUEIRA, D. Mortes Violentas não Esclarecidas e Impunidade no Rio de Janeiro. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 201-235, 2012.
- CÉSPEDES, C. H. R.; FOCHEZATTO, A.; Determinantes do Nascimento de Empresas no Rio Grande Do Sul: Um Modelo de Dados em Painel Espacial, 2007-2013. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 71-98, fev. 2019.
- CLEMENTE, F.; GOMES, M. F. M.; LÍRIO, V. S. Análise da Eficiência Técnica de Propriedades Citrícolas do Estado de São Paulo. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 63-79, jan. 2015.
- CORSEUIL, C. H. L.; FOGUEL, M.; TOMELIN, L. F. Uma Avaliação de Impacto de um Programa de Qualificação Profissional na Empresa sobre a Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho Formal. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 23, n. 1, p.161-184, 2019.
- CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M.; HECKSHER, M. Efeitos dos Pisos Salariais Estaduais Sobre o Mercado de Trabalho: Uma Nova Abordagem Empírica. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 131-169, 2015.
- CURI, A. Z.; SOUZA, A. P. Medindo a Qualidade das Escolas: Evidências para o Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 541-574, 2015.
- FIGUEIREDO, E. A.; SILVA, C. R. F.; REGO, H. O. Desigualdade de Oportunidades no Brasil: Efeitos Diretos e Indiretos. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 237-254, jul. 2012.
- FIRME, V. A. C.; SIMÃO FILHO, J. Análise do Crescimento Econômico dos Municípios de Minas Gerais Via Modelo MRW (1992) com Capital Humano, Condições de Saúde e Fatores Espaciais, 1991-2000. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 679-716, out. 2014.
- HIRATA, G. I.; MACHADO, A. F. Escolha Ocupacional e Transição no Brasil Metropolitano: Uma Análise com Ênfase no Setor Informal. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 299-322, set. 2010.
- KASSOUF, A. L.; SANTOS, M. J. Trabalho Infantil no Meio Rural Brasileiro: Evidências Sobre o “Paradoxo da Riqueza”. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 339-353, 2010.
- LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R.; HERMETO, A. M. Determinantes Socioeconômicos, Estruturas Produtivas Regionais e Condição Ocupacional no Brasil, 2000-2010. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 299-323, 2019.
- MARGARIDO, O. T.; COSTA, C. K. F.; PARRÉ, J. L. Determinantes Espaciais das Internações Hospitalares do Sistema Único de Saúde por Câncer de Mama nas Microrregiões do Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 113-156, jan. 2019.
- MATTOS, E.; SUPLICY, M.; TERRA, R. Evidências Empíricas de Interação Espacial das Políticas Habitacionais para os Municípios Brasileiros. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 579-602, ago. 2014.

MONTE, P. A.; RAMALHO, H. M. B.; PEREIRA, M. L. O Salário de Reserva e a Oferta de Trabalho Evidências para o Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 613-639, set. 2011.

MONTENEGRO, R. L. G.; LOPES, T. H. C. R.; RIBEIRO, L. C. S.; CRUZ, I. S.; ALMEIDA, C. P. C. Efeitos do Crescimento Econômico Sobre os Estados Brasileiros (1992-2006). **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 215-241, mar. 2014.

MOSANER, M. S. Pobreza Infantil no Brasil: Aplicação da Metodologia Alkire-Foster de Mensuração de Pobreza Multidimensional. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 489-507, 2016.

NOGUEIRA, L. V.; ARRAES, R. A. Função de Produção de Ideias e Crescimento no Brasil e Suas Regiões. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 641-678, abr. 2015.

OLIVEIRA, V. R.; SOUZA, W. P. S. F.; ANNEGUES, A. C. Eficiência e Autonomia Escolar: Evidências para o Período 2007-2013. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 5-46, 2018.

ORELLANA, V. S. Q.; RAMALHO, H. M. B.; BALBINOTTO, G. Oferta de Trabalho e Salário do Idoso no Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 37-62, 2018.

PEREIRA FILHO, O. A.; TANNURI-PIANTO, M. E.; SOUZA, M. C. S. Medidas de Custo-Eficiência dos Serviços Subnacionais de Segurança Pública no Brasil: 2001-2006. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 313-338, 2010.

PETTERINI, F. C. Uma Avaliação Econômica do Plano Setorial de Qualificação (PLANSEQ). **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 20, n. 3, p.173-190, 2016.

PINHO NETO, V. R.; BERRIEL, C. M. Transferências Condicionais de Renda e Nutrição: Efeitos do Bolsa Família nas Áreas Rurais e Urbanas do Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 185-205, 2017.

POLITI, R. Desigualdade na Utilização de Serviços de Saúde Entre Adultos: Uma Análise dos Fatores de Concentração da Demanda. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 117-137, out. 2014.

PROCÓPIO, I. V.; FREGUGLIA, R. S.; CHEIN, F. Desigualdade de Oportunidades na Formação de Habilidades- Uma Análise com Dados Longitudinais. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 326-348, 2015.

RAMOS, L.; AGUAS, M. F. F.; FURTADO, L. M. S. Participação Feminina na Força de Trabalho Metropolitano: O Papel do Status Socioeconômico das Famílias. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 595-611, 2011.

RAMALHO, H. M. B.; MESQUITA, S. P. Determinantes do Trabalho Infantil no Brasil Urbano: Uma Análise por Dados em Painel 2001-2009. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 193-225, 2013.

REIS, M.; AGUAS, M. Duração do Desemprego e Transições para o Emprego Formal, a Inatividade e a Informalidade. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 35-50, 2014.

- REIS, M. Os Ensinos Público e Privado no Brasil e a Incidência de Sobre-Educação no Mercado de Trabalho. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 367-392, 2020.
- REIS, M. C.; AMBROZIO, A. M. H. P.; MACHADO, D. C. Uma Análise da Relação Entre Tecnologia no Local de Trabalho e Rendimentos no Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 459-483, 2011.
- REIS, M. C.; MACHADO, D. C. Uma Análise dos Rendimentos do Trabalho entre Indivíduos com Ensino Superior no Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 20, n. 4, p.415-437, 2016.
- RIBEIRO, E. C. B. A.; ALMEIDA, E. S. Convergência Local de Renda no Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 399-420, ago. 2012.
- ROCHA, L. A.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. Nível Tecnológico e Emissão de Poluentes uma Análise Empírica a Partir da Curva de Kuznets Ambiental. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 21-47, 2013.
- ROCHA, R. C. B. Programas Condicionais de Transferência de Renda e Fecundidade: Evidências do Bolsa Família. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 175-202, 2018.
- RODRIGUES, C. T.; COELHO, A. B.; BRAGA, M. J.; GOMES, A. P. Demanda por Nutrientes nas Principais Regiões Metropolitanas do Brasil no Período de 1995-2003. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 5-30, fev. 2012.
- RODRIGUES, C. T.; HELFAND, S. M.; LIMA, J. E. Novas Linhas de Pobreza para o Brasil: Uma Análise a Partir das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003 e 2008-2009. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 5-36, 2018.
- RODRIGUES, L. O.; COSTAS, E. M.; MARIANO, F. Z.; GUEDES, J. P. M. O Efeito de Aposentadorias, Pensões e Programas Sociais na Frequência Escolar e Oferta de Trabalho dos Jovens Brasileiros. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 53-88, set. 2018.
- ROSANO-PEÑA, C.; ALBUQUERQUE, P. H. M.; MARCIO, C. J. Eficiência dos Gastos Públicos em Educação: Evidências Georreferenciadas nos Municípios goianos. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 421-443, set. 2012.
- SAMPAIO, B.; SAMPAIO, Y.; MELLO, E. P. G.; MELO, A. S. Desempenho no Vestibular, Background Familiar e Evasão: Evidências da UFPE. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 287-309, mai. 2011.
- SANTOS, G. C.; FONTES, R. M. O.; BASTOS, P. M. A.; LIMA, J. E. Mercado de Trabalho e Rendimento no Meio Rural Brasileiro. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 355-379, 2010.
- SANTOS, M. M.; MARIANO, F. Z.; COSTA, E. M. Efeitos da Educação dos Pais Sobre o Rendimento Escolar dos Filhos Via Mediação das Condições Socioeconômicas. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 145-182, 2019.
- SILVA, F. A.; MATTOS, L. B. Desenvolvimento do Sistema Financeiro e Exportações Brasileiras: Uma Análise para o Período de 1995 a 2014. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 99-126, jul. 2019.

SILVA, M. M. C. Demanda Individual de Alimentos e Estado Nutricional Infantil: Uma Análise da Influência do Programa Bolsa Família. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 127-162, abr. 2020.

SOUZA, W. P. S. F.; ZIEGELMANN, F. A.; FIGUEIREDO, E. A. As Condições de Saúde Afetam os Rendimentos do Trabalho? Evidências para o Mercado de Trabalho no Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 113-150, jun. 2018.

SULIANO, D. C.; SIQUEIRA, M. L. Retornos da Educação no Brasil em Âmbito Regional Considerando um Ambiente de Menor Desigualdade. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 137-165, 2012.

TEIXEIRA, E. C.; KASSOUF, A. L. Impacto da Violência nas Escolas Paulistas sobre o Desempenho Acadêmico dos Alunos. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 221-240, jul. 2015.

UNHA, M. S.; VASCONCELOS, M. R. Evolução da Desigualdade na Distribuição dos Salários no Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 105-136, mar. 2012.

VAZ, D. V. Evolução e Determinantes na Escolha de Trabalho Entre os Setores Público e Privado no Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 85-112, jul. 2018.

VIDEIRA, R. A.; MATTOS, E. Ciclos Políticos Eleitorais e a Interação Espacial de Políticas Fiscais Entre os Municípios Brasileiros. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 259-286, mai. 2011.

### Economia e Sociedade

ARANSIOLA, T. J.; JUSTUS, M. Evolution of Child Labor Rate in Brazilian States: Policy Limits and Contradictions. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n.1(68), p.273-295, jan/abr. 2020.

BECKER, K. L; KASSOUF, A. L. Uma Análise do Efeito dos Gastos Públicos em Educação Sobre a Criminalidade no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 2(59), p.215-242, abr. 2017.

CANO, W. Brasil – Construção e Desconstrução do Desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n.2(60), p. 263-302, ago. 2017.

CASTRO, B. N.; STADUTO, J. A. R. Percepção de Saúde no Brasil: Uma Análise das Diferenças por Sexo dos Trabalhadores. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n.3(67), p.855-884, set/dez. 2019.

CASTRO, J. A. Política Social e Desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. especial, p.1011-1042, dez. 2012.

COSTA, L. V.; SILVA, M. M. C.; BRAGA, M. J.; LÍRIO, V. S. Fatores Associados à Segurança Alimentar nos Domicílios Brasileiros em 2009. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n.2(51), p.373-394, ago. 2014.

CRUZ, M. J. V.; PESSALI, H. F. Dar o Peixe e Ensinar a Pescar: Racionalidade Limitada e Políticas de Combate à Pobreza. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n.1(41), p. 141-166, abr. 2011.

CURADO, M.; CAVALIERI, M. Uma Crítica à Interpretação Inflacionista do Desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 1(53), p.57-86, abr. 2015.

FIALHO, T. M. M.; JAYME JR., F. G.; HERMETO, A. M. Desenvolvimento do Sistema Financeiro e Pobreza no Brasil: Uma Análise Multivariada. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 25, n.1(56), p. 247-278, abr. 2016.

FRANKLIN, R. S. P. O que é Superexploração?. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n.3(67), p.689-715, set/dez. 2019.

GOMES, C. E.; LIMA, R. L.; CUNHA, M. S.; VASCONCELOS, M. R. Transições no mercado de trabalho brasileiro e os efeitos imediatos da crise econômica dos anos 2010. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 2(66), p.481-511, mai/ago. 2019.

GOMES, Z.; B.; LOURENÇO, A. L. C. O Estado Como Empregador de Última Instância: Uma Proposta de Pleno Emprego, Estabilidade e Condições Dignas de Trabalho Para o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n.3(46), p.485-519, dez. 2012.

HOFFMANN, R. Como Aposentadorias e Pensões Afetam a Educação e o Trabalho de Jovens do Domicílio. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n.1(38), p. 201-209, abr. 2010.

HOFFMANN, R. Como Mulheres e Homens Contribuem Para a Desigualdade da Renda Domiciliar Per Capita no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n.3(67), p. 821-854, set/dez. 2019.

LEONE, E. T.; MAIA, A. G.; BALTAR, P. E. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n.1(38), p.59-77, abr. 2010.

MARTINI, R. A.; HERMETO, A. M.; JAYME JR., F. G. Ciclos Econômicos e a Composição da Pobreza no Brasil: Uma Análise para as Décadas Recentes. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n.1(50), p. 187-221, abr. 2014.

MASCARINI, S.; GARCIA, R.; ROSELINO, J. E. Dinâmica Territorial da Inovação no Estado de São Paulo: Uma Análise a Partir dos Dados Regionalizados da PINTEC. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n.3(70), p. 891-910, set/dez. 2020.

MEDEIROS, C. A. A influência do Salário Mínimo Sobre a Taxa de Salários no Brasil na Última Década. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 24, n.2(54), p. 263-292, ago. 2015.

MEDEIROS, M.; CASTRO, F. A. A Composição da Renda no Topo da Distribuição: Evolução no Brasil entre 2006 e 2012, a Partir de Informações do Imposto de Renda. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, n.2(63), p. 577-605, mai/ago. 2018.

- MUSE, I.; MACHADO, A. F. Perfil dos Indivíduos que Cursam Educação Profissional no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n.1(47), p.237-262, abr. 2013.
- PICCIN, M. B. Assentamentos Rurais e Geração de Renda: Posição Social Restringida, Recursos, Socioculturais e Mercados. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n.1(44), p. 115-141, abr. 2012.
- PRONI, M. W. Trabalho Decente e Vulnerabilidade Ocupacional no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3(49), p.825-854, dez. 2013.
- ROCHA, M. A.; MATTOS, L. B.; COELHO, A. B. Influência do Programa Bolsa Família na Alocação de Recursos: Uma Análise Considerando a Presença de Mulheres no Domicílio. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, n.3(64), p.997-1028, set/dez. 2018.
- ROCHAS, S. O Programa Bolsa Família Evolução e Efeitos Sobre a Pobreza. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n.1(41), p.113-139, abr. 2011.
- SANTOS, C. H. M.; SILVA, A. C. M.; AMITRANO, C. R.; CARVALHO, S. S.; BASTOS JR., E. F.; ESTEVES, F. H. A.; YANNICK, K. Z. J.; LIMAS, L. S. A Natureza da Inflação de Serviços no Brasil: 1999-2014. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, n.1(62), p. 199-231, abr. 2018.
- SAIANI, C. C. S.; TONETO JUNIOR, R.; DOURADO, J. A. Déficit de Acesso a Serviços de Saneamento Ambiental: Evidências de uma Curva Ambiental de Kuznets para o Caso dos Municípios Brasileiros?. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n.3(49), p. 791-824, dez. 2013.
- SIMÕES, A. A Centralidade das Políticas Sociais no Modelo de Desenvolvimento Britânico do Novo Trabalhismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 3(52), p. 669-696, dez. 2014.
- TAVARES, P. A. Efeito do Programa Bolsa Família Sobre a Oferta de Trabalho das Mães. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n.3(40), p.613-635, dez. 2010.
- VAZ, D. V. O Teto de Vidro nas Organizações Públicas: Evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n.3(49), p.765-790, dez. 2013.
- WOLF, P. J. W.; OLIVEIRA, G. C. Os Estados de Bem-Estar Social da Europa Ocidental: tipologias, evidências e vulnerabilidades. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 25, n.3(58), p.661-694, dez. 2016.

#### Estudos econômicos

- ALMEIDA, A. C.; LIMA, J. E.; COSTA, L. V. A Participação da Mãe no Mercado de Trabalho e o Diferencial de Anos de Estudo por Gênero entre Adolescentes. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 48, n. 4, p. 597-622, out/dez. 2018.
- ANDRADE, E. C. Higher Education: Free Tuition Vs. Quotas Vs. Targeted Vouchers. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 40, n. 1, p. 43-66, jan-mar. 2010.

- ANDRADE, E. C.; ROCHA, B. P. Factors Affecting the Student Evaluation of Teaching Scores: Evidence from Panel Data Estimation. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 42, n. 1, p. 129-150, jan/mar. 2012.
- AVELLAR, A. P. M.; BOTELHO, M. R. A. Efeitos das políticas de inovação nos gastos com atividades inovativas das pequenas empresas brasileiras. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 46, n. 3, p. 609-642, jul/set. 2016.
- BATISTA, S. R. F.; DIVINO, J. A.; ORRILLO, J. Taxa de Juros e Default em Mercados de Empréstimos Colateralizados. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 41, n. 4, p. 691-718, out/dez. 2011.
- BECKER, K. L. Deficiência, Emprego e Salário no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 49, n. 1, p. 39-64, jan/mar. 2019.
- BECKER, K. L. O efeito da interação social entre os jovens nas decisões de consumo de álcool, cigarros e outras drogas ilícitas. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 47, n. 1, p. 65-92, jan/mar. 2017.
- BERNARDELLI, L. V.; MICHELLON, E. O Impacto da Religião no Crescimento Econômico: Uma Análise Empírica para o Brasil em 1991, 2000 e 2010. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 48, n. 3, p. 489-523, jul/set. 2018.
- BORTOLUZZO, M. M., SAKURAI, S. N.; BORTOLUZZO, A. B. Allocation of Foreign Direct Investment across Brazilian States. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 43, n. 2, p. 241-269, abr/jun. 2013.
- BRITO, A. M.; WALTENBERG, F. D. É atrativo tornar-se professor do Ensino Médio no Brasil ? Evidências com base em decomposições paramétricas e não paramétricas. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 44, n. 1, p. 5-44, jan/mar. 2014.
- CAETANO, F. M.; RIBEIRO, F. G.; YEUNG, L.; GHIGGI, M. P. Determinantes da cifra oculta do crime no Brasil: uma análise utilizando os dados da PNAD 2009. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 50, n. 4, p. 647-670, out/dez. 2020.
- CANGUSSU, R. C.; SALVATO, M. A.; NAKABASHI, L. Uma Análise do Capital Humano Sobre o Nível de Renda dos Estados Brasileiros: MRW Versus Mincer. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 40, n. 1, p. 153-183, jan-mar. 2010.
- CARVALHO, L. D. B.; SOUSA, M. C. S. Eficiência das Escolas Públicas Urbanas das Regiões Nordeste e Sudeste do Brasil: Uma Abordagem em três Estágios. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 44, n. 4, p. 649-684, out/dez. 2014.
- COELHO, A. B.; AGUIAR, D. R. D.; EALES, J. S. Food Demand in Brazil: An Application of Shonkwiler & Yen Two-Step Estimation Method. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 40, n. 1, p. 185-211, jan/mar. 2010.
- CORSEUIL, C. H., REIS, M. C.; BRITO, A. S. Critérios de classificação para ocupação informal: Consequências para a caracterização do setor informal e para a análise de bem-estar no Brasil. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 45, n. 1, p. 5-31, jan/mar. 2015.

- COSTA, R.; BRITTO, A.; WALTENBERG, F. Efeitos da formação docente sobre resultados escolares do ensino médio. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 50, n.3, p. 369-409, jul/set. 2020.
- CRUZ, G.; ROCHA, R. Efeitos do FUNDEF/B sobre Frequência Escolar, Fluxo Escolar e Trabalho Infantil: Uma Análise com Base nos Censos de 2000 e 2010. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 48 n. 1, p. 39-75, jan/mar. 2018.
- DEGRAFF, D. S.; FERRO, A. R. LEVISON, D. Kids at Risk: Children's Employment In Hazardous Occupations in Brazil. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 44, n. 4, p. 685-721, out/dez. 2014.
- DOMINGUES, E. P.; SOUZA, K. B.; CARDOSO, D. F.; CARVALHO, T. S.; SANTIAGO, F. S.; MAGALHÃES, A. S.; BETARELLI JÚNIOR, A. A. A dinâmica do emprego na indústria brasileira: comportamento recente (2006-2010) e o efeito de restrições de mão de obra especializada. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 46, n. 3, p. 539-578, jul/set. 2016.
- FERNANDES, R.; MENEZES-FILHO, N.; SOUZA, A. P.; KOMATSU, B.; MENTLIK, G. M. Reforma da Previdência: sustentabilidade e justiça atuarial. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 49, n. 3, p. 423-463, jul/set. 2019.
- FOGUEL, M. N.; MOREIRA, A.; SANTOS, D. Impacto do Plano Simplificado de Previdência Social sobre as Contribuições Voluntárias ao Sistema de Previdência. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 42, n. 4, p. 639-669, out/dez. 2013.
- GONÇALVES, M. B. C.; SILVEIRA NETO, R. M. Persistência Intergeracional de Educação no Brasil: O Caso da Região Metropolitana do Recife. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 43, n. 3, p. 435-463, jul/set. 2013.
- GUEDES, G.; RAAD, R.; RAAD, L. Welfare Consequences of Persistent Climate Prediction Errors on Insurance Markets against Natural Hazards. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 49, n. 2, p. 235-264, abr/jun. 2019.
- KANG, T. H. Descentralização e Financiamento da Educação Brasileira: Uma Análise Comparativa, 1930-1964. **Estudos Econômicos**, v. 41, n. 3, p. 573-598, jul-set. 2011.
- KOMATSU, B.; MENEZES-FILHO, N.; OLIVEIRA, P. A. C.; VIOTTI, L. T. Novas Medidas de Educação e de Desigualdade Educacional para a Primeira Metade do Século XX no Brasil. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 49, n. 4, p. 687-722, out/dez. 2019.
- LAMEIRA, V. C.; GONÇALVES, E.; FREGUGLIA, R. S. O papel das redes na mobilidade laboral de curta e longa distância: evidências para o Brasil formal. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 45, n. 2, p. 401-435, abr/jun. 2015.
- LEDO, B. C. A.; BORELI, M. F. Estratégia ótima para declarar perdas no mercado de seguros de automóveis. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 47, n. 1, p. 185-213, jan/mar. 2017.
- LOYO, A. O. L.; RESENDE FILHO, M. A.; MENDES, V. L. Impacto de Mudanças no Emprego no Setor Público sobre o Mercado de Trabalho Local: evidências para as mesorregiões brasileiras de 2003 a 2010. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 48, n. 1, p. 77-106, jan/mar. 2018.

- MADALOZZO, R.; GOMES, C. F. The Impact of Civil Status on Women's Wages in Brazil. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 42, n. 3, p. 457-487, jul/set. 2012.
- MAIA, A. C.; CARVALHO, J. V. F. A espiral de antisseleção no mercado brasileiro de planos de saúde individuais. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 50, n. 3, p. 535-568, jul/set. 2020.
- MANSO, C. A.; BARRETO, F. A. F. D.; FRANÇA, J. M. S. Bem-Estar Social, Mercado de Trabalho e o Desequilíbrio Regional Brasileiro. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 40, n. 2, p. 401-443, abr/jun. 2010.
- MARIANO, F. Z.; COSTA, E. M.; GUIMARÃES, D. B.; SOUZA, D. T. Diferenciais de Rendimentos entre Raças e Gêneros, nas Regiões Metropolitanas, por Níveis Ocupacionais: uma análise através do pareamento de Nopo. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 48, n. 1, p. 137-173, jan/mar. 2018.
- MEDEIROS, F. L.; PRADO, L. C. D. A Teoria Protoindustrial: origem, desenvolvimento e atualidade. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 49, n. 1, p.131-161, jan/mar. 2019.
- MENDEZ, Y. S. WALTENBERG, F. D. Aversão à desigualdade e preferências por redistribuição: A percepção de mobilidade econômica as afeta no Brasil? **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 46, n. 1, p. 91-125, jan/mar. 2016.
- MENDONÇA, K. V.; SOARES, R. B. Trajetória de crescimento para microempreendedores: diferencial de gênero dos clientes do programa crediamigo. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 46, n. 3, p. 701-731, jul/set. 2016.
- MENEZES, R. T.; SAIANI, C. C. S.; ZOGHBI, A. C. P. Demanda Mediana por Serviços Públicos e Desempenho Eleitoral: Evidências do Modelo do Eleitor Mediano para os Municípios Brasileiros. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 41, n. 1, p. 25-57, JAN/MAR. 2011.
- MENEZES, T. A.; RAPOSO, I. P. A. Wage Differentials by Firm Size: The Efficiency Wage Test in a Developing Country. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 44, n. 1, p. 45-67, jan/mar. 2014.
- MOREIRA, G. C.; MATTOS, L. B.; TEIXEIRA, E. C.; CUNHA, D. A. Programa Bolsa Família e violência doméstica contra a mulher no Brasil. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 46, n. 4, p. 973-1002, out/dez. 2016.
- NUNES, D. U.; MENEZES-FILHO, N. A.; KOMATSU, B. K. Probabilidades de admissão e desligamento no mercado de trabalho brasileiro. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 46, n. 2, p. 311-341, abr/jun. 2016.
- PAGLIOTO, B. F.; MACHADO, A. F. Perfil dos Frequentadores de Atividades Culturais: O Caso nas Metrôpoles Brasileiras. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 42, n. 4, p. 701-730, out/dez. 2012.
- PECORA, A. R.; MENEZES-FILHO, N. O Papel da Oferta e da Demanda por Qualificação na Evolução do Diferencial de Salários por Nível Educacional no Brasil. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 44, n. 2, p. 205-240, abr/jun. 2014.

- PENNA, C.; LINHARES, F. Robustez de regressões de crescimento frente à incerteza sobre a especificação do modelo: quão robustos são os regressores para o caso brasileiro? **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 45, n. 4, p. 897-925, out/dez. 2015.
- PEREIRA, T. A. Z. Poor Man's Crop? Slavery in Brazilian Cotton Regions (1800-1850). **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 48 n. 4, p. 623-655, out/dez. 2018.
- QUEIROZ, V. S.; ARAGÓN, J. A. O. Alocação de tempo em trabalho pelas mulheres brasileiras. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 45, n. 4, p. 787-819, out/dez. 2015.
- RAMALHO, H. M. B.; BRITO, D. J. M. Migração intrametropolitana e mobilidade pendular: evidências para a região metropolitana do Recife). **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 46, n. 4, p. 823-877, out/dez. 2016.
- RAPOSO, I. P. A.; GONÇALVES, M. B. C. A Saúde dos Amigos de Sala de Aula Interfere no Desempenho Escolar do Aluno? **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 48, n. 2, p. 311-337, abr/jun. 2018.
- REIS, D. O. M. Araxá, 1816-1888: Posse de Escravos, Atividades Produtivas, Riqueza. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 44, n. 3, p. 605-635, jul/set. 2014.
- REIS, M. C. As consequências do desemprego para os rendimentos de reemprego: uma análise para diferentes condições do mercado de trabalho. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 50 n. 4, p. 705-732, out/dez. 2020.
- RESENDE, J. P.; ANDRADE, M. V. Crime Social, Castigo Social: Desigualdade de Renda e Taxas de Criminalidade nos Grandes Municípios Brasileiros. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 41, n. 1, p. 173-195, Jan/Mar. 2011.
- RIBAS, R. P.; SOARES, S. S. D. O Atrito nas Pesquisas Longitudinais: O Caso da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE). **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 40, n. 1, p. 213-244, jan/mar. 2010.
- RIBEIRO, F. G.; SHIKIDA, C.; HILLBRECHT, R. O. Bolsa Família: Um survey sobre os efeitos do programa de transferência de renda condicionada do Brasil. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 47, n. 4, p. 805-862, out/dez. 2017.
- RODRIGUES, C. G.; AFONSO, L. E. O Efeito do Status de Sobrevivência sobre Gastos com Internações Hospitalares Públicas no Brasil em uma Perspectiva Temporal. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 42, n. 3, p. 489-510, jul/set. 2012.
- ROSSINI, G. A. A. A Importância da Criança Escravizada e seu Comércio no Oeste Paulista, 1861-1869. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 49, n. 4, p. 777-806, out/dez. 2019.
- SALVINI, R. R.; PONTES, R. P.; RODRIGUES, C. T.; SILVA, M. M. C. Avaliação do Impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a Defasagem Escolar dos Alunos da Educação Especial. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 49, n. 3, p. 539-568, jul/set. 2019.

- SAMPAIO, J. O.; BUENO, R. L. S. Does Concern about Local Crime affect People's Trust in the Police? **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 49 n. 4, p. 661-686, out/dez. 2019.
- SANTOS, A. M. A.; JACINTO, P. A.; TEJADA, C. A. O. Causalidade entre Renda e Saúde: Uma Análise Através da Abordagem de Dados em Painel com os Estados do Brasil. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 42, n. 2, p. 229-261, abr/jun. 2012.
- SCORZAFAVE, L. G.; SOARES, M. K.; DORIGAN, T. A. Vale a pena pagar para desarmar? Uma avaliação do impacto da campanha de entrega voluntária de armas sobre as mortes com armas de fogo. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 45, n. 3, p. 475-497, jul/set. 2015.
- SILVA, G. D.; PEROBELLI, F. S. Interconexões Setoriais e PIB per capita: há relação direta entre ambas as variáveis? **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 48, n. 2, p. 251-282, abr/jun. 2018.
- SILVA, G. P. A dinâmica do enriquecimento paulista no século XIX: das origens à diversificação do capital da família Lacerda Franco. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 45, n. 2, p. 347-376, abr/jun. 2015.
- SILVA, V. H. M. C.; FRANÇA, J. M. S.; PINHO NETO, V. R. Capital humano e desigualdade salarial no Brasil: uma análise de decomposição para o período 1995-2014. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 46, n. 3, p. 579-608, jul/set. 2016.
- SOUZA, P. H. G.; MEDEIROS, M. Diferencial Salarial Público-Privado e Desigualdade de Renda per capita no Brasil. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 43, n.1, p. 5-28, jan/mar. 2013.
- TAVARES, P. A.; PIETROBOM, F. C. Fatores associados à violência escolar: evidências para o Estado de São Paulo. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 46, n. 2, p. 471-498, abr/jun. 2016.
- TEIXEIRA, F. O.; OLIVEIRA, I. C. L.; FERREIRA, P. C. Consumer's inflation expectations in Brazil. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 47, n. 3, p. 509-529, jul/set. 2017.
- TEIXEIRA, H. M. Pelos serviços prestados: o perfil do escravo alforriado em Mariana no período 1840-1888. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 46, n. 1, p. 127-159, jan/mar. 2016.
- TINE, R. F.; FREITAS, C. E.; PAES, N. L. Impact of the Demographic Transition on Tax Collection in Brazil: an analysis of the federative aspect. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 50, n. 1, p. 43-65, jan/mar. 2020.
- WINK JR, M. V.; RIBEIRO, F. G.; STEFANO, F.; ZUANAZZI, P. T. Os efeitos da criação de leis de meia entrada para estudantes sobre o consumo de bens e serviços culturais no Brasil. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 46, n. 4, p. 745-781, out/dez. 2016.
- ZANELLA, A. J.; CARVALHO, J. V. F.; AFONSO, L. E. Quais os Impactos da Desaposentação? Um Estudo para as Aposentadorias por Tempo de Contribuição do Regime Geral de Previdência Social. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 44, n. 4, p. 723-748, out/dez. 2014.

## Nova Economia

ARAUJO, J. R.; SILVEIRA NETO, R. M. Efeito-vizinhança e o desempenho escolar: o caso dos estudantes da rede pública de ensino da cidade do Recife. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 30, n. 1, p. 287-316, 2020.

BECKER, K. L.; KASSOUF, A. L. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma análise da relação entre o comportamento agressivo dos alunos e o ambiente escolar. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 653-677, 2016. Nova Economia.

BACHI, M. R. P.; CALDARELLI, C. E. Impactos socioeconômicos da expansão do setor sucroenergético no Estado de São Paulo, entre 2005 e 2009. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 209-224, jan/abr. 2015.

BATISTA, N. F.; CACCIAMALI, M. C. Migração familiar, trabalho infantil e ciclo intergeracional da pobreza no estado de São Paulo. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 515-554, set/dez. 2012.

BECKER, K. L. Como a deficiência afeta a educação e o trabalho de jovens no Brasil. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 1009-1039. 2019.

CAMPARA, J. P.; VIEIRA, K. M. Beneficiários do Programa Bolsa Família: relações com as finanças e impacto na satisfação global de vida. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 26 n. 3 p. 981-1006. 2016.

CHEIN, F.; SILVA, U. M. V. Imperfeições no mercado de crédito e racionamento de crédito: uma análise para o setor informal no Brasil. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 103-122, jan/abr. 2014.

COSTA, R. A.; COSTA, E. M.; MARIANO, F. Z.; CAVALCANTI, D. M. Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho e na renda dos trabalhadores rurais. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 385-416. 2018.

CUNHA, M. S.; VASCONCELOS, M. R. Fecundidade e participação no mercado de trabalho brasileiro. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 179-206, 2016.

DALBERTO, C. R.; CIRINO, J. F. Informalidade e segmentação no mercado de trabalho brasileiro: evidências quantílicas sob alocação endógena. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 417-460, 2018.

DILL, H. C.; GONÇALVES, F. O. Igualdade de oportunidade entre os estados brasileiros: uma análise microeconômica com base nos dados da PNAD 2009. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 307-328, mai/ago. 2013.

FERRARI, T. K.; BRASIL, G. H. Comportamento do desemprego regional no Brasil: uma aplicação de teste de convergência em painel. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 673-688, set/dez. 2015.

FIGUEIREDO, E. A. Mobilidade intrageracional de renda no Brasil. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 427-455, set/dez. 2010.

- GARCIA, R.; DIEGUES, A. C.; ROSELINO, J. E.; COSTA, A. R. Desenvolvimento local e desconcentração industrial: uma análise da dinâmica do sistema local de empresas de eletrônica de Santa Rita do Sapucaí e suas implicações de políticas. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 105-122, jan/abr. 2015.
- GAMA, F. J. C.; BASTOS, S. Q. A.; HERMETO, A. M. Moeda e crescimento: Uma análise para os municípios brasileiros (2000 a 2010). **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 515-551. 2016.
- GIACOMELLI, G. S.; MARIN, S. R.; FEISTEL, P. R. Da economia tradicional do bem-estar à Abordagem das Capacitações e a importância da equidade em saúde para o desenvolvimento humano. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 89-115. 2017.
- GOLGHER, A. B. A distribuição de indivíduos qualificados nas regiões metropolitanas brasileiras: a influência do entretenimento e da diversidade populacional. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 109-134, jan/abr. 2011.
- GONÇALVES, L. R. C.; GONÇALVES, E.; OLIVEIRA JUNIOR, L. B. Determinantes espaciais e socioeconômicos do suicídio no Brasil: uma abordagem regional. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 281-316, mai/ago. 2011.
- HAUSSMANN, S.; GOLGHER, A. B. Shrinking gender wage gaps in the Brazilian labor market: an application of the APC approach. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 429-464, 2016.
- JUSTUS, M.; SANT'ANNA, E.; DAVANZO, E. S.; MOREIRA, G. C. Education and smoking behavior in Brazil: decision to smoke and daily cigarette consumption intensity. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 30, n. 2, p. 679-700. 2020.
- KROTH, D. C.; DIAS, J. Os efeitos dos investimentos público e privado em capitais físico e humano sobre o produto per capita dos municípios da região sul: uma análise em painéis de dados dinâmicos. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 621-649. set/dez. 2012.
- KRUSS, G. Catching up, falling behind: the need to build upgrading coalitions for innovation and inclusive development in South Africa. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 30, n.especial, p.1115-1144. 2020.
- LIMA, S. S.; RUIZ, A. U. Clubes de convergência e drivers de catching-up dos municípios brasileiros 2000-2010. **Nova economia**. Belo Horizonte, v.30, n.2, p. 455-481. 2020.
- NERIS JR, C.; FUCIDJI, J. R. A tese de performatividade e o ambiente das ideias: o papel dos modelos formais em economia. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 123-146. 2016.
- MACHADO, A. F.; GOLGHER, A. B.; DINIZ, S. Consumption of cultural goods and services and time allocation in Brazil. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 35-63. 2017.

- MAIA, A. G. A contribuição das fontes de rendimento na dinâmica da distribuição espacial de renda no Brasil. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 461-490, set/dez. 2010.
- MATTOS, E. J.; BIANCHI, L.; TOIGO, C. H. Avaliando a insegurança alimentar no Brasil: a questão dos efeitos não simétricos. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 969-998. 2020.
- MATTOS, L. V. A economia e o melhoramento social: a agenda de reformas de Alfred Marshall. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 50-72, jan/abr. 2014.
- MELO, G. B. V.; PAIVA, G. L. Desenvolvimento e potencial de clusters criativos para as cidades médias brasileiras. **Nova economia**. Belo Horizonte, v.26, n.Especial, p. 1287-1315, 2016.
- MENEZES, T. A.; MONTE, P. A. Relação entre o tipo de contrato de trabalho e a dedicação do trabalhador no emprego: evidências para as regiões metropolitanas brasileiras. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 51-72. Jan/abr. 2013.
- MONTE-MOR, R. L. M.; GOMES, A. M. R. Duas décadas de pesquisa com os Xakriabá do Norte de Minas: do diagnóstico da economia ao monitoramento da pandemia da Covid-19. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 747-769. 2020.
- MOREIRA, G. C.; KASSOUF, A. L.; JUSTUS, M. An estimate of the underreporting of violent crimes against property applying stochastic frontier analysis to the state of Minas Gerais, Brazil. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 779-806. 2018.
- MOUNTIAN, A. G.; DIAZ, M. D. M. Aposentadoria e a Transição para o Trabalho por Conta Própria no Brasil Metropolitano. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 849-878. 2018.
- NERIS JR, C.; FUCIDJI, J. R. A tese de performatividade e o ambiente das ideias: o papel dos modelos formais em economia. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 123-146, 2016.
- OLIVEIRA NETO, E. T.; BERTUSSI, G. L. Do que é feito um país campeão? Análise empírica de determinantes sociais e econômicos para o sucesso olímpico. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 325-342. mai/ago. 2015.
- PEREIRA, A. E. G.; NAKABASHI, L.; SALVATO, M. A. Instituições e nível de renda: Uma abordagem empírica para os municípios paranaenses. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 597-620. set/dez. 2012.
- PORTELLA, A. L.; BUSSMANN, T. B.; OLIVEIRA, A. M. H. A relação de fatores individuais, familiares e escolares com a distorção idade-série no ensino público brasileiro. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 477-509. 2017.
- RAMOS, C. A. A queda da pobreza e da concentração de renda no Brasil. “À la Recherche” da teoria perdida. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 599-620, set/dez. 2015.

- RIBEIRO, F. G.; SOUZA, A. P. F. Uma investigação e aplicação das novas medidas de alfabetização no Brasil. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 73-100, set/dez. 2013.
- ROCHA, S. Poverty upsurge in 2015 and the rising trend in regional and age inequality among the poor in Brazil. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 249-275, 2019.
- SAIANI, C. C. S.; TONETO JUNIOR, R.; DOURADO, J. Desigualdade de acesso a serviços de saneamento ambiental nos municípios brasileiros: Evidências de uma Curva de Kuznets e de uma Seletividade Hierárquica das Políticas? **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 657-691, set/dez. 2013.
- SAKURAI, S. N. Superávit e déficit fiscal dos municípios brasileiros: uma aplicação do modelo de viés de seleção em painel. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 517-540, set/dez. 2014.
- SAMPAIO, A. V. Estrutura do mercado de trabalho metropolitano na Região Sul do Brasil, em 1995 e em 2005. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 85-115, jan/abr. 2012.
- SANTIAGO, C. E. P.; VASCONCELOS, A. M. N. Do catador ao doutor: um retrato da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 213-246. 2017.
- SCALCO, P. R.; AMORIM, A. L.; GOMES, A. P. Eficiência técnica da Polícia Militar em Minas Gerais. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 165-190, jan/abr. 2012.
- SCHMIDT FILHO, R.; ESTEVES, L. A. BITTENCOURT, M. Criação, destruição e realocação de empregos em países selecionados: uma meta-análise. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 73-100. jan/abr. 2013.
- SILVA, F. A.; GOMES, M. F. M.; ALMEIDA, F. M.; MENDONÇA, T. G.; ROSADO, P. L. Comércio internacional e crescimento econômico: uma análise considerando os setores e a assimetria de crescimento dos estados. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 807-848. 2018.
- SILVA, F. J. F.; FONSECA NETO, F. A. Efeitos da crise financeira de 2008 sobre o desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 265-278, mai/ago, 2014.
- SILVA, D. F. C.; SILVEIRA NETO, R. M. Escolhas de carreiras universitárias e mercado de trabalho: uma análise da influência dos incentivos econômicos. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 519-552, set/dez. 2015.
- SILVA, R. R.; BACHA, C. J. C. Acessibilidade e aglomerações na Região Norte do Brasil sob o enfoque da Nova Geografia Econômica. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 169-190, jan/abr. 2014.
- TEIXEIRA, G.; BALBINOTTO NETO, G. Seguro-desemprego brasileiro e salário de reinserção: análise empírica com regressão com descontinuidade e propensity score matching. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 943-980. 2016.

ZUANAZZI, P. T.; FOCHEZATTO, A. Population aging and the probability of saving: a life cycle analysis of the Brazilian case. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 951-968, 2020.

ZULIAN, A.; MARIN, S. R.; MARTINELLI JUNIOR, O. A abordagem ontológica da identidade social de Davis e as posições de outros autores na Economia recente. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 28, n. 2 p. 637-679, mai/ago. 2018.

Revista de Econometria (Brazilian Review of Econometrics)

AVELINO, R. R. G. Self-Selection and the Impact of Migration on Earnings. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 30, n.1, p. 69-89, may. 2010.

BAECELLOS, T.; HIRATA, G. Decomposing public-private teachers wage gap: Evidence from Brazil. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, p.303-346, nov. 2020.

BARROS, R. P. Nonparametric Estimation of Causal Effects in Observational Studies. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 30, n.2, p. 229-260, nov. 2010.

BARROS, R. P.; ULYSSEA, G. On the Empirical Content of the Formal-Informal Labor Market Segmentation Hypothesis. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 30, n.2, p. 289-310, nov. 2010.

CHEIN, F.; ASSUNÇÃO, J. J. How Does Emigration Affect Labor Markets? Evidence from Road Construction in Brazil. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 36, n.2, p.157-184, dec. 2016.

D'ADDIO, A. C.; HONORÉ, B. E. Duration Dependence and Timevarying Variables in Discrete Time Duration Models. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 30, n.2, p.487-527, nov. 2010.

FREITAS, C. E. PAES, N. L. The collapse of Brazilian Social Security: Macroeconomic impacts of the increase of the minimum age of PEC N<sup>o</sup> 287/2016 reform. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 39, n.1, p. 35-58, jun. 2019.

GUIMARÃES, B. Qualis as a Measuring Stick for Research Output in Economics. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 03-18, may. 2011.

LEDO, B. C. A.; LOPES, C. M. A. Estimating Risk and Risk Aversion in the Automobile Insurance Market. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 39, n.1, p.85-112, jun. 2019.

LEIGHTON, M.; SOUZA, P.; STRAUB, S. Social Promotion in Primary School: Effects on Grade Progression. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 39, n.1, p. 1-33, jun. 2019.

LÉPINE, A. Financial Aid and Student Performance in College: Evidence from Brazil. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 38, n.2, p.221-261, dec. 2018.

MELLO, M. A. Another Look at Panel Estimates of the Elasticity of Substitution between Capital and Labor. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 37, n.2, p.267-295, nov. 2017.

PINTO, R. Evaluation of Small-Sample Compromised Randomization: Long-Term Effects of Early Childhood Intervention on Health and on Addictive Behavior. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 30, n.2, p.451-485, nov. 2010.

SOUZA, A. P.; ZYLBERSTAJN, E. Estimating the returns to education using a parametric control function approach: Evidences for a developing country. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 39, n.2, p.217-242, dec. 2019.

ULYSSEA, G. The Formal-Informal Labor Market Segmentation Hypothesis Revisited. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 30, n.2, p. 311-334, nov. 2010.

#### Revista de Economia Contemporânea

ALVES, F. F.; TOYOSHIMA, S. H. Disparidade Socioeconômica e Fluxo Migratório Chinês: Interpretação de Eventos Contemporâneos Segundo os Clássicos do Desenvolvimento. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.21, n. 1, p. 1-26, 2017.

AQUINO, J. M.; FERNANDES, M. M.; PAZELLO, E. T.; SCORZAFAVE, L. G. Trabalho Infantil: Persistência Intergeracional e Decomposição da Incidência Entre 1992 e 2004 no Brasil Rural e Urbano. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 61-84, jan/abr. 2010.

ARAÚJO, J. P. F.; ANTIGO, M. F. Desemprego e Qualificação da Mão de Obra no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.20, n. 2, p. 308-335, 2016.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e Crise do Governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: Poder Estrutural, Contradição e Ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. especial, p. 1-63, 2017.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; BATISTA, N. F. Impactos do Programa Bolsa Família Federal Sobre o Trabalho Infantil e a Frequência Escolar. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.14, n. 2, p. 269-301, mai/ago. 2010.

CAVALCANTI, D. M.; COSTA, E. M.; SILVA, J, L. M. Programa Bolsa Família e o Nordeste: Impactos na Renda e na Educação, nos Anos de 2004 e 2006. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 99-128, jan/abr. 2013.

FROTA, M. G.; ARAUJO, J. A.; BARBOSA, R. B.; TABOSA, F. J. S.; ALMEIDA, A. N. Participação e Oferta de Trabalho para o Segundo Emprego: Uma Análise para o Setor Agrícola Brasileiro. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 1-29, 2019.

GENTIL, D. L.; ARAÚJO, E. C.; PUTY, C. A. C. B.; SILVA, C. P. A. Outro Olhar Para o Financiamento da Previdência Social No Brasil: A Centralidade da Formalização do Trabalho, Aumento de Produtividade e Gestão de Receitas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 1-31, 2020.

GOMES, M. R.; SOUZA, S. C. I. Assimetrias Salariais de Gênero e a Abordagem Regional no Brasil: Uma Análise Segundo a Admissão no Emprego e Setores de Atividade. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.22, n. 3, p. 1-31, 2018.

GONZALEZ, L.; RIGHETTI, C.; DI SERIO, L. C. Microcrédito e Impacto Sobre a Geração de Renda: O Caso do Banco Real. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.18, n. 3, p. 453-476, 2014.

LEANDRO, T.; GOMES, V. Estimating the Demand For Broadband Services in Brazil: Analysis by a Discrete-Choice Model. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.23, n. 2, p. 1-31, 2019.

LEITE, A. R.; SILVA, A. F.; ARAÚJO, J. A.; SANTANA, G. U. S. A Pobreza Multidimensional no Estado da Bahia Diminuiu? Evidências a Partir da Abordagem de Bourguignon e Chakravarty. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 177-200, 2016.

MACIEL, F. T.; OLIVEIRA, A. M. H. C. Informalidade e Segmentação do Mercado de Trabalho Brasileiro nos Anos 2000: Uma Decomposição Quantílica de Diferenciais de Rendimentos. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.22, n. 2, p. 1-37, 2018.

MAIA, A. G.; SAKAMOTO, A.; WANG, S. X. How Employment Shapes Income Inequality: A Comparison Between Brazil and the U.S. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.23, n. 3, p. 1-34, 2019.

MARTINI, R. A.; JAYME JUNIOR, F. G.; OLIVEIRA, A. M. H. C. O Ambiente Macroeconômico e o Bem-Estar Social: Uma Revisão Bibliográfica Sobre Relações e Controvérsias. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 324-351, mai/ago. 2013.

MESQUITA, S. P.; RAMALHO, H. M. B. Trabalho Infantil no Brasil Urbano: Qual a Importância da Estrutura Familiar?. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 97-134, 2015.

NABUCO, P. Hukou e Migração na China: Alguns Apontamentos Sobre Divisão do Trabalho. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.16, n. 2, p. 237-258, 2012.

PEREIRA, V. F.; LIMA, J. E.; LIMA, J. R. F.; BRAGA, M. J.; MENDONÇA, T. G. Avaliação dos Retornos à Escolaridade para Trabalhadores do Sexo Masculino no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.17, n. 1, p. 153-176, jan/abr. 2013.

PONTES, R. P.; BARBOSA, M. N.; SILVEIRA, L. S.; COSTA, L. V. O. Comportamento de Jovens e Adultos no Mercado de Trabalho Brasileiro Com Relação à Permanência no Emprego. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 1-23, 2018.

PONTES, E.; PAIXÃO, L. A.; ABRAMO, P. O Mercado Imobiliário Como Revelador das Preferências Pelos Atributos Espaciais: Uma Análise do Impacto da Criminalidade Urbana no Preço de Apartamentos em Belo Horizonte. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 171-197, 2011.

QUADROS, W. J.; MAIA, A. G. Estrutura Sócio-Ocupacional no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.14, n. 3, p. 443-468, set/dez. 2010.

RODRIGUES, L. O.; ARAUJO, J. A.; GUEDES, J. P. M.; SILVA, M. M. C. Mensuração da Desigualdade Educacional entre os Municípios Nordestinos. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.21, n. 1, p. 1-31, 2017.

SOUZA, D. T.; LÚCIO, F. G. C.; ROCCO, L. A. Múltiplo Emprego no Brasil: Uma Análise da Oferta de Trabalho Usando Dados da PNAD. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.23, n. 1, p. 1-25, 2019.

SIMONAZZI, A. The Embeddedness of Core-Periphery Relations In Time and Space. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 1-20, 2020.

TAVEIRA, J. G.; GONÇALVES, E.; FREGUGLIA, R. S. Uma Análise da Mobilidade de Trabalhadores Qualificados da Indústria de Transformação Brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 243-270, mai/ago. 2011.

VIANNA, G. S. B.; YOUNG, C. E. F. Em Busca do Tempo Perdido: Uma Estimativa do Produto Perdido em Trânsito no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.19, n. 3, p. 403-416, 2015.

### Economia e Sociologia Rural

ALVES, M. O.; BURSZTYN, M.; CHACON, S. S. Ação Coletiva e Delegação de Poder no Semiárido Nordeste: papel de lideranças locais e assessores externos numa comunidade rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 53, n. 3, p. 409-432, jul/set. 2015.

ALVES, T. J. C.; NODA, S. N.; NODA, H. A Família nos Agroecossistemas Amazônicos: O Caso do Complexo Ambiental Sacaí, Baixo Rio Branco, Roraima, Brasil. **Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 56, n. 3, p. 501-516, jul./set. 2018.

ARIZA, F. A. P.; BOKELMANN, W.; MIRANDA, C. A. R. Heritage and Patrimony of the Peasantry Framework and Rural Development Indicators in Rural Communities in Mexico. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 55, n. 2, p. 199-226, abr/jun. 2017.

- BALSADI O. V.; DELGROSSI, M. E. Labor and Employment in Brazilian Northeastern Agriculture: a look at the 2004-2014 period. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 56, n.1, p. 19-034, jan/mar. 2018.
- BELIK, W. A Heterogeneidade e suas Implicações para as Políticas Públicas no Rural Brasileiro. **Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 53, n. 01, p. 9-30, jan/mar. 2015.
- BINOTTO, E.; NAKAYAMA, M. K.; SIQUEIRA, E. S. A Criação de Conhecimento para a Gestão de Propriedades Rurais no Brasil e na Austrália. **Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 51, n. 4, p. 681-698, out/dez. 2013.
- BOEHS, C. G. E.; SEIFERT, R. E. Para além da racionalidade: outras dimensões da ação entre organizações familiares de produção agrícola: uma discussão a partir da realidade de famílias de agricultores no sul de Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 58, n. 3, e191807. jul. 2020.
- BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 51, n. 4, p. 645-660, out/dez. 2013.
- CALEMAN, S. M. Q.; ZYLBERSZTAJN, D. Falta de Garantias e Falhas de Coordenação: evidências do sistema agroindustrial da carne bovina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 50, n. 2, p. 223-242, abr/jun. 2012.
- CANEVER, M. D.; CARRARO, A.; KOHLS, V. K.; TELES, M. Y. O.; SAMPAIO Y. Entrepreneurship in the Rio Grande do Sul, Brazil: the determinants and consequences for the municipal development. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 48, n. 1, p. 85-108, jan/mar. 2010.
- CARVALHO, S. P.; MARIN, J. O. B. Agricultura Familiar e Agroindústria Canavieira: impasses sociais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 49, n. 3, p. 681-708, jul/set. 2011.
- CASTRO, N. R.; BARROS, G. S. C.; ALMEIDA, A. N., GILIO, L.; MORAIS, A. C. P. The Brazilian agribusiness labor market: measurement, characterization and analysis of income differentials. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 58, n.1, e192298. abr. 2020.
- CHATZITHEODORIDIS, F.; KONTOGEORGOS, A. New entrants policy into agriculture: researching new farmers' satisfaction. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 58, n.1, e193664. abr. 2020.
- COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 53, n. 1, p. 109-126, jan/mar. 2015.
- COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. A Juventude Rural do Assentamento Florestan Fernandes no Município de Florestópolis (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, vol. 51, n. 3, p. 415-432, jul/set. 2013.

- COSTA, L. V., GOMES M. F. M., LÍRIO, V. S.; BRAGA, M. J. Produtividade Agrícola e Segurança Alimentar dos Domicílios das Regiões Metropolitanas Brasileiras. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 51, n 4, p. 661-680, out/dez. 2013.
- CUNHA, W. A.; FREITAS, A. F.; SALGADO, R. J. S. F. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 55, n. 3, p. 427-444, jul./set. 2017.
- FANTINI, A.; ROVER, O. J.; CHIODO, E.; ASSING L. Agroturismo e Circuitos Curtos de Comercialização de Alimentos Orgânicos na Associação “Acolhida na Colônia” – SC/Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 56, n. 3, p. 517-534, jul./set. 2018.
- FARIA, M. V. B. L.; BOTELHO, M. I. V.; SILVA, E. A. Programa Bolsa Família como estratégia de diversificação dos meios de vida rurais: uma experiência no sul de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 58, n. 3, e159635. jul. 2020.
- FASIABEN, M. C. R.; A. R.; PERES, F. C.; MAIA, A. G. Impacto Econômico da Reserva Legal Sobre Diferentes Tipos de Unidades de Produção Agropecuária. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 49, n. 4, p. 1051-1096, out/dez. 2011.
- FERNANDES, T.; MOTA, D. M. “É Sempre Bom Ter o Nosso Dinheirinho”: Sobre a Autonomia da Mulher no Extrativismo da Mangaba no Pará. **Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 009-024, jan/mar. 2014.
- FRANCO, B. M. R.; SOUZA, A. P. O.; MOLENTO, C. F. M. Welfare-friendly Products: availability, labeling and opinion of retailers in Curitiba, Southern Brazil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 56, n. 1, p. 9-18, jan./mar. 2018.
- FREITAS, A. F.; FERREIRA, M. A. M.; FREITAS, A. F. A Trajetória das Organizações de Agricultores Familiares e a Implementação de Políticas Públicas: um estudo de dois casos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 57, n. 1, p. 9-28, jan/mar. 2019.
- GASPARI, L. C.; KHATOUNIAN, C. A. Características das Famílias, Estruturação da Produção e Estratégias de Comercialização em um Assentamento de Reforma Agrária. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 54, n. 2, p. 243-260, abr/jun. 2016.
- GOMES, N. F. M.; FIÚZA, A. L. C.; PINTO, N. M. A. A Cidade Vista Pelos Habitantes do Campo de Araponga/MG: Uma Análise das Representações Sociais por Meio do Software Alceste. **Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 58, n. 2, e176516. 2020.
- GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, A. Existe na Agricultura Brasileira Um Setor que Corresponde ao “Family Farming” Americano? **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. S85-S104. 2014.
- HOPPE, A., VIEIRA, L. M.; BARCELLOS M. D. Consumer Behaviour Towards Organic Food in Porto Alegre: an application of the Theory of Planned

- Behaviour. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 51, n. 1, p. 69-90, jan/mar. 2013.
- LOPES, L. G. R.; CARVALHO, D. B. Dinâmica Temporal do Assentamento e os Projetos de Vida da Juventude Rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 53, n. 4, p. 571-588, out/dez. 2015.
- MAIA, A. H.; SANT'ANA, A. L.; SILVA, F. C. Políticas Públicas de Acesso à Terra: uma análise do Programa Nacional de Crédito Fundiário, em Nova Xavantina (MT). **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 56, n. 2, p. 311-328, abr/jun. 2018.
- MANCAL, A.; BARROS, G. S. C. Produtividade e eficiência agrícola nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop) e Timor-Leste. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 57, n. 3, p. 441-454, jul/set. 2019.
- MARIN, J. O. B. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e o real. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 58, n. 2, e187438, jun. 2020.
- MARIN, J. O. B.; SCHNEIDER, S.; VENDRUSCOLO, R.; CASTILHO E SILVA, C. B. O Problema do Trabalho Infantil na Agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 50, n. 4, p. 763-786, out/dez. 2012.
- MARTINOT, J. F.; PEREIRA, H. S.; SILVA, S. C. P. Coletar ou Cultivar: as escolhas dos produtores de açaí-da-mata (Euterpe precatoria) do Amazonas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 55, n. 4, p. 751-766, out/dez. 2017.
- MASSUQUETTI, A. A Dinâmica da Agricultura Francesa: Inovação, Transformação e Identidade Social. **Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 48, n. 2, p. 331-356, abr/jun. 2010.
- MEDEIROS, V.; OLIVEIRA, A. M. H. C. O acesso à infraestrutura e a pobreza no Brasil: uma investigação empírica. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 58, n.2, e200520. jun. 2020.
- MIRANDA, E. L.; FIÚZA, A. L. C. Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte. **Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 55, n. 1, p. 123-136, jan/mar. 2017.
- MOLINARI, G. T.; PADULA, A. D. A Construção Social da Qualidade na Microrregião do Vale dos Vinhedos). **Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 51, n. 1, p. 183-202, jan/mar. 2013.
- MONTEIRO, J. V.; NORÕES, A. K. M.; ARAÚJO, R. C. P. Análise da Preferência do Pescador Artesanal do Município de Pentecoste (CE) por Programas de Peixamento. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 56, n. 3, p. 483-500, jul./set. 2018.
- MOTA, D. M.; NASCIMENTO, D. A. S.; SCHMITZ, H. Mulheres com contratos de integração para a produção de dendê no Pará: redefinindo relações de gênero? **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 58, n. 3, e192796, jul. 2020.

- MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F.; RODRIGUES, R. F. A. O Trabalho Familiar Extrativista Sob a Influência de Políticas Públicas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. S189-S204. 2014.
- NEDER, H.; ALVES FILHO, N.; SOUZA, S. Acesso à Renda e Inflação de Preços de Alimentos no Brasil: análise dos efeitos do programa Bolsa Família. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 53, n. 1, p. 51-70, jan/mar. 2015.
- NUNES, E.M.; SILVA, P. S. G.; SILVA, M. R. F.; SÁ, V. C. O Índice de Condições de Vida (ICV) em Territórios Rurais do Nordeste: evidências para os territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 58, n. 1, e190917. abr. 2020.
- NUNES J. A.; MARIANO, J. L. Efeitos dos Programas de Transferência de Renda sobre a Oferta de Trabalho Não Agrícola na Área Rural da Região Nordeste. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 53, n. 1, p. 71-90, jan/mar. 2015.
- OLIVEIRA, J. R. Circulação de dons, trabalho e renda do turismo na comunidade rural Chã de Jardim, na Paraíba. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 58, n. 4, e218845. 2020.
- OLIVEIRA, L. F. T.; SILVA, S. P. Mudanças Institucionais e Produção Familiar na Cadeia Produtiva do Leite no Oeste Catarinense. **Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 50, n. 4, p. 705-720, out/dez. 2012.
- PEREIRA, J. L. G.; SOUZA, F. C. Formação de Técnico em Agropecuária no Brasil e na Espanha: Projetos de vida da juventude rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 58, n.4. e202404. 2020.
- PICOLOTTO, E. L. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. S063-S084. 2014.
- RETIÈRE, M.; MARQUES, P. E. M. A justiça ecológica em processos de reconfiguração do rural: estudo de casos de neorrurais no estado de São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 57, n. 3, p. 490-503, jul/set. 2019.
- RIBEIRO, E. M.; AYRES, E. B., GALIZONI, F. M.; ALMEIDA, A. F.; PEREIRA, V. G. Programas Sociais, Mudanças e Condições de Vida na Agricultura Familiar do Vale do Jequitinhonha Mineiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 52, n. 2, p. 365-386, abr/jun. 2014.
- ROCHA JUNIOR, A. B.; FREITAS, J. A.; CASSUCE, F. C. C.; COSTA, S. M. A. L. Análise dos determinantes da utilização de assistência técnica por agricultores familiares do Brasil em 2014. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v.57, n.2, p. 181-197, abr/jun. 2019.
- RODRIGUES, A. S.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S.; SOUSA, E. P. Impacto do Projeto Hora de Plantar sobre a sustentabilidade da produção de milho híbrido dos agricultores familiares no Cariri cearense. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 58, n. 2, e197622. 2020.

SAKAMOTO, C. S.; NASCIMENTO, C. A.; MAIA, A. G. As Famílias Pluriativas e Não Agrícolas no Rural Brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 54, n. 3, p. 561-582, jul/set. 2016.

SALUSTIANO, S. F. M. BARBOSA, N. MOREIRA, T. B. S. Do subsidies drive technical efficiency? The case of portuguese firms in the agribusiness sector. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 58, n.3, e216150. 2020.

SANTANA, A. C.; BENTES, E. S.; HOMMA, A. K. O.; OLIVEIRA, F. A.; OLIVEIRA, C. M. Influência da Barragem de Tucuruí no Desempenho da Pesca Artesanal, Estado do Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 52, n. 2, p. 249-266, abr/jun. 2014.

SCALCO, A. R.; OLIVEIRA, S. C.; PIGATTO, G. S.; COBRE, J. Factors that May Lead on the Non-renewal of Certified Organic Product According to Organic Producers in Brazil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 55, n. 3, p. 465-478, jul/set. 2017.

SILVA, A. M.; PONCIANO, N. J.; SOUZA, P. M.; CEZAR, L. S. Extensão rural e construção da equidade de gênero: limites e possibilidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 58n. 1, e187845. 2020.

SILVA, C. M. V.; VALENTE A. L. E. F. Agricultura Familiar, Gênero e Dinâmicas Sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 51, n. 2, p. 387-400, abr/jun. 2013.

SOUZA, D. N.; AMODEO, N. B. P.; MACEDO, A. S.; MILAGRES, C. S. F. A Comunicação na Articulação Agroindustrial entre Uma Cooperativa Central, suas Cooperativas Singulares e Cooperados. **Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 52, n. 3, p. 495-514, jul/set. 2014.

SOUZA, R. P. O Desenvolvimento Rural no Estado do Rio de Janeiro a partir de Uma Análise Multidimensional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 57, n. 1, p. 109-126, jan/mar. 2019.

TEBANI, M.; MEDERBAL, K. Monitoring and Evaluation of the Agricultural and Rural Renewal Program in Algeria: case of the Ouarsenis area. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 56, n. 4, p. 719-728, out/dez. 2018.

TEIXEIRA, C. T. M.; PIRES, M. L. L. S. Análise da Relação Entre Produção Agroecológica, Resiliência e Reprodução Social da Agricultura Familiar no Sertão do Araripe. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 55, n. 1, p. 47-64, jan./mar. 2017.

THIAGO, F.; KUBO, E. K. M.; PAMPLONA, J. B.; FARINA, M. C. Estilo de gestão de produtores rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 58, n. 2, e188254. 2020.

VIANA, J. G. A.; WAQUIL, P. D. Uma Perspectiva Evolucionária da Economia Agrícola: o caso da produção ovina no Brasil e Uruguai. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 52, n. 3, p. 471-494, jul/set. 2014.

VITAL, T.; SAMPAIO, Y.; BAIARDI, A.; LIMA, J. R.; MELO, A. Regionalização da Sober: a experiência do Nordeste. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 56, n. 1, p. 163-178, jan/mar. 2018.

Revista Brasileira de Economia

ALMEIDA, A. T. C.; ARAÚJO JÚNIOR, I. T. Efeitos da Exposição aos Fatores de Risco Comportamentais à Saúde sobre o Atraso Escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 2, p. 129-169, abr/jun. 2016.

ALMEIDA, S. Do as I Do, Not as I Say: Incentivization and the Relationship Between Cognitive Ability and Risk Aversion. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 73, n. 4, p. 413-434, out/dez. 2019.

ANNEGUES, A. C.; SOUZA, W. P. S. F. Retorno Salarial do Overeducation: Viés de Seleção ou Penalização ao Excesso de Escolaridade? **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 74, n. 2, p. 119–138, abr/jun. 2020.

AZEVEDO, E. M.; SALGADO, P. Universidade Pública Deve Ser Grátis Para Quem Pode Pagar? **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 1, p. 99–116, jan/mar. 2012.

BARBOSA FILHO, F. H.; PESSÔA, S. A.; VELOSO, F. A. Evolução da Produtividade Total dos Fatores na Economia Brasileira com Ênfase no Capital Humano – 1992-2007. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 64, n.2, p. 91-113, abr/jun. 2010.

BRAGANÇA, A. The Economic Consequences of the Agricultural Expansion in Matopiba. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 72, n. 2, p. 161–185, abr/jun. 2018.

CAMPOS, L. H. R.; RAPOSO, I. P. A.; MOURA, T. T.; COSTA, H. V. V. O FIES Contribui Para a Atratividade das Carreiras de Licenciaturas e da Saúde? **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 74, n. 2, p. 139-153, abr/jun. 2020.

CARVALHO, J. V. F.; AFONSO, L. E. Uma Análise Econômico-Atuarial dos Death Bonds. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, p. 187–206, abr/jun. 2012.

CECHIN, L. A. W.; CARRARO, A.; RIBEIRO, F. G.; FERNANDEZ, R. N. O Impacto das Regras do Programa Bolsa Família Sobre a Fecundidade das Beneficiárias. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 3, p. 303–329, jul/set. 2015.

CHAMPLONI, A. L.; ORRILLO, J. Dissaving of the Past via Reverse Mortgages. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 1, p. 29-41, jan/mar. 2017.

CHIARINI, T.; VIEIRA, K. P. Universidades como Produtoras de Conhecimento para o Desenvolvimento Econômico: Sistema Superior de Ensino e as Políticas de CT&I. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 1, p. 117–132, jan/mar. 2012.

CHITOLINA, L.; FOGUEL, M. N.; MENEZES-FILHO, N. A. The Impact of the Expansion of the Bolsa Família Program on the Time Allocation of Youths and Their Parents. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 2, p. 183–202, abr/jun. 2016.

COIMBRA L. W. P.; RAMOS, F. S. Mecanismo de Incentivo à Renovação da Mão-de-Obra no Mercado de Trabalho Face ao Sistema Previdenciário. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 4, p. 491-510, out/dez. 2012.

CORREA, A. S.; MARINS, J. T. M.; NEVES, M. B. E.; SILVA, A. C. M. Credit Default and Business Cycles: An Empirical Investigation of Brazilian Retail Loans. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. 337-362, jul/set. 2014.

CORSEUIL, C. H. L.; FOGUEL, M. N., Economic Expansion and Increase in Labour Market Formality: A Poaching Approach. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, p. 207-224, abr/jun. 2012.

DELALIBERA, B. R.; FERREIRA, P. C. Educação Pré-Escolar, Distorções e Crescimento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 2, p. 187-212, abr/jun. 2015.

DENES, G.; KOMATSU, B. K.; MENEZES-FILHO, N. Uma Avaliação dos Impactos Macroeconômicos e Sociais de Programas de Transferência de Renda nos Municípios Brasileiros. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 72, n. 3, p. 292–312, jul/set. 2018.

DIAS, V. P.; DINIZ, E.; ISSLER, J. V.; RACHTER, L. Non-Durable Consumption and Real-Estate Prices in Brazil: Panel-Data Analysis at the State Level. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 73, n. 3, p. 299-323, jul/set. 2019.

DI PIETRA, G. A. C.; SASSAKI, A. H. KOMATSU, B. K.; MENEZES FILHO, N. A. O que Explica o Desempenho do Brasil no PISA 2015? **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 74, n. 2, p. 167–196, abr/jun. 2020.

FAJARDO, J.; BLANCO, S. Interação Social e o Comportamento da Investidora Brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 3, p. 245-260, jul/set. 2010.

FIGUEIRÊDO, E.; NOGUEIRA, L.; SANTANA, F. L. Igualdade de Oportunidades: Analisando o Papel das Circunstâncias no Desempenho do ENEM. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 68, n.3, p. 373-392, jul/set. 2014.

IRES, F. N.; MARIANO, F. Z.; BENEVIDES, A. A. Índice de Motivação Multidimensional e Desempenho Escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 74, n. 3, p. 305-324, jul/set. 2020.

LÔBO, T. P.; NAKABASHI, L. Além do PIB per capita: Ensaio sobre medidas de bem-estar para os estados brasileiros. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 74, n. 3, p. 325–351, jul/set. 2020.

MACHADO, L. M.; SCORZAFAVE, L. G. D. S., Distribuição de Salários de Professores e Outras Ocupações: Uma Análise para Graduados em Carreiras

- Tipicamente Ligadas à Docência. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 2, p. 203-220, abr/jun. 2016.
- MAHLMEISTER, R.; FERREIRA, S. G.; VELOSO, F.; MENEZES-FILHO N.; KOMATSU, B. K. Revisitando a Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 73, n. 2, p. 159–180, abr/jun. 2019.
- MARIANO, F. Z.; ARRAES, R. A. Trajetória Longitudinal dos Alunos de Escolas Profissionalizantes para o Mercado de Trabalho. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 72, n. 4, p. 451–477, out/dez. 2018.
- MARINHO, E.; LINHARES, F.; CAMPELO, G. Os Programas de Transferência de Renda do Governo Impactam a Pobreza no Brasil? **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p. 267–288, jul/set. 2011.
- MATTOS, E.; PONCZEK, V. Efeitos da Divisão Municipal na Oferta de Bens Públicos e Indicadores Sociais. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 3, p. 315-336, jul/set. 2013.
- MAZALI, A. A.; DIVINO, J. A. Real Wage Rigidity and the New Phillips Curve: The Brazilian Case. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 3, p. 291–306, jul/set. 2010.
- MELLO, M. A.; RODRIGUES, A. S. Development Accounting, the Elasticity of Substitution, and Non-neutral Technological Change. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 71, n.1, p. 93-109, jan/mar. 2017.
- MONTEIRO, J. Gasto Público em Educação e Desempenho Escolar. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 4, p. 467-488, out/dez. 2015.
- NAKABASHI, L. A importância da qualidade institucional no desenvolvimento das regiões brasileiras. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 74, n. 4, p. 465–493, out/dez. 2020.
- OGUNDAIRO, B. B.; RODRIGUES, M. Previdência e Taxa de Juros no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 357–374, jul/set. 2016.
- OLIVEIRA, P. F.; CARVALHO, J. R. Regional Labor Market Differences in Brazil and Search Frictions: Some Structural Estimates. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 1, p. 71–98, jan/mar. 2016.
- PEREIRA FILHO, O. A.; SOUSA, M. C. S.; ALVES, P. F. Avaliação de Impacto das Guardas Municipais Sobre a Criminalidade com o uso de Tratamentos Binários, Multivalorados e Contínuos. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 72, n. 4, p. 515-544, out/dez. 2018.
- PRATES, W. R.; COSTA JUNIOR, N. C. A.; SANTOS, A. A. P. Efeito Disposição: Propensão à Venda de Investidores Individuais e Institucionais. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 73, n. 1, p. 97-119, jan/mar. 2019.
- RAAD, R. J.; GUEDES, G. R. Private Transfer Choices under Uncertainty in Human Capital. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 1, p. 105–124, jan/mar. 2015.

- REIS, M. C.; RAMOS, L. Escolaridade dos Pais, Desempenho no Mercado de Trabalho e Desigualdade de Rendimentos. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 2, p. 177-205, abr/jun. 2011.
- REIS, M. Uma Análise da Transição dos Jovens Para o Primeiro Emprego no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 1, p. 125–143, jan/mar. 2015.
- SANTOS, M. R.; PEREIRA, T. N. Moving to a Consumption-Based Tax System: A Quantitative Assessment for Brazil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 2, p. 209-228, abr/jun. 2010.
- SANTOS, R.; VIANNA JUNIOR, P. Coordenação de Prazos e Eficiência Previdenciária. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 73, n. 1, p. 121-135, jan/mar. 2019.
- SCHRÖDER, B. Práticas Restritivas, Barreiras à Entrada e Concorrência no Mercado Brasileiro de Exibição Cinematográfica. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 1, p. 49–77, jan/mar. 2012.
- SIMÕES, P.; SOARES, R. B. Efeitos do Programa Bolsa Família na Fecundidade das Beneficiárias. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 4, p. 445-468, out/dez. 2012.
- SOUZA, W. P. S. F.; MESQUITA, S. P.; FIGUEIREDO, E. A. O Impacto do Investimento Estrangeiro Direto no Trabalho Infantil: Uma Análise Para Países em Desenvolvimento. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 74, n. 1, p. 75–93, jan/mar. 2020.
- SOUZA, W. P. S. F.; ZIEGELMANN, F. A.; FIGUEIREDO, E. A. Uma Nota Sobre o Prêmio Salarial em Empresas Exportadoras Brasileiras. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 74, n. 2, p. 221–232, abr/jun. 2020.
- THEODORO, M. I. A.; SCORZAFAVE, L. G. Impacto da Redução dos Encargos Trabalhistas sobre a Formalização das Empregadas Domésticas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 1, p. 93-109, jan/mar. 2011.
- VASCONCELOS, A. M.; RIBEIRO, F. G.; GRIEBELER, M. C.; CARRARO, A. Programa Bolsa Família e Geração “Nem-Nem”: Evidências para o Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 233–257, abr/jun. 2017.

#### Revista economia Política

- ALBAN, M. The degradation of Brazilian socioeconomics. **Revista de Economia Política**, v. 38, n. 1 (150), p. 167-183, jan/mar. 2018.
- ANTIGO, M. F.; MACHADO, A. F. Mobilidade intrageracional de rendimentos no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 1 (130), p. 166-178, jan/mar. 2013.
- ARAUJO, A. L. Z. Summers depois de Hansen? Comparação das explicações convencionais e não convencionais acerca da estagnação nas economias

- avançadas. **Revista de Economia Política**, v. 38, n. 3 (152), p. 469-488, jul/set. 2018.
- BARROS, A. R.; ATHIAS, D. Salário mínimo, Bolsa Família e desempenho relativo recente da economia do Nordeste. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 1 (130), p. 179-199, jan/mar. 2013.
- BLECKER, R. A. Economic stagnation in the United States: underlying causes and global consequences. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 4 (137), p. 689-725, out/dez. 2014.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. An account of new developmentalism and its structuralist macroeconomics. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 3 (123), p. 493-502, jul/set. 2011.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. The 2008 financial crisis and neoclassical economics. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 1 (117), p. 3-26, jan/mar. 2010.
- CAMPOLINA, B.; DINIZ, C. C. Crise global, mudanças geopolíticas e inserção do Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 4 (137), p. 638-655, out/dez. 2014.
- DAMASCENO, A. O. Integração financeira, poupança externa e convergência de renda: teoria e evidência. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 5 (125), p. 751-770, Edição especial, 2011.
- DIAZ, M. D. M. Qualidade do gasto público municipal em ensino fundamental no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 1 (126), p. 128-141, jan/mar. 2012.
- EMILIO, D.; PONCZEK, V.; BOTELHO, F. Evaluating the wage differential between public and private sectors in Brazil. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 1 (126), p. 72-86, jan/mar. 2012.
- GRÑA, J. M. Labor market trends in a low and heterogeneous productivity country. Evidence from Argentina's manufacturing. **Revista de Economia Política**, v. 38, n. 2 (151), p. 358-376, abr/jun. 2018.
- GUTTMANN, R. Chronic macro-economic and financial imbalances in the world economy: a meta-economic view. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 2 (139), p. 203-226, abr/jun. 2015.
- MADALOZZO, R.; FURTADO, G. M. Um estudo sobre a vitimização para a cidade de São Paulo. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 1 (121), p. 160-180, jan/mar. 2011.
- MAIA, A. G.; SAKAMOTO, A. Does wage reflect labor productivity? A comparison between Brazil and the United States. **Revista de Economia Política**, v. 38, n. 4 (153), p. 629-649, out/dez. 2018.
- MARQUES, R. M. Políticas de transferência de renda no Brasil e na Argentina. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 2 (131), p. 298-314, abr/jun. 2013.
- MARQUES, R. M.; XIMENES, S. B.; UGINO, C. K. Governos Lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior. **Revista de Economia Política**, v. 38, n. 3 (152), p. 526-547, jul/set. 2018.

MORAES, M. A. F. D. A influência dos sindicatos nos salários do setor sucroalcooleiro. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 3 (123), p. 471-492, jul/set. 2011.

NONNENBERG, M. J. B. China: Estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2 (118), p. 201-218, abr/jun. 2010.

NOVAES, L.; MATTOS, E. O efeito da intenção de reeleição sobre gastos em saúde: Uma análise com base no modelo de reputação política. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 1 (117), p. 140-158, jan/mar. 2010.

OREIRO, J. L.; NAKABASHI, L.; SOUZA, G. J. G. A economia brasileira puxada pela demanda agregada. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 4 (120), p. 581-603, out/dez. 2010.

PINHO, C. E. S. As respostas políticas do nacional desenvolvimentismo autoritário à crise econômica estrutural (1973-1985). **Revista de Economia Política**, v. 40, n. 2, p. 411-431, abr/jun. 2020.

RAFFER, K. Neoliberalism and global capital mobility: a necessary reconsideration of textbook trade theory. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 2 (139), p. 267-284, abr/jun. 2015.

RIBEIRO, R.; CACCIAMALI, M. C. Defasagem Idade-Série a partir de distintas perspectivas teóricas. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 3 (128), p. 497-512, jul/set. 2012.

RODRIGUES, W.; SANTOS, N. S. Karl Polanyi and substantivism in economic development. **Revista de Economia Política**, v. 40, n. 1, p. 86-99, jan/mar. 2020.

SALVIA, S. P. The boom and crisis of the Convertibility Plan in Argentina. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 2 (139), p. 325-342, abr/jun. 2015.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3 (119), p. 511-531, jul/set. 2010.

SHAPIRO, H.; MORENO-BRID, J. C. Alice Amsden's impact on Latin America. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 2 (135), p. 187-197, abr/jun. 2014.

SHIRASU, M. R.; ARRAES, R. A. Avaliação dos custos econômicos associados aos jovens nem-nem no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 40, n. 1, p. 161-182, jan/mar. 2020.

SILVA, J. J.; BRUNO, M. A. P.; SILVA, D. B. N. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. **Revista de Economia Política**, v. 40, nº 1, p. 138-160, jan/mar. 2020.

SIROHI, R. A. Alternate paths to economic development: a comparative analysis of Brazil and India in the era of neoliberalismo. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 2 (147), p. 304-323, abr/jun. 2017.

SUPLICY, E. M.; DALLARI, M. Citizen's basic income and Kenya. **Revista de Economia Política**, v. 40, n. 3, p. 566-583, jul/set. 2020.

TEIXEIRA, W. M.; MENEZES-FILHO, N. A. Estimando o retorno à educação do Brasil considerando a legislação educacional brasileira como um instrumento. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 3 (128), p. 479-496, jul/set. 2012.

VASCONCELOS, D. S. Minsky on “Big Government”. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 1 (134), p. 15-38, jan/mar. 2014.

WJUNISKI, B. S. Education and development projects in Brazil (1932-2004): Political economy perspective. **Revista de Economia Política**, v. 33, n 1 (130), p. 146-165, jan/mar. 2013.

WOGART, J. P. Global booms and busts: How is Brazil’s middle class faring? **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3 (119), p. 381-400, jul/set. 2010.

## APÊNDICE

## APÊNDICE A – Relação de autores e número de artigos publicados

<b>Autores</b>	<b>Nº Artigos</b>
Naercio Aquino Menezes Filho	10
Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira	9
Ana Flavia Machado	8
Ana Lúcia Kassouf	8
Felipe Garcia Ribeiro	8
Hilton Martins de Brito Ramalho	8
Marcelo Justus dos Santos	8
Mauricio Cortez Reis	8
Alexandre Gori Maia	7
Bruno Kawaoka Komatsu	7
Edward Martins Costa	7
Erik Alencar de Figueiredo	7
Francisca Zilania Mariano	7
Kalinca Léia Becker	7
Luciano Nakabashi	7
André Portela de Souza	6
Enlinson Mattos	6
Marcelo José Braga	6
Eduardo Gonçalves	5
Guilherme Irffi	5
João Eustáquio de Lima	5
Lorena Vieira Costa	5
Maria Cristina Cacciamali	5
Marina Silva da Cunha	5
Miguel Nathan Foguel	5
Ricardo da Silva Freguglia	5
Ronaldo de Albuquerque e Arraes	5
Rosana Ribeiro	5
Wallace Patrick Santos de Farias Souza	5
Carlos Henrique L. Corseuil	4
Flávia Chein	4
Francis Carlo Petterini	4
Frederico G. Jayme Jr.	4
Gustavo Carvalho Moreira	4
Ignácio Tavares de Araújo Júnior	4
Isabel Pessoa de Arruda Raposo	4
Jair Andrade de Araújo	4
Luís Eduardo Afonso	4
Luiz Guilherme Dácar da Silva Scorzafave	4
Maria da Conceição Sampaio de Sousa	4
Maria Micheliana da Costa Silva	4
Marília Fernandes Maciel Gomes	4
Shirley Pereira de Mesquita	4
Viviani Silva Lírio	4
Ahmad Saeed Khan	3
Aléssio Tony Cavalcanti de Almeida	3
Alexandre Bragança Coelho	3
Ana Cláudia Annegues	3
André Braz Golgher	3
André Carraro	3
Carlos César Santejo Saiani	3

Cristiana Tristão Rodrigues	3
Dalva Maria da Mota	3
Daniella Medeiros Cavalcanti	3
Evandro Camargos Teixeira	3
Fabiana Rocha	3
Fábio D. Waltenberg	3
Giácomo Balbinotto Neto	3
João Vinícius de França Carvalho	3
Joel Orlando Bevilaqua Marin	3
Jorge Luiz Mariano da Silva	3
José Angelo Divino	3
Juliana Gonçalves Taveira	3
Leonardo Bornacki de Mattos	3
Marcos Roberto Vasconcelos	3
Maria Dolores Montoya Diaz	3
Mariangela Furlan Antigo	3
Michela Barreto Camboim Gonçalves	3
Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima	3
Paulo Aguiar do Monte	3
Paulo de Andrade Jacinto	3
Pedro Tonon Zuanazzi	3
Raul da Mota Silveira Neto	3
Ricardo Brito Soares	3
Tatiane Almeida de Menezes	3
Adelar Fochezatto	2
Admir Antônio Betarelli Júnior	2
Adriano Provezano Gomes	2
Alan Ferreira de Freitas	2
Alexandre Nunes Almeida	2
Aline Cristina Cruz	2
Ana Carolina Pereira Zoghbi	2
Ana Louise Carvalho Fiúza	2
Andréa Zaitune Curi	2
Andressa Mielke Vasconcelos	2
Arnildo da Silva Correa	2
Arthur Sakamoto	2
Bruno Cesar Aurichio Ledo	2
Carlos Eduardo de Freitas	2
Daniel Barboza Guimarães	2
Daniel Tomaz de Sousa	2
Daniela Verzola Vaz	2
Danielle Carusi Machado	2
Eduardo de Carvalho Andrade	2
Elaine Toldo Pazello	2
Eliane Cristina de Araújo	2
Erlly Cardoso Teixeira	2
Fábio Tatei	2
Fabricio Linhares	2
Fernanda Aparecida Silva	2
Fernanda Leite Santana	2
Fernando A. Veloso	2
Fernando de Holanda Barbosa Filho	2
Flávio Augusto Ziegelmann	2
Flávio Vilela Vieira	2
Gabriel Ulyssea	2
Gibran Teixeira	2
Gilvan R. Guedes	2

Giuliano Contento de Oliveira	2
Henrique Dantas Neder	2
Henrique Kawamura	2
Heribert Schmitz	2
Jaime Orrillo	2
Jaqueline Terra Moura Marins	2
João Mário Santos de França	2
Joilson Dias	2
José Eduardo Roselino	2
José Jaime da Silva	2
José Luis da Silva Netto Júnior	2
José Luiz Parré	2
José Raimundo Carvalho	2
Juliano J. Assunção	2
Lauro Ramos	2
Leonardo Andrade Rocha	2
Luciana de Oliveira Rodrigues	2
Luiz Carlos Bresser-Pereira	2
Luiz Guilherme Scorzafave	2
Magno Rogério Gomes	2
Marcelo de Albuquerque e Mello	2
Marcelo Medeiros	2
Márcio Antônio Salvato	2
Marco Túlio Aniceto França	2
Marcos Vinicio Wink Junior	2
Marina Ferreira Fortes Aguas	2
Natália Ferreira Batista	2
Nelson Leitão Paes	2
Nicole Rennó Castro	2
Oliveira Alves Pereira Filho	2
Paulo José Whitaker Wolf	2
Pedro Vasconcelos Amaral	2
Priscilla Albuquerque Tavares	2
Rafael Terra de Menezes	2
Raquel Pereira Pontes	2
Regina Madalozzo	2
Renan Gomes De Pieri	2
Renato Garcia	2
Renilson Rodrigues da Silva	2
Ricardo Agostini Martini	2
Ricardo Paes de Barros	2
Rodolfo Hoffmann	2
Rodrigo De Losso da Silveira Bueno	2
Rodrigo Ferreira Simões	2
Rodrigo Nobre Fernandez	2
Rosa Maria Marques	2
Rudinei Toneto Junior	2
Samuel de Abreu Pessôa	2
Sergio Naruhiko Sakurai	2
Sergio Schneider	2
Silvia Harumi Toyoshima	2
Solange de Cassia Inforzato de Souza	2
Solange Regina Marin	2
Sonia Rocha	2
Talles Girardi de Mendonça	2
Tito Belchior Silva Moreira	2

Tulio Kahn	2
Valdemar Rodrigues de Pinho Neto	2
Veronica Ines Fernandez Orellano	2
Vivian dos Santos Queiroz Orellana	2
Vladimir Ponczek	2
Yony Sampaio	2
Achilleas Kontogeorgos	1
Adauto Brasilino Rocha Junior	1
Ademar Ribeiro Romeiro	1
Aderbal Oliveira Damasceno	1
Adolfo Sachsida	1
Adriana Bruscatto Bortoluzzo	1
Adriana Fontes	1
Adriana Rosa do Nascimento	1
Airton Lopes Amorim	1
Ajax Moreira	1
Alair Ferreira de Freitas	1
Alana Kedylla Monteiro Norões	1
Alberto Di Sabbato	1
Alessandra de Araújo Benevides	1
Alessandra Maria da Silva	1
Alessandra Scalioni Brito	1
Alex dos Santos Macedo	1
Alex Hayato Sassaki	1
Alexander Dias Siqueira	1
Alexandre Alves Porsse	1
Alexandre de Oliveira Lima Loyo	1
Alexandre Rands Barros	1
Alexandre Reggi Pecora	1
Alexandre Weber Aragão Veloso	1
Alexandre Ywata de Carvalho	1
Alexia Hoppe	1
Alexandre Calvancante	1
Alfredo Kingo Oyama Homma	1
Alice Saccaro	1
Aline Souza Magalhães	1
Aline Zulian	1
Alysson Lorenzon Portella	1
Amanda Cappellazzo Arabage	1
Amilcar Baiardi	1
Ana Carolina da Cruz Lima	1
Ana Carolina de Paula Morais	1
Ana Carolina Maia	1
Ana Cecília de Almeida	1
Ana Elisa Gonçalves Pereira	1
Ana Flávia Almeida	1
Ana Heloisa Maia	1
Ana Lúcia Eduardo Farah Valente	1
Ana Luiza Champloni	1
Ana Maria Nogales Vasconcelos	1
Ana Maria Rabelo Gomes	1
Ana Paula Macedo de Avellar	1
Ana Paula Oliveira Souza	1
Ana Urraca Ruiz	1
Anderson da Silva Rodrigues	1
Anderson Moreira Aristides dos Santos	1
André A. P. Santos	1

André de Souza Rodrigues	1
André Gal Mountian	1
André Luís Cabral de Lourenço	1
Andre Mancha	1
André Simões	1
Andrea Cabello	1
Andrea Fantini	1
Andréa Ferreira da Silva	1
Ándrea Leite Bergmanna	1
Andrea Lépine	1
Andrea R. Ferro	1
Andréa Rossi Scalco	1
Andrea S. Melo	1
Andrei Gomes Simonassi	1
Andressa Suelen Eugênio	1
Angélica Massuquetti	1
Angelo José Zanella	1
Anna Cristina D'Addio	1
Annamaria Simonazzi	1
Antonio Alberto Mazali	1
Antonio Carlos Diegues	1
Antonio Carlos Macedo e Silva	1
Antonio Carlos Magalhães da Silva	1
Antônio Cordeiro de Santana	1
Antônio Domingos Padula	1
Antonio Lázaro Sant'Ana	1
Antonio Marcos Hoelz Pinto Ambrozio	1
Ariana Britto	1
Ariana Martins de Britto	1
Ariana Ribeiro Costa	1
Armando Vaz Sampaio	1
Arthur Bragança	1
Assilio Luiz Zanella de Araujo	1
Áydano Ribeiro Leite	1
Bárbara Freitas Paglioto	1
Basilia Aguirre	1
Bernardo Campolina	1
Bernardo Guimarães	1
Bernardo Stuhlberger Wjuniski	1
Bianca Aparecida Lima Costa	1
Bianca Vieira Benedicto	1
Bo E. Honoré	1
Breno Sampaio	1
Brian Bolarinwa Ogundairo	1
Bruna Maria Remonato Franco	1
Bruna Naiara de Castro	1
Bruno de Paula Rocha	1
Bruno Ricardo Delalibera	1
Bruno Schröder	1
Caio Matteucci de Andrade Lopes	1
Camila Horst Toigo	1
Camila Kimie Ugino	1
Camila Marques Viana Silva	1
Camila Strobl Sakamoto	1
Camilla Petrelli Corrêa de Almeida	1
Carla Forte Maiolino Molento	1
Carlos Aguiar de Medeiros	1

Carlos Alberto Manso	1
Carlos Alberto Ramos	1
Carlos Alves Nascimento	1
Carlos Armênio Khatounian	1
Carlos de Almeida Cardoso	1
Carlos Eduardo Caldarelli	1
Carlos Eduardo Frickmann Young	1
Carlos Eduardo Gomes	1
Carlos Eduardo Lobo e Silva	1
Carlos Eduardo Pinto Santiago	1
Carlos Eduardo Santos Pinho	1
Carlos Eduardo Suprinyak	1
Carlos Enrique Guanzioli	1
Carlos Gabriel Eggert Boehs	1
Carlos Hernán Rodas Céspedes	1
Carlos José Caetano Bacha	1
Carlos Patrick A. Silva	1
Carlos Rosano-Peña	1
Carolina Braz de Castilho e Silva	1
Carolina Flores Gomes	1
Carvalho Jose Marcio	1
Cássia Kely Favoretto Costa	1
Cassiano Ricardo Dalberto	1
Cecilia Machado Berriel	1
Cecilia Tayse Muniz Teixeira	1
Celso Neris Jr.	1
Cesar Adrian Ramirez Miranda	1
Cesar Augusto Oviedo Tejada	1
César Righetti	1
Christiano Penna	1
Cícero Francisco de Lima	1
Clarissa Black	1
Claudio Alberto Castelo Branco Puty	1
Cláudio Hamilton Matos dos Santos	1
Cláudio Roberto Amitrano	1
Claudio Shikida	1
Cleiton Roberto da Fonseca Silva	1
Cleiton Silva Ferreira Milagres	1
Clélio Campolina Diniz	1
Constantino Cronemberger Mendes	1
Cristiano Aguiar de Oliveira	1
Cristina Guimarães Rodrigues	1
Cyntia Meireles de Oliveira	1
Daniel Cirilo Suliano	1
Daniel de Santana Vasconcelos	1
Daniel Ricardo de Castro Cerqueira	1
Daniel Santos	1
Daniel Suliano	1
Daniela Almeida Raposo Torres	1
Danilo Rolim Dias de Aguiar	1
Danyella Juliana Martins de Brito	1
Darlan Christiano Kroth	1
Daulins Emilio	1
Débora Freire Cardoso	1
Deborah Levison	1
Déborah Oliveira Martins dos Reis	1
Deborah S. DeGraff	1

Decio Zylbersztajn	1
Dênis Antonio da Cunha	1
Denis Barros de Carvalho	1
Denise Britz do Nascimento Silva	1
Denise Lobato Gentil	1
Diego de Maria Andre	1
Diego Firmino Costa da Silva	1
Diego Neves de Sousa	1
Diego Pierotti Procópio	1
Diloá Athias	1
Diocélia Antônia Soares do Nascimento	1
Divanildo Triches	1
Douglas Uemura Nunes	1
E. Sant'Anna	1
Edimilson Torres de Oliveira Neto	1
Edna Lopes Miranda	1
Ednaldo Michellon	1
Edson Arlindo Silva	1
Edson Keyso de Miranda Kubo	1
Edson Paulo Domingues	1
Eduardo Almeida	1
Eduardo Barbosa Ayres	1
Eduardo M. Azevedo	1
Eduardo Magalhães Ribeiro	1
Eduardo Matarazzo Suplicy	1
Eduardo Pontes	1
Eduardo Pontual Ribeiro	1
Eduardo Simões de Almeida	1
Eduardo Zylberstajn	1
Elano Ferreira Arruda	1
Elder G. Sant'Anna	1
Elder Tiago da Costa Souza	1
Eliane Araújo	1
Eliane Pinheiro de Sousa	1
Elisabete Stradiotto Siqueira	1
Elisabeth dos Santos Bentes	1
Elisangela Luzia Araújo	1
Eloá S. Davanzo	1
Elvanio Costa de Souza	1
Ely José de Mattos	1
Emanoel Márcio Nunes	1
Emerson Marinho	1
Emilio Chiodo	1
Ennio Ferreira Bastos Jr.	1
Érica Diniz	1
Erika Cristina Barbosa de Almeida Ribeiro	1
Erlaine Binotto	1
Estefania Ribeiro da Silva	1
Eugenia Troncoso Leone	1
Euler P. G. de Mello	1
Eustáquio Reis	1
Eveline Barbosa Silva Carvalho	1
Everton Lazzaretti Picolotto	1
Fabio Alberto Pachon Ariza	1
Fábio Ávila de Castro	1
Fábio José Ferreira da Silva	1
Fábio Júnior Clemente Gama	1

Fábio Massaúd Caetano	1
Fábio Waltenberg	1
Fátima Cruz Souza	1
Felipe Almeida	1
Felipe de Sousa Bastos	1
Felipe Lima de Medeiros	1
Felipe Resende Oliveira	1
Felippe Clemente	1
Fernanda Maria de Almeida	1
Fernando Botelho	1
Fernando Curi Peres	1
Fernando de Aquino Fonseca Neto	1
Fernando Henrique de Araújo Esteves	1
Fernando Luis Martins Costa	1
Fernando Ormonde Teixeira	1
Fernando Porfírio Soares de Oliveira	1
Fernando Salgueiro Perobelli	1
Fernando Thiago	1
Flávia Maria Galizoni	1
Flaviana Cavalcanti da Silva	1
Flaviane Souza Santiago	1
Flávio Ataliba F. D. Barreto	1
Flávio de Oliveira Gonçalves	1
Fotios Chatzitheodoridis	1
Francieli Tonet Maciel	1
Francine Carvalho Pietrobom	1
Francisca Livia Souza Menezes	1
Francisca Naiara Ires	1
Francisco Carlos da Cunha Cassuce	1
Francisco de Assis Oliveira	1
Francisco de S. Ramos	1
Francisco Germano Carvalho Lúcio	1
Francisco José Silva Tabosa	1
Frederick Fagundes Alves	1
Gabriel Almeida Antunes Rossini	1
Gabriel B. Vaz de Melo	1
Gabriel Dias da Silva	1
Gabriela Cruz	1
Geidson Uilson Seixas Santana	1
Geoffrey M. Steeves	1
Geovana Lorena Bertussi	1
Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros	1
Giana Silva Giacomelli	1
Gilberto Joaquim Fraga	1
Gilnei C. Santos	1
Giovanna Maia Furtado	1
Giovanni Avila Cardoso Di Pietra	1
Gisele Trindade Molinari	1
Giuliana Santini Pigatto Juliana Cobre	1
Glenda Kruss	1
Guaracyane Campelo	1
Guilherme Denes	1
Guilherme Hirata	1
Guilherme Issamu Hirata	1
Guilherme Leite Paiva	1
Guilherme Ottoni Teixeira Costa	1
Guilherme Resende Oliveira	1

Guilherme Silva Araújo	1
Guilherme Szczerbacki Besserman Vianna	1
Guilherme V. Moura	1
Gustavo José de Guimarães e Souza	1
Gustavo Marcos Mentlik	1
Gustavo Pereira da Silva	1
Gutemberg Hespanha Brasil	1
Heitor Victor Veiga da Costa	1
Helen Shapiro	1
Helena Cristina Dill	1
Hélio Zylberstajn	1
Heloísa Maria Teixeira	1
Henrique dos Santos Pereira	1
Henrique Neder	1
Herbert de Oliveira Rego	1
Hiroshi Noda	1
Huáscar Fialho Pessali	1
Igor Vieira Procópio	1
Ilton Soares	1
Ingrid Christyne Luquett de Oliveira	1
Isabel Musse	1
Ítalo Spinelli da Cruz	1
Iuri Capa Verde Costa	1
Ivan Castelar	1
Izabel Aparecida Faustino	1
Jacy Alves de Freitas	1
Jader Fernandes Cirino	1
James S. Eales	1
Jan Feldmann Martinot	1
Jan Peter Wogart	1
Janete Duarte	1
Jaqueline Severino da Costa	1
Jefferson Andronio Ramundo Staduto	1
Jennifer Beatriz da Costa	1
Jéssica Pulino Campara	1
Jimmy Oliveira	1
Joana Monteiro	1
João Batista Pamplona	1
João Garibaldi Almeida Viana	1
João Paulo de Resende	1
João Paulo Faria de Araújo	1
João Paulo Martins Guedes	1
João Ricardo Ferreira de Lima	1
João Victor Issler	1
Joelson Oliveira Sampaio	1
Jonathas Viana Monteiro	1
Jorge Abrahão de Castro	1
Jorge Alberto Orellana Aragón	1
Jorge Luiz de Goes Pereira	1
José Antonio Nunes	1
José Fajardo	1
José Luis Oreiro	1
José Ricardo Fucidji	1
José Simão Filho	1
Josilene Ribeiro Oliveira	1
Josué Francisco da Silva Júnior	1
Juan Carlos Moreno-Brid	1

Juan M. Graña	1
Julia Rocha Araujo	1
Juliana Jacobowski Martins	1
Juliana Maria Aquino	1
Julio Cesar dos Reis	1
Juscelino Antonio Dourado	1
Juscelino Dourado	1
Kamila Vieira de Mendonça	1
Karina Bugarin	1
Karina Pereira Vieira	1
Kelmara Mendes Vieira	1
Kênia Barreiro de Souza	1
Khalladi Mederbal	1
Kolai Zagbai Joel Yannick	1
Kunibert Raffer	1
Laisa Rachter	1
Ian Ferreira de Freitas	1
Laura Muller Machado	1
Laura Valladão de Mattos	1
Lauro Gonzalez	1
Lauro Nogueira	1
Leandro de Almeida Rocco	1
Leandro Gilio	1
Leandro Gomes Reis Lopes	1
Leandro Willer P. Coimbra	1
Leilyanne Viana Nogueira	1
Leon Faceira Tomelin	1
Leonardo Teixeira Viotti	1
Leonel dos Santos Silveira	1
Letícia Xander Russo	1
Lia Chitolina	1
Lízia de Figueiredo	1
Lorenzo Bianchi	1
Lourival Batista de Oliveira Júnior	1
Luan Vinícius Bernardelli	1
Luana Moreira de Souza Furtado	1
Lucas Novaes	1
Lucélia Raad	1
Luciana Duarte Bhering de Carvalho	1
Luciana Gross Cunha	1
Luciana Marques Vieira	1
Luciana Yeung	1
Luciane Cristina De Gaspari	1
Luciano Menezes Bezerra Sampaio	1
Lucikelly dos Santos Lima	1
Lucilene Assing	1
Luckas Sabioni Lopes	1
Ludmilla R. C. Gonçalves	1
Luis Antonio Winck Cechin	1
Luis Fernando Tividini Oliveira	1
Luís Henrique Romani de Campos	1
Luis Henrique Zanandréa Paese	1
Luiz Alberto Esteves	1
Luiz Andrés Paixão	1
Luiz Carlos Day Gama	1
Luiz Carlos de Santana Ribeiro	1
Luiz Carlos Delorme Prado	1

Luiz Carlos Di Serio	1
Luiz Felipe Campos Fontes	1
Maitê Rimekká Shirasu	1
Marcel Bursztyn	1
Marcel de Toledo Vieira	1
Marcelo C. Medeiros	1
Marcelo Curado	1
Marcelo de Carvalho Griebeler	1
Marcelo José Braga Nonnenberg	1
Marcelo Lettieri Siqueira	1
Marcelo Rodrigues dos Santos	1
Marcelo Savino Portugal	1
Marcelo Sette Mosaner	1
Marcelo Weishaupt Proni	1
Márcia Azanha Ferraz Dias de Moraes	1
Márcia de Lima Pereira	1
Marcia Dutra de Barcellos	1
Márcia Marques de Carvalho	1
Márcia Regina Farias da Silva	1
Marcia Regina Godoy	1
Marcio Gomes da Silva	1
Marcio José Vargas da Cruz	1
Marcio Nora Barbosa	1
Márcio V. Corrêa	1
Marco Aurélio Marques Ferreira	1
Marco Cavalieri	1
Marcos Botton Piccin	1
Marcos Falleiro	1
Marcos Hecksher	1
Marcus Alban	1
Marcus Gerardus Lavagnole	1
Margaret Leighton	1
Maria de Fátima Garcia	1
Maria do Carmo Ramos Fasiaben	1
Maria Eduarda Tannuri-Pianto	1
Maria Ester Soares Dal Poz	1
Maria Isabel Accoroni Theodoro	1
Maria Izabel Vieira Botelho	1
Maria Luiza Lins Silva Pires	1
Maria Odete Alves	1
Mariana F. Boreli	1
Mariana Suplicy	1
Marianne Zwilling Stampe	1
Marina Keiko Nakayama	1
Marina Portella Ghiggi	1
Marina Vilela Brandão Leite Faria	1
Mario Duarte Canever	1
Mário Jorge Mendonça	1
Marisa dos Reis Azevedo Botelho	1
Marisa Guilherme da Frota	1
Maristela Simões do Carmo	1
Mateus Mota dos Santos	1
Mauricio Benegas	1
Maurício Bittencourt	1
Mauricio Jose Serpa Barros de Moura	1
Maurício Machado Fernandes	1
Maurício Mesquita Bortoluzzo	1

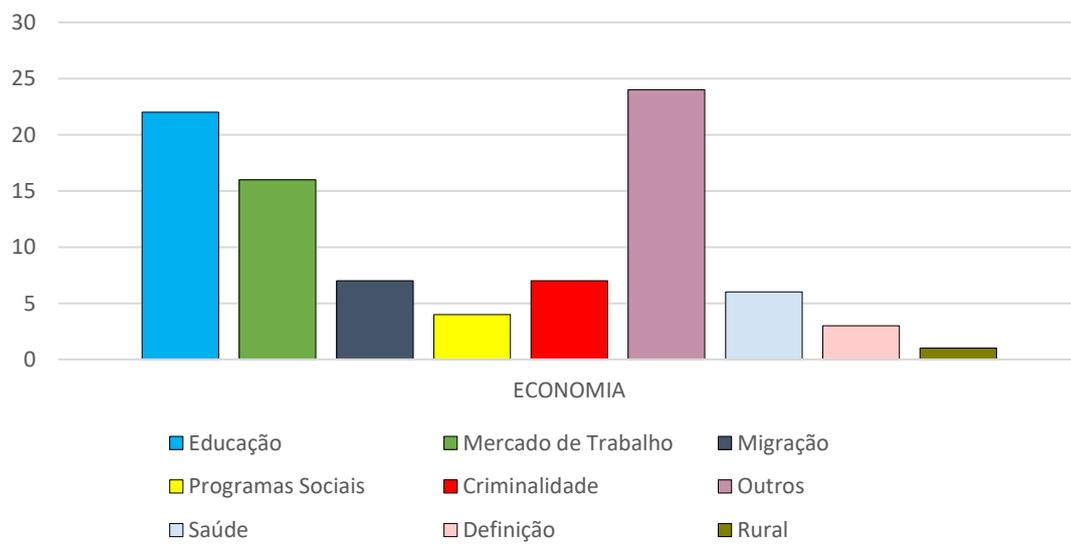
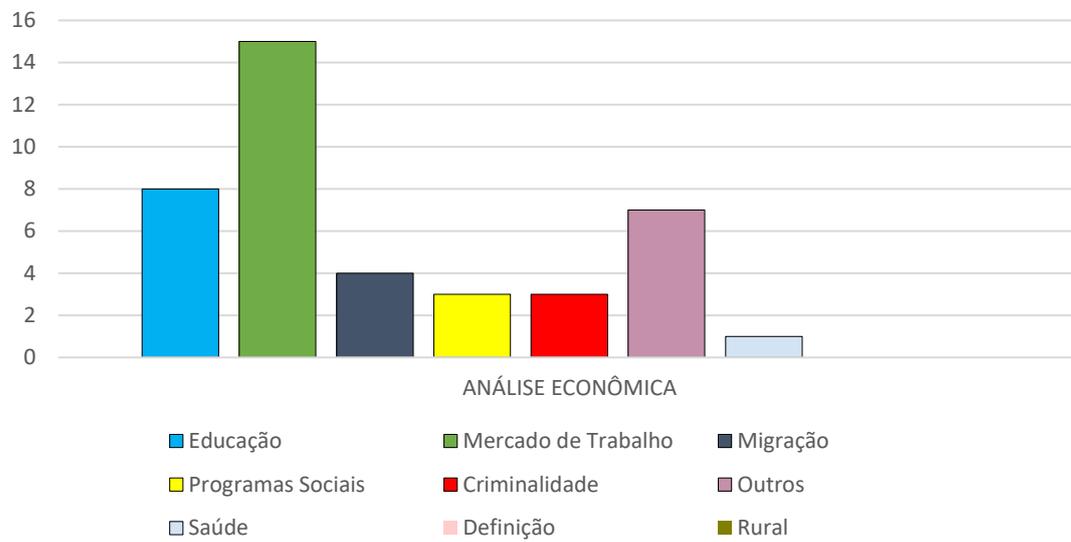
Mauro Boianovsky	1
Mauro Borges Lemos	1
Mauro Eduardo DelGrossi	1
Mauro Rodrigues	1
Mércia Santos da Cruz	1
Miguel Antonio Pinho Bruno	1
Milena Karla Soares	1
Milton Carlos Farina	1
Mirian Aparecida Rocha	1
Mirian Rumenos Piedade Bacchi	1
Mohamed Tebani	1
Moisés de Andrade Resende Filho	1
Mônica Dallari	1
Mônica Viegas Andrade	1
Morgan Yuri Oliveira Teles	1
Morgane Retière	1
Myrian Beatriz Eiras das Neves	1
Naoko Uchiyama	1
Natália Barbosa	1
Nayara Silva Dos Santos	1
Nayhara Freitas Martins Gomes	1
Neide Maria Almeida Pinto	1
Newton C. A. da Costa Jr.	1
Niemeyer Alves Filho	1
Niraldo José Ponciano	1
Nora Beatriz Presno Amodeo	1
Olívia Takahashi Margarido	1
Orlando Martinelli Júnior	1
Oscar José Rover	1
Otávio Valentim Balsadi	1
Pablo Salgado	1
Patrícia Lopes Rosado	1
Patrícia M. A. Bastos	1
Patrícia Simões	1
Patrick Franco Alves	1
Paula Nabuco	1
Paulo Cesar Gomes Amorim Junior	1
Paulo Dabdab Waquil	1
Paulo Eduardo Baltar	1
Paulo Eduardo Moruzzi Marques	1
Paulo Felipe de Oliveira	1
Paulo Marcelo de Souza	1
Paulo R. A. Loureiro	1
Paulo Ricardo Feistel	1
Paulo Roberto Scalco	1
Paulo Sidney Gomes da Silva	1
Paulo Vianna Junior	1
Pedro Abramo	1
Pedro Augusto Costa Oliveira	1
Pedro Cavalcanti Camargo	1
Pedro Cavalcanti Ferreira	1
Pedro Costa Ferreira	1
Pedro H. G. F. Souza	1
Pedro Henrique Melo Albuquerque	1
Pedro Paulo Zahluth Bastos	1
Pedro Wesley Vertino de Queiroz	1
Philippe V. Duchateau	1

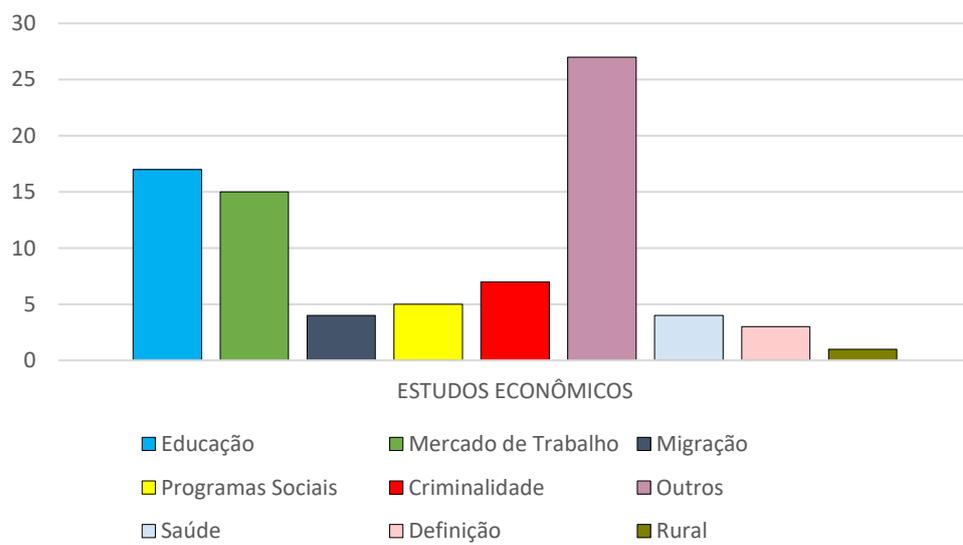
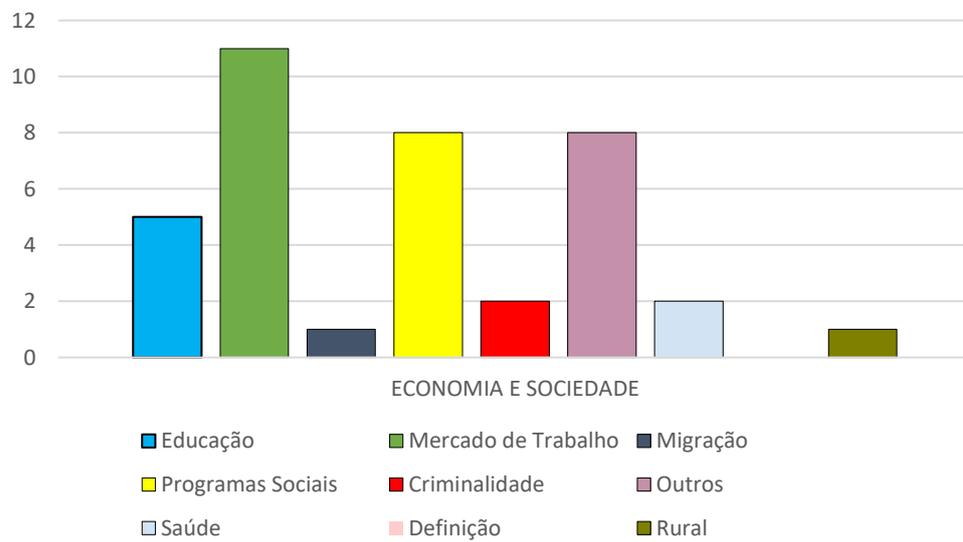
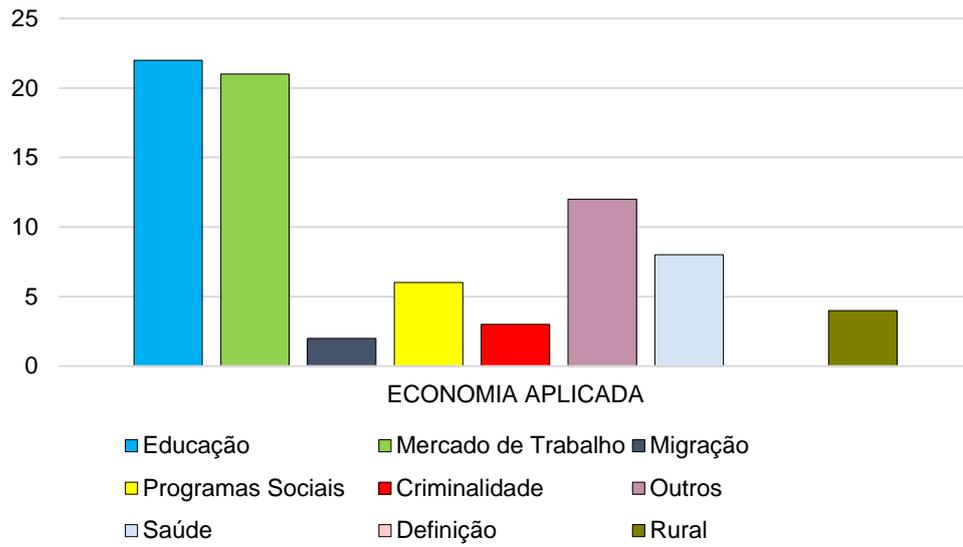
Plínio Portela de Oliveira	1
Priscila Souza	1
Priscilla Burity	1
Rafael Barros Barbosa	1
Rafael Ferreira Tiné	1
Rafael Junior dos Santos Figueiredo Salgado	1
Rafael Perez Ribas	1
Rafael Santos	1
Rafaela Vendruscolo	1
Rahul A. Sirohi	1
Ramon Garcia Fernandez	1
Raphael Almeida Videira	1
Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues	1
Raquel Menezes Bezerra Sampaio	1
Raquel Pereira de Souza	1
Raul Luís Assumpção Bastos	1
Rayssa Alexandre Costa	1
Renata Lemos Lima	1
Renata Narita	1
René Eugênio Seifert	1
Reynaldo Fernandes	1
Ricardo Corrêa Cangussu	1
Ricardo Politi	1
Ricardo R. G. Avelino	1
Ricardo Ralisch	1
Ricardo Schmidt Filho	1
Ricardo Serra Borsatto	1
Rivaldo Alves de Mesquita	1
Robert A. Blecker	1
Robert Guttmann	1
Roberta Costa	1
Roberta Rodrigues Salvini	1
Roberto Luis de Melo Monte-Mor	1
Roberto Manolio Valladão Flores	1
Roberto Passos Nogueira	1
Roberto Tatiwa Ferreira	1
Rodrigo J. Raad	1
Rodrigo Mahlmeister	1
Rodrigo Peixoto da Silva	1
Rodrigo Pinto	1
Rodrigo Raad	1
Rodrigo Straessli Pinto Franklin	1
Rogério César Pereira de Araújo	1
Rogério Lúcio Soares da Silva Junior	1
Romero Cavalcanti Barreto da Rocha	1
Ronald MacDonald	1
Ronald Otto Hillbrecht	1
Rosa Livia Gonçalves Montenegro	1
Rosa M. O. Fontes	1
Rudi Rocha	1
Sabrina Souza	1
Salomão Barros Ximenes	1
Samantha Hausmann	1
Sandra Blanco	1
Sandra Cristina de Oliveira	1
Sandra do Nascimento Noda	1
Sandro Pereira Silva	1

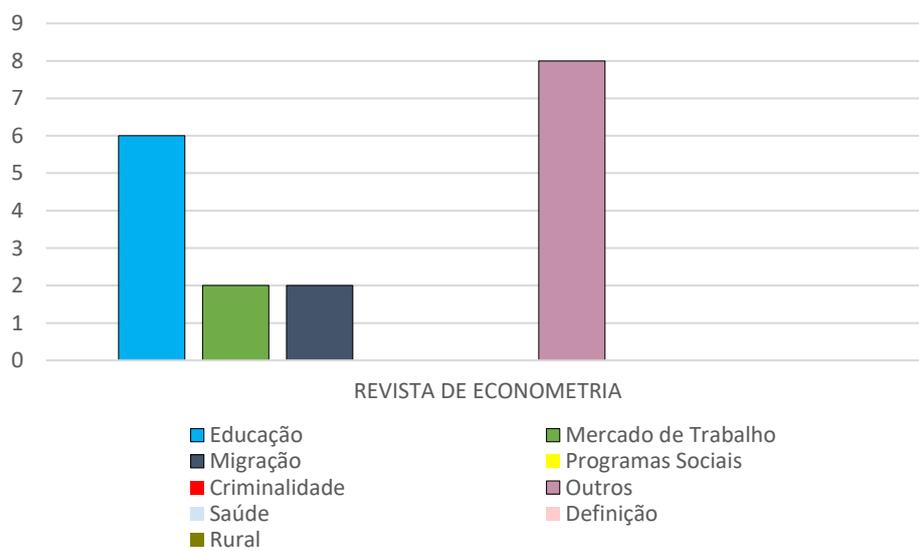
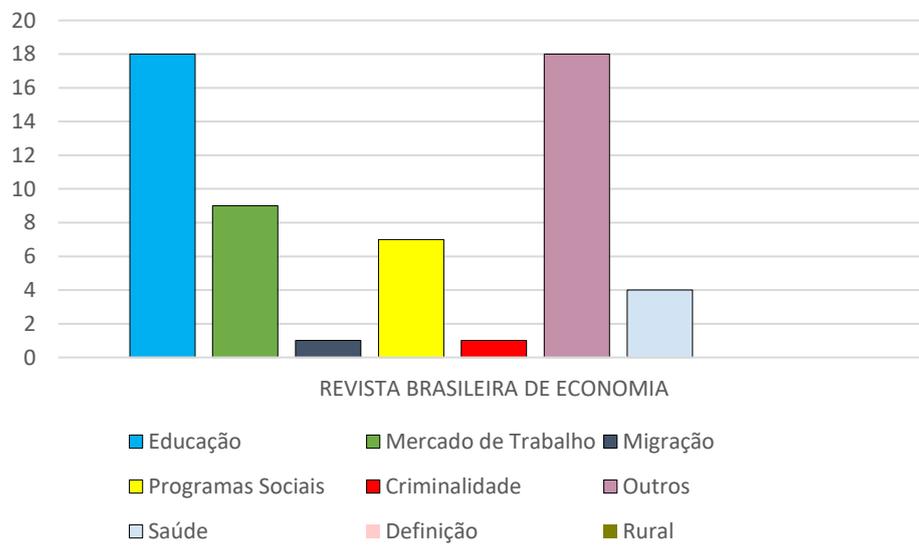
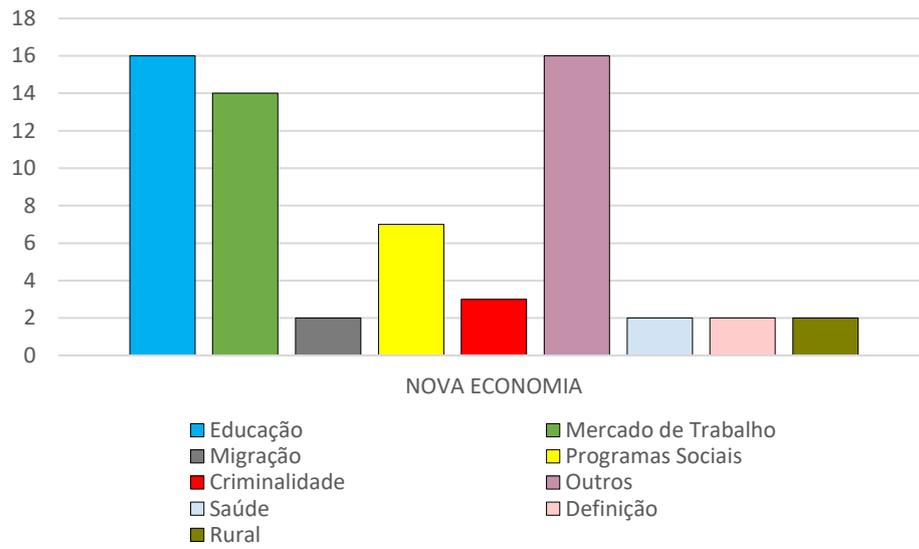
Sandro Sachet de Carvalho	1
Sebastião Pedro Salvia	1
Sergei Suarez Dillon Soares	1
Sergiany da Silva Lima	1
Sergio Almeida	1
Sergio Aquino DeSouza	1
Sergio Firpo	1
Sergio Guimarães Ferreira	1
Sergio Ricardo Faustino Batista	1
Sharron Xuanren Wang	1
Sibelle Diniz	1
Silvia Ferreira Marques Salustiano	1
Silvia Maria Almeida Lima Costa	1
Silvia Morales de Queiroz Caleman	1
Silvio H. T. Tai	1
Simone da Silva de Deus	1
Simone Pereira de Carvalho	1
Solange Ledi Gonçalves	1
Stefano Florissi	1
Stéphane Straub	1
Steven M. Helfand	1
Suelene Mascarini	1
Suely Salgueiro Chacon	1
Suzana Quinet Andrade Bastos	1
Suzy Cristina Pedroza da Silva	1
Tainá Leandro	1
Tales Vital	1
Tânia de Toledo Lima	1
Tânia M. M. Fialho	1
Tanise Brandão Bussmann	1
Tatiana Kolodin Ferrari	1
Tayene Trajano de Moura	1
Temidayo James Aransiola	1
Terciane Sabadini Carvalho	1
Thais Barcellos	1
Thais Vilela	1
Thais Waideman Niquitoc	1
Thales Augusto Zamberlan Pereira	1
Thiago Costa Soares	1
Thiago Henrique Carneiro Rios Lopes	1
Thiago José Costa Alves	1
Thiago Neves Pereira	1
Thiago Pereira Lôbo	1
Thiara Fernandes	1
Thomas H. Kang	1
Tulio Anselmi Dorigan	1
Tulio Chiarini	1
Uirá Mendes Vieira da Silva	1
Valéria Pero	1
Vander Lucas Mendes	1
Vanessa da Fonseca Pereira	1
Verônica de Castro Lameira	1
Victor Gomes	1
Victor Medeiros	1
Victor Pina Dias	1
Victor Rodrigues de Oliveira	1
Vinicius Claudino de Sá	1

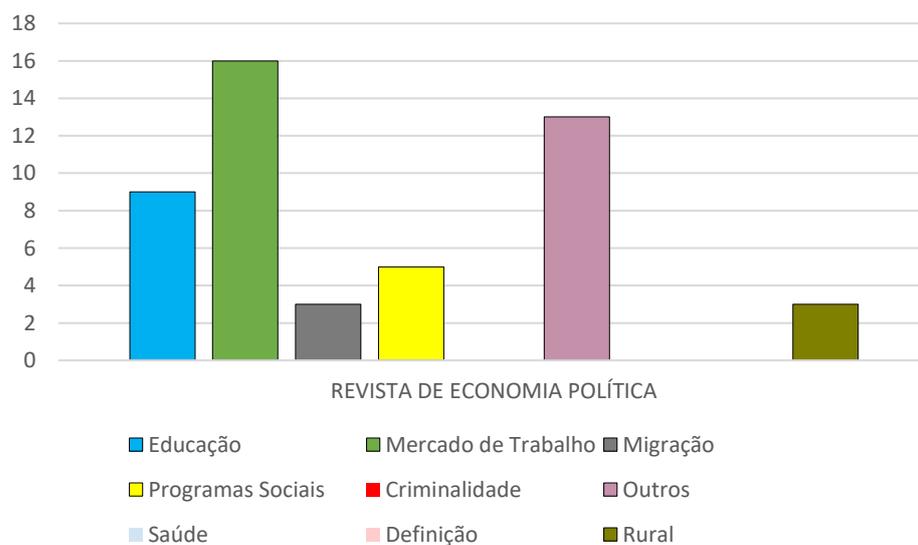
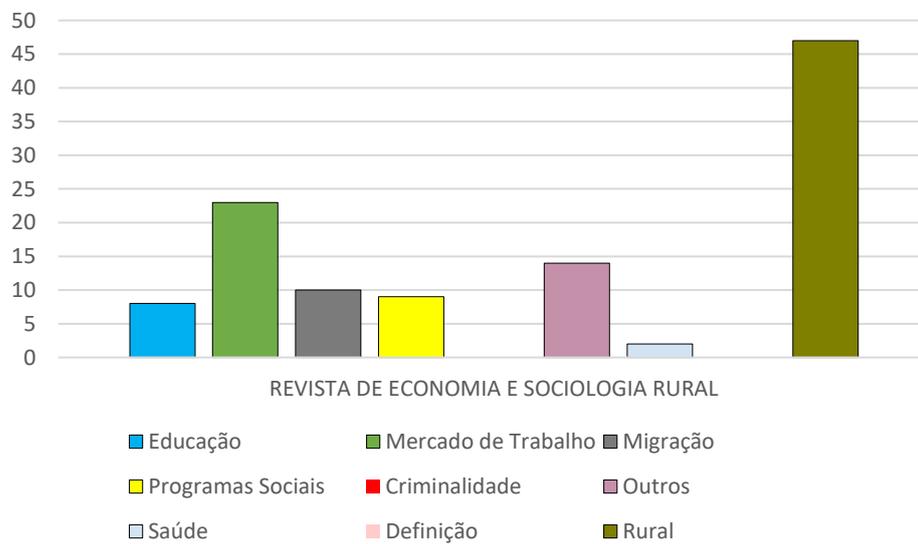
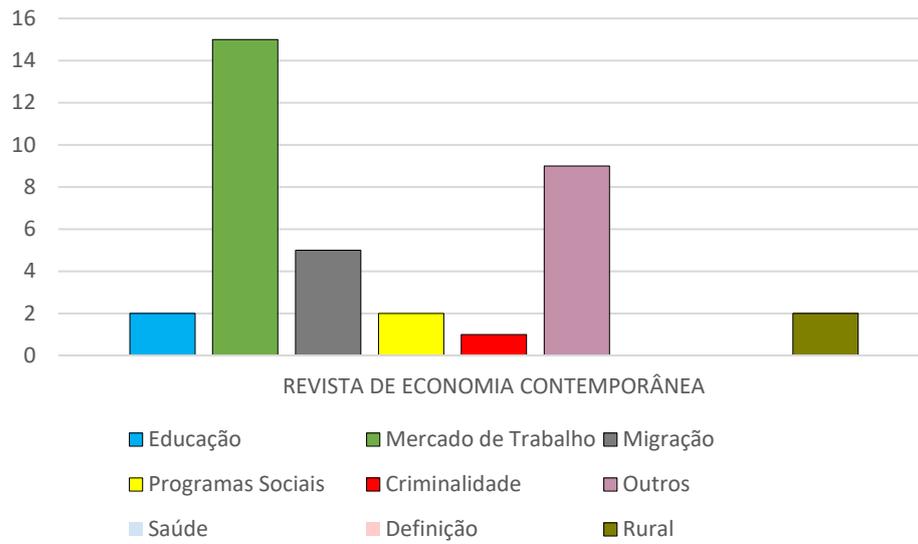
Vinícius de Azevedo Couto Firme	1
Vitor Hugo Miro Couto Silva	1
Viviane Guimarães Pereira	1
Volnei Krause Kohls	1
Waldecy Rodrigues	1
Waldir José de Quadros	1
Walter Belik	1
Wellington Alvim da Cunha	1
Wilson Cano	1
Wlademir Ribeiro Prates	1
Wladimir machado Teixeira	1
Wolfgang Bokelmann	1
Yasmín Salazar Méndez	1
Zoraide Bezerra Gomes	1

## Apêndice B – Quantidade de assuntos por revista











Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)